

FILANTROPIA

#75

ESPECIAL

LEI Nº 13.204/2015
ALTERA MARCO
REGULATÓRIO
DAS OSCS

PONTO DE VISTA

FIFE 2016 REUNIU
600 PESSOAS EM
MAIS DE 100
ATIVIDADES
VOLTADAS À GESTÃO

MARKETING

FERRAMENTAS E
ESTRATÉGIAS
MERCADOLÓGICAS
APLICADAS EM
PROL DO
TERCEIRO SETOR

DOAÇÕES EM QUEDA LIVRE

RETRAÇÃO ECONÔMICA ATINGE O CAIXA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E
PROVOCA DIMINUIÇÃO DO FLUXO DE DONATIVOS, ELEVAÇÃO DE
GASTOS E ATÉ DEMISSÕES

ENTREVISTA • O ex-jogador de futebol Cafu fala sobre o trabalho de sua fundação na periferia de São Paulo, que desenvolve programas de inclusão social













FIFE 2017

FÓRUM INTERAMERICANO DE
FILANTROPIA ESTRATÉGICA

4 A 7 DE ABRIL DE 2017

FOZ DO IGUAÇU/PR

-  Contabilidade
-  Comunicação
-  Legislação
-  Captação de Recursos

-  Voluntariado
-  Assistência Social
-  Tecnologia
-  Sustentabilidade

+ de 100 ATIVIDADES

+ de 60 PALESTRANTES

atividades DE INTEGRAÇÃO

MINITREINAMENTOS especiais



O evento traz profissionais brasileiros e estrangeiros de diversas áreas de atuação para **compartilhar conhecimentos** com os participantes, que têm a oportunidade de trocar experiências e conhecer iniciativas de todo o país.

Realização

FILANTROPIA

Apoio



Incentivador



Parceria Estratégica



**MAIS INFORMAÇÕES
E INSCRIÇÕES:**

www.fife.org.br



+ ATITUDE



Como você quer ser no futuro?

6

ENTREVISTA



Cafu

8

CAPTAÇÃO DE RECURSOS



Fontes e estratégias de financiamento

26

DATA FILANTROPIA



Podem as empresas que aspiram à sustentabilidade ignorar a opinião pública dos brasileiros?

86

GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

18 FIFE 2016: Fonte de aprendizado e troca de experiências

Tecnologia

21 Despontando acima do barulho

Crowdfunding

23 É possível captar recursos em meio à crise econômica mundial?

Captação de Recursos

28 Governança de ONGs e captação de recursos

Voluntariado

35 Incentivo à leitura e à cidadania

40 O poder do reconhecimento para o voluntariado empresarial

Marketing

48 Marketing para o Terceiro Setor

Legislação

51 Quais são as contribuições sociais alcançadas pela imunidade do artigo 195, § 7º, da CF e pela isenção da Lei do Cebas?

Opinião

54 O *impeachment* presidencial e o Terceiro Setor

Contabilidade

57 Gestão de bens em institutos de vida consagrada e sociedades de vida apostólica

12 RADAR SOCIAL

16 DIÁLOGO SOCIAL

59 PAINEL DE CONTROLE

91 FIQUE LIGADO!

94 GERAÇÃO DE RENDA

96 REFLEXÃO

MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

71 Um FIFE para chamar de seu

Família

73 Famílias suficientemente boas: um conceito ampliado

SUAS Brasil Afora

76 Marupaúba

Conselhos e Conselheiros

78 Aprendizados

Ficção

80 O voo do mosquito sem asas



CAPA

DOAÇÕES EM QUEDA LIVRE

63

42

CULTURA



Como estimular a filantropia no Brasil?

82

ESPECIAL SICONV

O SICONV, A LEI Nº 13.019/2014 E O DECRETO Nº 8.726/2016

31

ESPECIAL

LEI Nº 13.204/2015 ALTERA MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



FILANTROPIA

www.institutofilantropia.org.br

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

VICE-PRESIDENTE

Mauro Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

ATENDIMENTO

Amanda Manarim

Cinthia Mello

Leila Souza

EVENTOS

Rogério Costa

PROJETOS

Mauricio Dias Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Carolina Carrenho

Ana Carolina Zanoti

Dal Marcondes

Daniel Cerqueira

Dulcinéia Reginato Francisco

Fagna Freitas

Giulliano Soares

Guilherme Reis

Jonas Leandro Flores

Mara Gabrielli

Marcelo Monello

Marco Iarussi

Marcos Biasioli

Maria Iannarelli

René Steuer

Rilder Campos

Rosana Pereira

CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Michel Freller

Ricardo Monello

Ricardo Oliveira

Rogério Martir

Rogério Paganatto

CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Weidman

INCENTIVADORES



APOIO INSTITUCIONAL



PARCEIROS ESTRATÉGICOS



REVISTA FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



AUDITORIA DE TIRAGEM



• TIRAGEM AUDITADA: 15.000 exemplares

EDITOR GERAL: Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

• **EDITORA ASSISTENTE:** Paula Craveiro (MTB 39.316/SP) • **REDAÇÃO:** Paula Craveiro | Luciano Guimarães

• **EDIÇÃO:** Alexandre José de Assis | Karina Watanabe | Monize Muniz • **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** istock.com/Shutterstock.com

CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO: Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello

DRIBLANDO A CRISE COM CRIATIVIDADE E CONHECIMENTO



THAÍS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

Apesar de não ser inédito, os tempos não têm sido fáceis no Brasil: crises econômica e política, corrupção, desemprego, insegurança financeira... Enfim, processos que deixam qualquer cidadão com uma incômoda sensação de incerteza e apreensão. E é claro que as organizações do Terceiro Setor também são atingidas por esse sentimento.

Porém, defendemos a ideia de que não é interessante se deixar levar por essa sensação negativa. É da crise que nascem as oportunidades – é neste momento, então, que devemos pensar “fora da caixa”, desenhar novas estratégias e formas de seguir em frente sem sofrer tanto as consequências da situação do país.

Pudemos ver de perto essa vontade das organizações na terceira edição do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE), realizado pelo Instituto Filantropia, que aconteceu no início de abril deste ano, em Fortaleza. No evento, 581 pessoas de organizações da sociedade civil reuniram-se em busca de mais informações para melhorar a gestão de seus projetos.

O FIFE 2016 tratou do assunto “crise” em diversos momentos. A conclusão sempre foi unânime: mais capacitação e informação são as “vacinas” contra o desânimo e o descrédito que abalam nosso Brasil atualmente.

A grande presença de pessoas de diferentes regiões no FIFE mostra que os integrantes do Terceiro Setor estão em busca de maneiras diferentes (e eficazes) de levar seus projetos pra frente por meio da gestão estratégica, com novas ideias e experiências. Assim, fora da zona de conforto, teremos diferentes formas de agir e pensar.

Sam Walton, fundador do WalMart, disse: “convoquei uma reunião hoje com meus diretores sobre a crise e decidimos não participar dela”. E é bem por aí! Já basta a crise política e a incerteza do que está por vir nos próximos meses. Façamos, então, a nossa parte, buscando gerir da melhor maneira possível os nossos projetos que, de fato, promovem mudanças profundas na sociedade.

Nesta edição, saiba um pouco mais sobre o impacto da crise nas organizações na matéria de capa, fique por dentro de como foi o FIFE 2016 e aproveite para já se planejar para o ano que vem. Em 2017, o FIFE acontecerá nos dias 4 a 7 de abril, em Foz do Iguaçu. As inscrições já estão abertas!



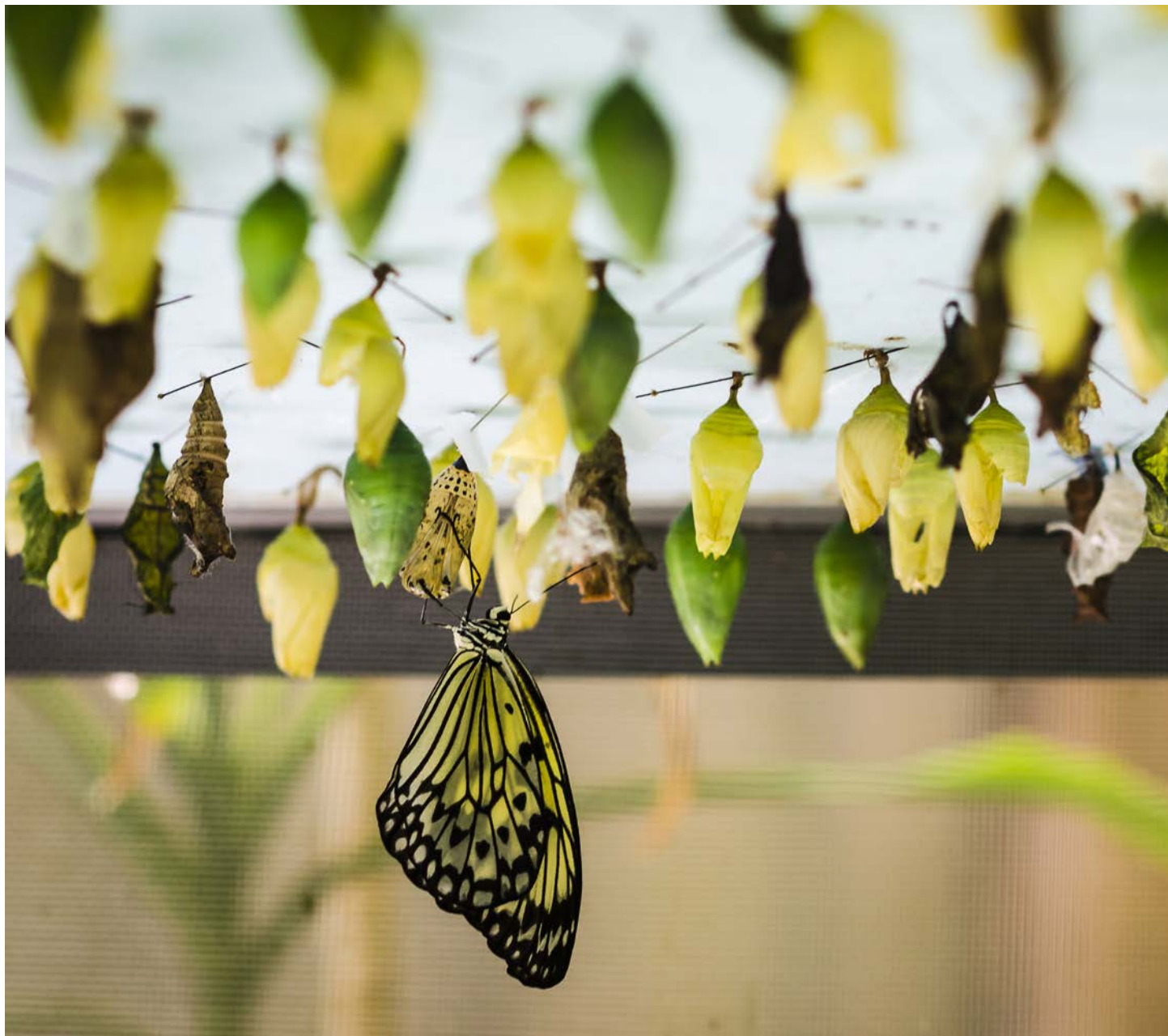
MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia

Abraços sustentáveis,
Marcio Zeppelini e Thaís Iannarelli



◀ **MARCIO ZEPPELINI** é presidente do Instituto Filantropia, produtor editorial, jornalista e empreendedor. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados à Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Sustentabilidade.

COMO VOCÊ QUER SER NO FUTURO?



A PERGUNTA

Há alguns anos, em uma pequena faculdade na Carolina do Sul, nos Estados Unidos, o auditório estava repleto de estudantes animados com a possibilidade de ouvir a fala de uma brilhante palestrante. Depois que o governador fez sua apresentação, ela se dirigiu ao microfone, percorreu a plateia com o olhar, e começou:

– Minha mãe era surda-muda. Não sei quem é ou quem foi meu pai. O primeiro emprego que consegui foi numa plantação de algodão.



A plateia estava fascinada.

– Nada tem de continuar da maneira como está se a pessoa não quiser que seja assim – continuou. – Não é uma questão de sorte, e não são as circunstâncias do nascimento de alguém que determinam o seu futuro. Nada tem de continuar da maneira como está se a pessoa não quiser que seja assim – repetiu devagar. – Tudo o que ela tem a fazer – acrescentou com voz firme – para mudar uma situação que esteja trazendo infelicidade ou insatisfação é responder à pergunta: Como é que eu quero que seja? Então, deve dedicar todos os seus esforços para atingir esse ideal.

Em seguida, deu um lindo sorriso e disse:

– Meu nome é Azie Taylor Morton. Estou aqui hoje, diante de vocês, como secretária do Tesouro dos Estados Unidos da América. *(do livro Espírito de cooperação no trabalho)*

COMO É QUE VOCÊ QUER SER?

O pior tipo de pobreza é aquela que está instalada no pensamento do cidadão. Se o camarada é pobre e se conforma com isso, dificilmente sairá dessa situação.

E não estou me referindo a recursos financeiros, não. Sempre digo que há pessoas tão pobres que só têm dinheiro. A riqueza a que me refiro é de outros tipos de recursos: família, amigos, momentos alegres, sucesso profissional, prosperidade (não dinheiro), experiências únicas, enfim, riquezas que só consegue ter quem acredita ser capaz de tê-las.

Se sua família é ou foi conturbada, isso não significa que você deva seguir os mesmos passos. Pergunte-se: Como é que eu quero que seja?

Se os seus irmãos não tiveram sucesso profissional, pergunte-se: Como é que eu quero que seja?

Se seus pais não lhe deram atenção ou lhe rejeitaram, pergunte-se: Como é que eu quero que seja?

Não devemos nos curvar a uma realidade intrínseca e acreditar que aquela situação vai ser sempre assim.

Acredite que você é responsável pela sua própria trajetória e que, para atingir o que quer, basta que você deposite energia e empenho para dar cada passo rumo a esse destino.

Então, não se conforte com a realidade atual – a não ser que ela seja, de fato, bem confortável e aquilo com o que você sonhou. Caso contrário, se você não estiver contente com alguma área de sua vida, pergunte-se: Como é que eu quero que seja?

Arregace as mangas e mãos na massa!

Abraços sustentáveis,

Marcio Zeppelini



FORMANDO CIDADÃOS SHOW DE BOLA

Por Paula Craveiro

Nascido e criado no Jardim Irene, uma comunidade carente da periferia de São Paulo, Marcos Evangelista de Moraes, o Cafu, teve sua vida modificada por meio do esporte. Apaixonado por futebol desde a infância, foi dentro dos campos que ele teve a oportunidade de melhorar de vida, de ajudar sua família e também de retribuir à sociedade as oportunidades que a vida e seu trabalho lhe deram.

Em 2004, criou a Fundação Cafu, com o objetivo de desenvolver programas que incentivassem a inclusão social da comunidade do Jardim Irene e de bairros vizinhos, orientando os participantes dos projetos a buscarem seus direitos como cidadãos e a se tornarem agentes transformadores de sua própria realidade. Atualmente, a organização atende cerca de 950 crianças e jovens com idades entre 3 e 17 anos e 300 adultos.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Cafu fala sobre sua fundação e os desafios da captação de recursos no Terceiro Setor.

Revista Filantropia: Como surgiu a ideia de criar uma fundação? O que despertou sua atenção para a área social?

Cafu: Meu interesse pela área social começou na infância, influenciado pela minha mãe, que sempre procurou ajudar as instituições da região. Ela costumava fazer doações e organizar bingos e leilões. Com o tempo, passei a viajar pelo mundo inteiro e, sempre que possível, trazia alguma coisa diferente para que ela pudesse oferecer nesses eventos.

A ideia de criar a Fundação Cafu surgiu como uma consequência natural daquilo que eu via sendo praticado dentro de casa. O objetivo da fundação foi dar um pouco mais de visibilidade para a periferia, principalmente para o Jardim Irene, bairro onde nasci e cresci. Essa é uma região muito grande e muito carente de oportunidades. Na minha época, não existia oportunidade; tínhamos apenas um campinho de futebol improvisado em um terreno baldio, mas não havia espaço para que a gente pudesse expressar nossa inteligência, aprender uma profissão, para sermos efetivamente incluídos na sociedade.

RF: Pensando na questão da inclusão social e na abertura de possibilidades para os jovens do entorno da fundação, quais são os principais projetos desenvolvidos?

Cafu: Atualmente, contamos com cerca de 20 projetos, nas áreas de esporte, arte e cultura, geração de renda e profissionalizante e saúde. Todos os nossos projetos podem ser considerados carros-chefe, pois têm função complementar, ou seja, eles não concorrem entre si. Neles, cada criança tem a chance de desenvolver atividades variadas. Elas podem testar suas aptidões para bateria, canto, dança, pintura, basquete, futebol, corte e costura, cabeleireiro, artesanato. Acredito que um dos principais diferenciais dos nossos projetos seja justamente essa possibilidade de as crianças testarem seus limites e aptidões, sem que seja imposta essa ou aquela atividade. Nossa proposta é incentivá-las de acordo com o que elas têm capacidade. Para isso, contamos com profissionais, que vão acompanhando e orientando cada etapa.

**RF: Como o esporte pode auxiliar no desenvolvimento de crianças e de jovens?**

Cafu: O esporte tem o poder de ajudar as pessoas de todas as maneiras, pois é uma ferramenta fantástica para atingir o desenvolvimento cultural e social de uma criança. Por meio da prática esportiva, você pode fazer com que a criança se integre na sociedade de uma maneira melhor, aprenda a se relacionar, a ter disciplina, a trabalhar em grupo. O esporte é uma ferramenta fantástica para quem sabe usá-la. O futebol, por exemplo, consegue até parar uma guerra.

RF: Como a fundação é mantida?

Cafu: A maior parte da renda que ajuda na manutenção da fundação é captada por meio de doações de empresas e de pessoas físicas, eventos, jogos beneficentes, jantares que promovemos uma vez por ano, leilões, bingos, venda de camisetas e, também, parcerias. Às vezes, quando participo de algum evento, parte do que é arrecadado também é revertido para a fundação. Tudo é motivo para captar recursos, mas isso tem sido bastante difícil.

RF: Nesta edição da Revista Filantropia, a matéria de capa aborda a questão da dificuldade que algumas organizações sociais estão enfrentando em relação às doações e à dificuldade de manter projetos e, até mesmo, as instituições. Como a Fundação Cafu tem sentido essa questão?

Cafu: A crise econômica tem sido uma justificativa recorrente para a diminuição dos valores doados, o que resultou para a fundação em uma queda de 70% na captação de recursos. Essa redução no volume de recursos tem afetado nosso desempenho, porque o custo para manter uma fundação é muito alto, ainda mais em um país em que as instituições disputam espaço e doadores e precisam o tempo todo mostrar para as empresas que o Terceiro Setor é importantíssimo, e que ter seu nome associado a uma instituição séria é muito importante também. Mas, apesar dessa queda de 70%, felizmente ainda não existe a possibilidade de encerrarmos nenhuma atividade. Porém, temos um padrão de qualidade a ser seguido na prestação dos nossos serviços e se ela começar a cair, aí precisaremos repensar algumas coisas, reavaliar o que estamos fazendo. Espero que isso não aconteça, mas, vivendo na crise em que vivemos hoje, não seria nenhum espanto se acontecesse.

RF: Para tentar driblar a crise, você acredita que seja válida a criação de parcerias entre as associações?

Cafu: Sem dúvida. Nós até mesmo já visitamos várias instituições, como a Fundação Gol de Letra. Mas nem sempre é fácil viabilizar essas parcerias na prática, ainda mais em um momento em que todas as fundações e associações estão sofrendo com o problema da escassez de recursos para dar continuidade aos seus projetos. Mas a possibilidade e o interesse nessas parcerias sempre existem.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Grupo de crianças atendidas pela Fundação Cafu

RF: Como você avalia a atuação do governo em questões sociais?

Cafu: A atuação é péssima, não dá para negar. Falta engajamento, comprometimento com as fundações e entidades do Terceiro Setor que querem verdadeiramente ajudar e fazer a diferença na vida das pessoas. Acredito que poderia ser feito muito mais do que estão fazendo. Mas, enquanto os governos se omitem, a população mais carente pode contar com o suporte de organizações sociais competentes que, mesmo em meio à crise, têm buscado fazer o seu melhor, de maneira a oferecer meios de nossas crianças se integrarem à sociedade e de nossos jovens terem acesso aos estudos e a uma profissão.

RF: Quais pautas deveriam ser tratadas como prioridade no Brasil?

Cafu: Tendo em vista a situação em que nosso país se encontra, eu diria que tudo é prioridade. Tem muita coisa errada acontecendo, muita coisa sendo negligenciada. Mas acredito que os primeiros itens da lista deveriam ser educação e saúde. Educação por ser o principal caminho para uma vida melhor, para abrir caminhos, e saúde por ser uma necessidade e um direito essencial para o ser humano.

RF: Você acredita que o envolvimento de atletas e de artistas em questões socioambientais ajude a estimular o engajamento das pessoas?

Cafu: Com certeza ajuda, mas acredito que isso não seja o suficiente. É legal que as pessoas tenham um modelo, alguém em quem possam se inspirar, alguém que as motive a fazer algo em favor dos outros. Mas quando isso é feito apenas na empolgação, apenas para repetir o ato do ídolo, acaba se perdendo com o tempo. É preciso que, além da admiração pelo ídolo, haja comprometimento com a causa, com a instituição. 📌



MONELLO CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

*Mais de 45 anos de
Compromisso com
as Entidades do
Terceiro Setor*

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



**MONELLO
CONTADORES**

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

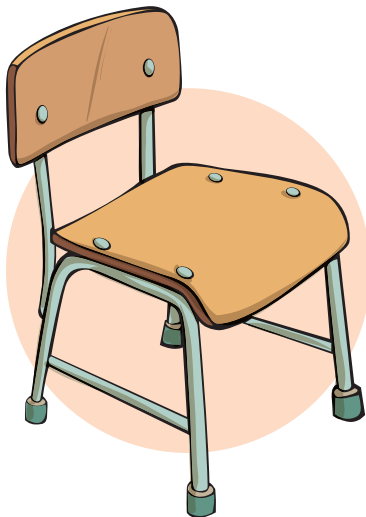
www.monellocontadores.com.br



SEGUNDO ONU, TRÊS EM CADA QUATRO EMPREGOS DEPENDEM DA ÁGUA

A gestão da água é fundamental à geração de empregos e ao desenvolvimento econômico, aponta o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento Mundial dos Recursos Hídricos, lançado em março. O estudo, que neste ano tem como foco o mercado de trabalho, concluiu que três em cada quatro empregos dependem da água. O documento afirma que a oportunidade para geração de trabalho está diretamente ligada à gestão sustentável dos recursos hídricos. A agricultura, a pesca e a silvicultura concentram um bilhão de trabalhadores, que usam 70% da água mundial. As Nações Unidas sugerem que, para fundamentar suas ações de gestão hídrica, os governos invistam na produção de dados robustos, como: estimar as situações atual e futura dos recursos, a demanda por água, a quantidade de trabalhadores formais e informais, o tempo de trabalho e o perfil dos empregados. Outra recomendação é a capacitação de pessoas. A gestão da água também pode ajudar a diminuir as 2,3 mortes anuais associadas ao trabalho. Desse total, 17% está relacionado com doenças transmissíveis ocasionadas pela falta de água e esgotamento sanitário.

<https://nacoesunidas.org/>



TRÊS MILHÕES DE ALUNOS ESTÃO FORA DA ESCOLA

Dados do Censo Escolar de 2015 mostram que as matrículas diminuíram em todas as etapas de ensino, menos em creches, que atendem crianças até os 3 anos de idade. Os números refletem a queda da população em geral, que tem reduzido entre crianças e jovens, mas, de acordo com especialistas, refletem também desafios para o sistema educacional. São três milhões de crianças e jovens com idades entre 4 e 17 anos fora das salas de aula e que, por lei, deverão ser incluídos até este ano. O censo foi divulgado em março pelo Ministério da Educação (MEC). As idades mais críticas são 4 anos (690 mil crianças não são atendidas) e 17 anos (932 mil adolescentes). No Brasil, a educação até os 17 anos é obrigatória, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59 e com o Plano Nacional de Educação (PNE). Em 2016 termina o prazo previsto no PNE para que todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos estejam matriculados.

www.mec.gov.br

BRASIL É UM DOS MAIORES EM ENERGIA RENOVÁVEL

Em 2015, os investimentos em energias renováveis atingiram o valor de US\$ 286 bilhões, sendo um dos montantes mais altos já registrados e, pela primeira vez, foi maior do que o dobro do registrado para os recursos gastos com carvão e gás. Além desse recorde, 2015 também foi o primeiro ano em que países em desenvolvimento investiram mais em energias limpas do que as nações desenvolvidas. O Brasil esteve entre os dez maiores investidores do mundo. Essas informações fazem parte de um relatório publicado em 25 de março e elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em parceria com o organismo de Finanças de Nova Energia da Bloomberg (BNEF) e o Centro de Colaboração para o Clima e o Financiamento de Energia Sustentável da Escola de Frankfurt e da agência da Organização das Nações Unidas (ONU). Somados, os investimentos do Brasil, da China e da Índia registraram aumento de 16% em 2015, alcançando US\$ 120,2 bilhões. A China responde pela maior fatia desse orçamento, com quase US\$ 100 bilhões.

📄 http://bit.ly/Rf75_Energia



SONY PICTURES TELEVISION LANÇA PROJETO EM PARCERIA COM FAAP E INSTITUTO GEA

Em setembro de 2015, a Sony Pictures Television Networks lançou sua campanha global de responsabilidade ambiental, a Picture This. A iniciativa utiliza a *expertise* dos canais em fazer *storytelling* para chamar a atenção para causas ambientais importantes, com o objetivo de engajar a comunidade. No Brasil, o foco da campanha é o conceito dos 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar). Para trabalhar a Picture This no país, a Sony, por meio dos canais Sony e AXN, em parceria com a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e o Instituto GEA Ética e Meio Ambiente, desenvolveu um projeto colaborativo envolvendo os alunos dos cursos de graduação de Comunicação e Marketing da instituição. O projeto consiste na produção de três *promos* exclusivos de 30 segundos cada abordando temas que permeiam os 3Rs, como separação do lixo doméstico para reciclagem e reutilização de materiais. O *briefing* do projeto foi apresentado aos alunos em março de 2016. Ao todo, foram dez grupos inscritos. Os trabalhos devem ser entregues até a terceira semana de maio, quando serão apresentados no escritório da Sony Pictures Television em São Paulo. O resultado dos vencedores sairá na última semana de maio.

📄 www.sonypicturestelevision.com/picturethis



POBREZA CAI NO BRASIL, SEGUNDO CEPAL

Foi divulgado, em 22 de março, o relatório Panorama Social da América Latina 2015, produzido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que registrou importante redução nas taxas de pobreza no Brasil. O levantamento mostra que mais de 2,75 milhões de brasileiros saíram das linhas de pobreza e extrema pobreza em 2014, enquanto, em toda a América Latina, em 2014 e 2015, o número de pessoas em situação de pobreza cresceu de 168 milhões para 175 milhões (29,2%). Já o número de pessoas em situação de indigência ou extrema pobreza passou de 70 milhões para 75 milhões (12,4%). Outro dado alarmante é que, em 2013, uma em cada três mulheres não tinha renda própria nem autonomia econômica. De acordo com a Cepal, o trabalho é a chave-mestre para reduzir a pobreza e as desigualdades. No entanto, em 2014 e 2015, a taxa de desemprego na América Latina aumentou de 6% para 6,6%. O organismo recomenda que os esforços de promoção do trabalho decente, formalização dos empregos e acesso aos mecanismos de proteção social devam persistir.

📄 www.agenciabrasil.ebc.com.br



METADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NÃO TEM COLETA DE ESGOTO

De acordo com levantamento do Instituto Trata Brasil com base em dados de 2014 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), divulgados em março pelo Ministério das Cidades, metade da população brasileira ainda não tem esgoto coletado em suas casas e cerca de 35 milhões de pessoas sequer têm acesso à água tratada. O índice (49,8%) coloca o Brasil em 11º lugar no *ranking* latino do serviço, atrás de países como Peru, Bolívia e Venezuela. Os dados dessas nações são compilados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que divulga o índice de 62,6% para o Brasil, porque inclui fossas. Os números mostram que a coleta de esgoto melhorou 3,6% nos últimos cinco anos e ainda está muito distante da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Saneamento Básico, que é atingir 93% de coleta no Brasil em 2033. O estudo aprofunda ainda que metade dos R\$ 12,2 bilhões investidos em saneamento no país ficou concentrada nas cem maiores cidades, e 64% das cidades analisadas investem menos de 30% do que arrecadam com a tarifa de água e esgoto cobrada dos consumidores. O estudo mostra também que o índice nacional de perdas de água na distribuição, que mede o desperdício na rede pública, foi de 36,7% em 2014. Os melhores índices foram registrados nas cidades paulistas de Limeira, Ribeirão Preto e Santos, todos com menos de 19% de perdas. Na capital, foi de 34,2%.

www.tratabrasil.org.br

BRASIL PROMOVE CONFERÊNCIAS CONJUNTAS DE DIREITOS HUMANOS

Pela primeira vez no país, centenas de representantes de idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, população LGBT, indígenas, pessoas de religiões de matriz africana e quilombolas estiveram reunidos para discutir a transversalidade, a interdependência e a indivisibilidade dos direitos humanos. Essas foram as propostas das etapas das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos, promovidas entre 24 a 29 de abril, em Brasília. O evento debateu questões como o fortalecimento do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, reafirmação dos compromissos do Programa Nacional dos Direitos Humanos, mais recursos aos fundos destinados à pessoa idosa, fim do preconceito em relação às religiões africanas, entre outros. Durante as conferências, foram apresentadas ações de promoção dos direitos humanos, como o lançamento da campanha “Cuidar bem da saúde de cada um faz bem para todos. Faz bem para o Brasil”, voltada para homens gays e bissexuais, e a nova funcionalidade do aplicativo Proteja Brasil, que passa a receber denúncias de violações de direitos humanos do Disque 100. O aplicativo para celular, além de mostrar a localização e os telefones das instituições especializadas mais próximas, integra-se agora ao Disque Direitos Humanos.

www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh



FOTO: THOMAS KOCH / SHUTTERSTOCK.COM

NOVO MODELO DE GESTÃO PARA ENFRENTAMENTO DA EXTREMA POBREZA

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) está iniciando a implantação das primeiras ações do programa Família Paulista, do Governo do Estado de São Paulo. O projeto foi lançado no final de 2015 e visa combater a pobreza extrema e promover o desenvolvimento socioeconômico dos núcleos familiares. Na primeira fase, serão atendidas as cidades da Região Metropolitana de São Paulo, que concentra 57% da população paulista em extrema pobreza. A princípio, o investimento será de R\$ 77 milhões, que possibilitarão o atendimento a 50 mil famílias com renda mensal igual ou inferior a R\$ 77,00 per capita. A atuação do programa é multidisciplinar e tem cinco eixos: habitação, saúde, educação, trabalho/renda e redes/social. Serão 12 meses de trabalho intensivo com as famílias visando à mobilidade social e ao fortalecimento de suas capacidades. O Família Paulista prevê atender 200 mil famílias e investir mais de R\$ 310 milhões até o final de 2019.

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/familia-paulista

DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER AUMENTAM 44%

Levantamento divulgado pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 aponta aumento de 44,74% no número total de relatos de violência recebidos pelo serviço em 2015 em comparação ao ano anterior. No total, foram 76.651 atendimentos correspondentes a relatos de violência recebidos pelo serviço da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Os números mostram ainda que o total de relatos envolvendo cárcere privado cresceu 325%, computando a média de 11,8 registros por dia, enquanto os relatos de violência sexual (estupro, assédio e exploração sexual) cresceram 129%, uma média de 9,53 por dia.

www.seppir.gov.br

LEI QUE AMPLIA LICENÇA-PATERNIDADE PARA 20 DIAS É SANCIONADA

O governo federal sancionou a lei que cria a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e estabelece marco regulatório com uma série de direitos voltados para crianças de até 6 anos de idade. O texto, aprovado no início de março pelo senado federal, foi sancionado sem vetos pela presidenta Dilma Rousseff em abril. O principal avanço da legislação é o aumento da licença-paternidade dos atuais cinco dias para 20. Por enquanto, o aumento da licença não será obrigatório para todos, mas apenas para as empresas que aderirem ao programa Empresa Cidadã, que também possibilita o aumento da licença-maternidade para seis meses. A licença-paternidade de 20 dias também valerá para adoção. O marco legal prevê ainda identificação e prevenção dos casos de violência contra gestantes ou crianças, em mecanismo semelhante aos já adotados em outros países, por meio do sistema de saúde.

📄 <http://agenciabrasil.ebc.com.br>



PESQUISADORES DESENVOLVEM MADEIRA TRANSPARENTE

Na Suécia, pesquisadores da universidade KTH Instituto Real de Tecnologia desenvolveram um novo material transparente derivado da madeira que pode, no futuro, ser empregado na construção de casas e de apartamentos para trazer mais luz natural aos moradores e reduzir o uso de iluminação artificial. A alternativa foi desenvolvida por intermédio da remoção química da lignina, um polímero que bloqueia a entrada de luz na madeira. Com a adição de acrílico, os pesquisadores obtiveram uma madeira híbrida mais transparente, com apenas uma leve turvação por conta das fibras naturais. Segundo a instituição, o novo material de construção poderá ser usado em painéis solares, com potencial para proporcionar economia de energia.

📄 www.kth.se



ENTIDADES FINANCIAM PROJETOS COMUNITÁRIOS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Programas de rádio em comunidades de pescadoras artesanais, postagens em *blogs* e redes sociais e conversas em terreiros de candomblé e aldeias indígenas estão entre os projetos de combate à violência contra a mulher que serão desenvolvidos ao longo de 2016 com financiamento do Elas Fundo de Investimento Social e do Instituto Avon. Ao todo, 33 iniciativas, entre 658 inscritas, receberão juntas R\$ 2 milhões. Os projetos propõem mudanças culturais em âmbito local em cada comunidade, trabalhando as particularidades de cada público. Um exemplo dessas ações são as oficinas de gastronomia e costura oferecidas no Ilê Omolu Oxum, do Rio de Janeiro, que se transformaram na campanha Mulheres de Axé, que visa ao fim da violência doméstica e familiar. Agora, com o financiamento, a ação terá alcance nacional. Entre as organizações selecionadas estão, por exemplo, algumas que fazem *advocacy* (ações para influenciar a formulação de políticas e a destinação de recursos públicos) em âmbito nacional, ações de equidade e empoderamento para mulheres jovens, com deficiência, lésbicas, transexuais e prostitutas.

📄 <http://agenciabrasil.ebc.com.br>



IMERSÃO EM CONTABILIDADE E GESTÃO LEGAL PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Conhecer a estrutura e o funcionamento das áreas contábil, jurídica e administrativa da entidade social é imprescindível para os gestores e pode significar a diferença entre o sucesso e o fracasso na hora de encampar um projeto. Neste treinamento de imersão, os participantes receberão e atualizarão conhecimentos sobre temas como: novas obrigações em meio digital e seus impactos na contabilidade, nos Recursos Humanos e na gestão das organizações; casos práticos de preenchimento dos módulos do SPED para as entidades; normas contábeis aplicáveis às entidades do Terceiro Setor; demonstrações contábeis e notas explicativas; o novo Marco Regulatório das parcerias entre estado e organizações da sociedade civil; aspectos estratégicos dos estatutos e a organização jurídica; auditoria trabalhista; controles internos nas organizações; e riscos e responsabilidades dos dirigentes e contabilistas.

Data: 20 a 24 de junho de 2016.

Palestrantes: Alexandre Chiaratti, Carlos Silva, Christiani Marcondes, Daniela Chiarato, Domênico Monello, Eduardo Melo, Geraldo Nonato, Ivan Pinto, Marcelo Monello, Marcia Cavalcante, Mateus Yutaki, Paula Borsato, Paulo Marchioro, Priscilla Trugillo, Rafael Valle, Ricardo Monello e Vivian Ricchione



EVENTOS: ESTRATÉGIAS, VISIBILIDADE E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A elaboração de um evento voltado à captação de recursos para organizações sociais (desde a ideia inicial à sua realização) é uma tarefa bastante complexa, sustentada por uma linha tênue entre o sucesso e o fiasco da empreitada. Pensar em eventos é uma ideia que assombra muitos dirigentes de instituições sem fins lucrativos, pois desse esforço dependem as pessoas atendidas, os fornecedores e os colaboradores. Neste treinamento serão analisadas e debatidas todas as etapas de planejamento e execução de um evento – incluindo projetos culturais, esportivos, sociais, organizações de cultura, jantares, palestras, entre outros – cujo objetivo é mobilizar recursos para as organizações não governamentais (ONG).

Data: 4 de julho de 2016

Palestrantes: Fagna Freitas e Michel Freller

OFICINA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS – 4 DIAS

O processo de elaboração de projetos tem grande importância instrumental, técnico-administrativa e de avaliação econômica, tanto do ponto de vista privado quanto social. Por isso, instituições governamentais, bancos e órgãos de desenvolvimento que administram os programas de incentivo generalizam a exigência do projeto como condição para o recebimento desses recursos, transformando-o no principal instrumento para a validação dos benefícios. O curso, que terá duração de quatro dias, orientará quanto a necessidade de uma nova postura frente ao mercado, explicará quem são e como abordar os agentes financeiros e, principalmente, como conceber, de forma simples e objetiva, um projeto.

Data: 21 a 24 de junho de 2016.

Palestrante: Ricardo Falcão

PMD PRO – OFICINA PRÁTICA DE GESTÃO DE PROJETOS DE IMPACTO SOCIAL COM CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

O project management for development (PMD Pro) é uma metodologia de gestão de projetos que busca gerar impacto social. Ela foi desenvolvida internacionalmente por uma rede de 75 organizações socioambientais, que reuniram seus conhecimentos para aliar o que já utilizavam para gerenciar seus projetos e o *Project management body of knowledge* (PMBok), um guia internacional que apresenta boas práticas de gerenciamento de projetos comerciais. A compilação desses conhecimentos transformou-se nesse método hoje usado pela maioria das organizações do Terceiro Setor. No treinamento serão abordadas as principais ferramentas para a gestão de projetos sociais, independentemente de seu porte ou complexidade. Ao final do processo, o participante receberá certificação internacional.

📅 **Data: 4 a 8 de julho de 2016**

👤 **Palestrantes: Bárbara Basso, Edson Marinho e Liziane Dranka**

IMERSÃO EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS

A Imersão em Captação de Recursos é um treinamento necessário para que as organizações sociais ampliem seus horizontes quanto à mobilização de parceiros, de doadores e de patrocinadores, além de conhecer outras ferramentas de financiamento para seus programas e projetos. Serão mais de 40 horas de aulas teóricas e práticas, exercícios individuais e em grupo, vivências e oficinas ministradas por profissionais da área, além de muita interação e troca de experiências entre os participantes.

📅 **Data: 19 a 23 de setembro de 2016.**

👤 **Palestrantes: Amanda Riesemberg, Ariel Tomaspolski, Danilo Tiisel, Fernando Nogueira, Flávia Lang, Guilherme Reis, João Paulo Vergueiro, Marcio Zeppelini, Michel Freller, Ricardo Falcão, Rosana Pereira e Thaís Iannarelli**

INBOUND MARKETING E CONTEÚDO ONLINE PARA ENGAJAMENTO SOCIAL

O inbound marketing é um método utilizado para atrair pessoas interessadas em seus produtos e serviços e caracteriza-se por apresentar um conteúdo qualificado e direcionado a um público específico. Seu objetivo é converter a pessoa em potencial cliente (lead), que ao longo do tempo se transformará em um fã da marca. Já o marketing de conteúdo é uma série de técnicas desenvolvidas para potencializar a qualidade e o alcance do conteúdo, envolvendo ações como search engine optimization (SEO), e-mail marketing, links patrocinados, redes sociais e blogs. Durante o treinamento serão abordados métodos, técnicas e ferramentas para o planejamento e a execução de ações para atrair e converter novos clientes para a organização conforme os meios e os canais da comunicação digital.

📅 **Data: 22 de julho de 2016**

👤 **Palestrantes: Amanda Riesemberg e Giuliano Soares**

6 de julho

Indicadores sociais: Oficina teórica e prática em 3 dias

Diálogos Filantropia: Seminário Itinerante do Terceiro Setor

11 de julho

+ATTITUDE: O que falta para você MUDAR sua vida?

12 de julho

Pronon e Pronas/PCD: incentivos fiscais e oportunidades para a área da Saúde

13 de julho

Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor

Organização e produção de eventos

Captação de recursos de Pessoas Físicas com uso de Leis de Incentivo

18 a 22 de julho

SICONV: Oficina prática intensiva em 5 dias

21 de julho

Gestão de associados: Como conquistar, engajar e manter

25 de julho

Captação de Recursos: Oficina intensiva em 4 dias

29 de julho

Estratégias para captação de recursos e parcerias com empresas

2 de agosto

Atendimento ao público com qualidade e padrões de excelência

4 de agosto

Liderança de equipes: comunicação e feedback para engajamento nas organizações

Informações e inscrições - www.institutofilantropia.org.br



FIFE 2016: FONTE DE APRENDIZADO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica 2016 reuniu quase 600 pessoas em Fortaleza em mais de 100 atividades voltadas à gestão

Por Marcio Zeppelini e Thais Iannarelli

A terceira edição do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE), realizada nos dias 5 a 8 de abril, em Fortaleza (CE), foi sucesso de público e deixou sua marca registrada como sendo o maior evento voltado à gestão do Terceiro Setor no Brasil. Realizado pelo Instituto Filantropia — e reconhecido como seu maior projeto até então —, o FIFE evoluiu muito desde seu lançamento.

Em 2014, o evento reuniu 240 pessoas em Natal (RN) e 30 palestrantes em 60 atividades; em 2015, em Gramado, o cenário já mudou: foram 420 participantes e 60 palestrantes compartilhando seus conhecimentos; em 2016, a edição de Fortaleza surpreendeu: 581 pessoas de 24 estados brasileiros estiveram reunidas, durante quatro dias, e participaram de mais de 100 atividades.

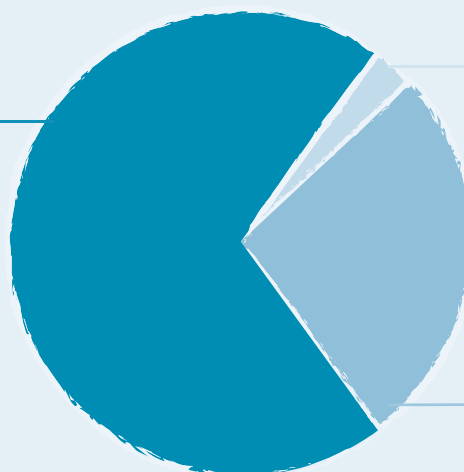
NÚMEROS DO FIFE

Das 89 atividades qualificadas pelo público por meio do aplicativo do FIFE, os resultados foram os seguintes:

70%
de atividades
avaliadas como
EXCELENTES

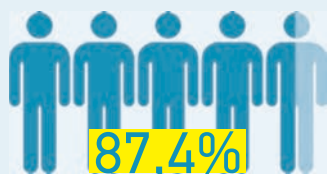
3%
de atividades avaliadas como
REGULARES

0%
de atividades
avaliadas como
RUINS OU PÉSSIMAS

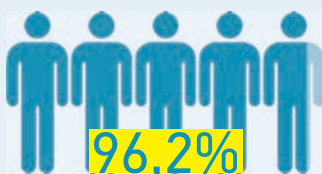


27%
de atividades
avaliadas como
BOAS

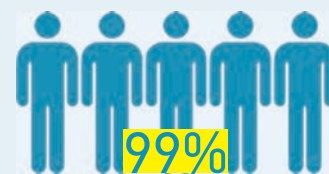
AVALIAÇÃO GERAL DO EVENTO



acharam o conteúdo do evento bom ou excelente



têm interesse em participar do FIFE 2017



indicarão o FIFE aos seus colegas

Os temas foram abordados em diferentes formatos: palestras, debates, consultorias e palestras magnas preencheram os quatro dias repletos de atividades. Na abertura, em 5 de abril, além da presença dos mestres de cerimônia do Canto Cidadão — Roberto Ravagnani e Felipe Mello —, o público também pôde aproveitar a excelente palestra de abertura feita por Wellington Nogueira, fundador dos Doutores da Alegria. Nogueira falou sobre sua experiência e motivou os participantes para aproveitarem ao máximo a oportunidade de adquirirem conhecimento.

Nos dias que se seguiram, temas como elaboração de projetos, comunicação e marketing, gerenciamento de crise, legislação trabalhista, captação de recursos por meio de incentivos fiscais, prestação de contas, Pronon e Pronas e associativismo, entre outros, fizeram parte da primeira seção de palestras. Segundo um dos participantes do FIFE, “o evento foi bem dinâmico, fez com que as pessoas pudessem interagir com uma série de temas, possibilitando o contato direto com quem tem informação”.



A edição 2016 do FIFE contou com a participação de 581 pessoas de 24 estados brasileiros, que participaram de mais de 100 atividades e acompanharam as apresentações de respeitados profissionais do Terceiro Setor, como João Paulo Vergueiro (ABCR), Ricardo Voltolini (Ideia Sustentável), Wellington Nogueira (Doutores da Alegria), entre muitos outros

Debates sobre temas considerados polêmicos também ganharam espaço no FIFE: remuneração de dirigentes, a Lei n.º 13.019/2015 e a questão da ética na profissão do captador de recursos foram abordados e discutidos a partir de diferentes pontos de vista. Outra inovação foi o uso do aplicativo do FIFE para que os participantes pudessem enviar perguntas aos debates e avaliar todas as palestras — analisando conteúdo, apresentação e palestrante.

Além dessas atividades, no período da tarde, os participantes também puderam assistir algumas consultorias coletivas para tirar dúvidas sobre temas como SICONV, remuneração de dirigentes, elaboração de projetos, redes sociais e voluntariado.

Além das diversas oportunidades de aprendizado, o FIFE também é um local de integração, já que representantes de 24 estados brasileiros estiveram presentes e puderam trocar

96,2% dos participantes do FIFE deste ano têm interesse em participar do evento no ano que vem, em Foz do Iguaçu

experiências sobre suas causas e formas de atuação. Em 2017, a expectativa do Filantropia é de receber mais de 700 pessoas em Foz do Iguaçu (PR).

Programa-se: nos dias 4 a 7 de abril estaremos reunidos para a quarta edição deste evento, que já é o maior de gestão do Terceiro Setor do Brasil. Mais informações e inscrições podem ser feitas no site www.fife.org.br.



◀ **BRIAN CUTE** é diretor executivo (CEO) da Public Interest Registry, organização sediada em Reston, na Virgínia (EUA), e que opera os domínios de internet .org, .ong e .ngo.



DESPONTANDO ACIMA DO BARULHO

Conheça cinco dicas para sua organização se destacar no cenário on-line

A internet está se tornando cada vez mais lotada. São mais de 3 bilhões de pessoas online e 3 bilhões e meio de buscas diárias no Google. Organizações com ou sem fins lucrativos estão competindo para capturar a atenção limitada e o desinteresse do usuário moderno da internet.

Mais do que isso, a internet encontra-se hoje numa fase de rejuvenescimento. Durante os últimos 30 anos, incorporamos domínios como .org e .net aos nossos vernáculos. Agora, a internet abriu as portas para centenas de novas extensões de domínio, garantindo às organizações um significativo aumento nas opções de nomenclatura e mais uma ferramenta para diferenciar marcas. Para chamar atenção no meio da multidão e atingir os principais públicos-alvo, as organizações não-governamentais precisam se adaptar a esse novo modelo digital e revitalizar sua presença online.

De acordo com um relatório recente de doações filantrópicas do instituto americano Blackbaud, as doações online cresceram 8,9%, mais que qualquer outra forma de contribuição financeira para o Terceiro Setor. Com o aumento da popularidade do acesso à internet via aparelhos móveis, a expectativa é que esse número de doações via web continue crescendo. E também exigindo que as

organizações não governamentais (ONGs) tenham uma presença na internet ainda mais forte, para que possam se engajar nessa nova base de doadores em expansão: pessoas do mundo inteiro que buscam contribuir com uma causa por intermédio da internet.

As principais dúvidas das pequenas ONGs são por onde começar para garantir uma presença online mais forte e como é possível chegar até esses doadores. Em 2015, a Public Interest Registry (operadora dos domínios de internet .org, .ong e .ngo) participou do Inter ActionForum, um evento anual que reúne organizações não-governamentais e líderes dos setores público e privado para discutir as melhores práticas para melhorar a credibilidade das ONGs e também como incrementar sua *Search Engine Optimization* (SEO), ou seja, otimização da busca de uma pessoa ou organização na internet. O objetivo do encontro é buscar formas de ajudar as ONGs de todo o mundo a maximizar sua presença online, despertando a atenção para a missão de cada organização e aumentando a audiência entre as organizações online. As dicas a seguir apresentam cinco recomendações para aumentar a presença virtual da sua organização num cenário cada vez mais competitivo:

1 Aprenda a arte e a ciência das mídias sociais. Para revitalizar as campanhas online, a expert em mídias sociais Heather Mansfield, da empresa americana Nonprofit Tech for Good, sugere que as ONGs tenham maior compreensão do comportamento virtual do seu público-alvo. Isso significa que a arte (design gráfico, fotografia e vídeo) e a ciência (quanto compartilhar e onde compartilhar) das mídias sociais são fundamentais. Para entender melhor esse aspecto, Heather Mansfield recomenda ganhar conhecimento de causa na área em que você atua e atuar como fonte para pessoas com interesse no seu assunto. Os maiores conhecedores em gestão de mídias digitais dizem que as ações de arrecadação de recursos e a convocação para engajamento em causas precisam ser apresentadas num formato capaz de quebrar o ruído que existe hoje, criando conteúdos relevantes e seguidores fiéis. A expert recomenda a pesquisa de conteúdos relevantes relacionados a sua causa para que você possa compartilhá-los com seus seguidores.

2 Melhore a sua posição no ranking de SEO. A experiente estrategista de mídia digital Melanie Mitchell tem várias ideias para ajudar as organizações não-governamentais a subir no ranking dos resultados de busca. Quando publicar o conteúdo do seu website, recomenda-se usar palavras-alvo ou frases nas primeiras 150 palavras e mais outras três vezes para ênfase, enquanto manter o tom da conversa. Mitchell também cita um estudo mostrando que os usuários esperam entre 6 e 10 segundos em média antes de abandonar uma homepage. Para ajudar a otimização do seu site, considere usar uma ferramenta que sempre informe quanto tempo levará o download da sua homepage. Sabendo as imagens específicas e os códigos que estão causando a demora no download, será mais fácil fazer os ajustes necessários para reduzir este tempo. Finalmente, o mais importante é manter em mente que, para a melhoria do SEO e para causar uma impressão positiva de longo prazo, é decisiva a publicação com frequência de conteúdos relevantes para o seu público-alvo. Nós também conversamos com mais de 16 mil representantes de ONGs em mais de 40 países para compreendermos melhor as suas principais dificuldades na internet. Concluímos que a maior parte das organizações concorda que os pontos mais importantes são: garantir que a organização apareça nas ferramentas de busca, assegurar credibilidade e captar fundos. Com base nessas conversas, nós desenvolvemos a On Good, um conjunto de serviços online que inclui os nomes de domínio .org, .ngo e .ong. Esses recursos foram criados com o propósito de apoiar as organizações do Terceiro Setor para que ganhem mais visibilidade e possam arrecadar mais recursos.

3 Otimize sua campanha de e-mail. Mesmo que outras plataformas na web estejam ganhando popularidade, campanhas de e-mail para ONGs são ainda uma ferramenta importante para captar recursos. Andrew Marshall, diretor global de conteúdo na ONE Campaign, sugere três táticas para melhorar o conteúdo dos e-mails: assegurar que o layout tenha uma aparência gráfica clara e atraente é essencial; também é importante ter certeza de que o conteúdo e o formato do seu e-mail permitem o acesso a aparelhos móveis, pois 84% das páginas para doações na internet não são otimizadas para o acesso móvel, e é nesse ponto que a sua organização pode ter um diferencial; e outra dica é customizar a lista de quem vai receber seus e-mails, para que o conteúdo seja relevante para cada contato. Em seguida, considere o processo de como seu público-alvo usa as mídias sociais e com que frequência o faz. Isso ajudará na distribuição das campanhas via e-mail.

4 Melhore a organização da sua homepage para incrementar a credibilidade. Apesar dos muitos recursos online, várias pesquisas mostram que ter um website sólido é ainda um dos aspectos mais cruciais para alcançar a credibilidade dos doadores potenciais. Nós, da Public Interest Registry, fizemos uma parceria com a ORC International para pesquisar entre mais de mil usuários da internet a forma mais confiável de comunicação. A investigação revelou que ter um website forte é particularmente vital: 74% dos entrevistados afirmaram que um website que comunica bem e de modo simples é ainda a fonte principal para busca de informações sobre causas sociais e organizações de causa social. Assegurar que o seu website é esteticamente agradável, faz os downloads rapidamente e sem problemas e claramente apresenta a missão da sua ONG são as três formas mais simples de melhorar o site de maneira geral.

5 Profissionalize a sua gestão de mídias digitais. Para mais informações sobre engajamento com audiências online e como expandir e se destacar online, procure organizações na sua cidade que ofereçam treinamento em mídias digitais. Criar uma equipe treinada para essa gestão é decisivo para garantir assertividade na sua estratégia e que a sua organização está interagindo nas redes sociais com os seus públicos-alvo da forma adequada.

Empregar essas táticas vai assegurar que a presença online da sua organização fique mais forte, confiável e engajada, sem esquecer de desenvolver e customizar estratégias que estejam alinhadas com os objetivos específicos da sua organização. A experiência mostra que esse é o caminho para construir e consolidar uma plataforma de reputação e interação na internet, atingir a visibilidade desejada, mobilizar e engajar seguidores e se destacar na multidão crescente do mundo digital. 📧



◀ **TAHIANA D'EGMONT** é CEO da Kickante. Empreendedora digital, especialista em Marketing Digital e Community Building. Na Kickante, Tahiana tem a missão de viralizar as campanhas de arrecadação digital e lidera um time especializado por crowdfunding e arrecadação digitais.



É POSSÍVEL CAPTAR RECURSOS EM MEIO À CRISE ECONÔMICA MUNDIAL?

O crowdfunding é uma ferramenta de empreendedorismo, realizações e promoção criativa e empresarial, que tem muito a contribuir para o fortalecimento da economia e para a melhoria de problemas sociais

O maior desafio das organizações sem fins lucrativos sempre foi e continua sendo encontrar a melhor forma de captar recursos para seus projetos. Com o passar dos anos, cada vez mais pessoas têm conhecido e procurado o *crowdfunding*, enxergando-o como a alternativa mais simples e viável de continuar lutando por uma causa. Embora esse modelo de financiamento venha sendo trabalhado há bastante tempo no cenário mundial, ainda é pouco reconhecido como uma nova indústria para muitas instituições brasileiras.

O *crowdfunding* oferece a essas instituições uma nova chance de sucesso, possibilitando-as apresentar seus projetos para o mundo inteiro. Ao contrário do modelo de investimento tradicional, o financiamento coletivo é, por definição, a prática de financiar um projeto captando pequenas quantias de dinheiro por intermédio de um grande número de pessoas, geralmente pela internet.

Existem diversas plataformas de *crowdfunding* seguras e confiáveis no Brasil e, embora cada site ofereça seus diferenciais, o conceito por trás é o mesmo. O financiamento coletivo possibilita a captação de recursos de forma rápida, fácil e, sobretudo para o Terceiro Setor, muito benéfica, já que a organização não-governamental não precisa esperar o período de maturação exigido pelo governo para começar a arrecadar.

Outra vantagem ao falar de *crowdfunding* em meio à crise econômica é que os contribuidores não são muito afetados pela crise, pois as contribuições tendem a ser de valores pequenos. Aqueles que não podem contribuir, mas que se interessam pelo projeto, podem facilmente ajudar divulgando-o em sua base de contatos e redes sociais.

Ainda, os doadores tornam-se fiéis à ONG e com muita frequência passam a contribuir de forma recorrente, sem sair de casa. Isso contrasta com a teoria de que doadores e instituições precisam estar perto ou de que as instituições só devem arrecadar doações pela comunidade ou de pessoas próximas.

CRESCIMENTO DO FINANCIAMENTO COLETIVO BRASILEIRO

No Brasil, o *crowdfunding* segue um padrão contrário ao dos Estados Unidos. Enquanto lá não param de surgir novas plataformas, aqui vemos cada vez menos plataformas com valores impressionantes sendo arrecadados.

Em 2015, o recorde de arrecadação latino-americano, que ultrapassou R\$ 1 milhão, foi conquistado por uma organização sem fins lucrativos.

As plataformas já oferecem alguns diferenciais para o Terceiro Setor que ajudam a potencializar a arrecadação de fundos. Geralmente, quando se captam recursos para uma causa nos métodos tradicionais, é preciso contratar uma equipe para gerenciar a campanha. Já no *crowdfunding*, a plataforma realiza todos os papéis: recebe e registra as contribuições por você, contabiliza a quantidade já arrecadada e estima quanto ainda falta para alcançar o objetivo financeiro. Algumas oferecem dicas e estratégias de divulgação. Por fim, o site também registra os dados dos apoiadores da causa para o seu controle e para, eventualmente, no fim das arrecadações, retribuir quem doou com recompensas simbólicas.

Além disso, o grande aumento de campanhas de financiamento coletivo de ONGs nos últimos meses foi por conta do surgimento da opção de campanha flexível, trazida pela plataforma Kickante. Antes, no Brasil, só havia a opção tradicional de campanha tudo ou nada – a ONG só recebe o valor arrecadado se bater ou ultrapassar a meta. Com a opção de campanha flexível, a ONG leva o que arrecadar, independentemente de atingir a meta.

Outra vantagem do financiamento coletivo para projetos sociais é que as ONGs podem receber doações das mais diversas cidades do Brasil e do mundo – algumas plataformas já aceitam doação do exterior – doadores que não saberiam da instituição ou do projeto social se não fosse o financiamento coletivo. Aliás, essa dispersão geográfica talvez seja uma das características mais marcantes do financiamento coletivo. Quando o contribuidor se identifica com o projeto social realizado pela ONG, ele contribui, ajudando a transformar a vida de diversas pessoas.

O Terceiro Setor é um mercado que, mesmo com a crise, continua em pleno crescimento no Brasil, por isso as novidades não param de aparecer. Uma delas é o Clube de Contribuição Mensal, em que as ONGs podem arrecadar doações continuamente para seus projetos sociais. Essa é uma opção que pode ser realizada após uma campanha de financiamento coletivo normal, pois já houve divulgação prévia da ONG, do projeto social e de suas necessidades, e seus contribuidores tornam-se recorrentes.

Outra novidade lançada recentemente é o Kick Solidário. Nesse caso, o contribuidor torna-se um voluntário digital e pode criar uma campanha de *crowdfunding* para arrecadar fundos para uma ONG de que goste. A plataforma já possui o cadastro prévio

de dezenas de organizações e todas as doações vão diretamente para a instituição escolhida.

Para os próximos anos, a projeção é que ainda mais organizações e projetos sociais como um todo passem por um processo de experimentação com o financiamento coletivo, montando seus planos anuais de arrecadação já contando com a criação de uma campanha de *crowdfunding*.

TERCEIRO SETOR BATE RECORDE LATINO-AMERICANO

O recorde da América Latina de arrecadações via *crowdfunding*, que ano passado pertencia ao Médicos Sem Fronteiras, ultrapassou em 2015 a faixa de R\$ 1 milhão com a campanha Santuário Animal, da instituição Rancho dos Gnomos. A Associação Santuário Ecológico Rancho dos Gnomos (Aserg) arrecadou recursos para comprar um novo terreno para abrigar os animais resgatados, e com R\$ 10 o contribuidor ajudava a comprar 1 m².

A campanha, que teve tíquete médio de R\$ 65, atingiu milhões de pessoas ao redor do Brasil e do mundo. Com muito apelo emocional e forte assessoria de imprensa, o projeto foi exibido em programas de televisão em rede nacional, como o CQC, apoiado por instituições como ONG Ampara Animal, Instituto Luisa Mell e grupo Porta do Fundos, além de inúmeras celebridades, como Neymar, Glória Pires e até mesmo a cantora britânica Joss Stone.

Uma campanha bem-sucedida não necessariamente precisa da ajuda de celebridades, mas todas, sem exceção, consistem em três pilares: importância, clareza e urgência. Isto é, o criador deve explicar aos seus contribuidores por que cada contribuição é tão importante para a sua organização, o objetivo e a ambição do seu projeto e por que eles devem contribuir agora, e não depois.

Além disso, são de exímia importância o relacionamento e o engajamento da organização com seu público. As pessoas que abraçam sua causa e se envolvem com seu projeto serão seus melhores promotores. Além disso, você constrói uma base de contatos para ser usada futuramente.

A Kickante aproveitou o fim de ano e a campanha de incentivo à solidariedade #diadedoar para reunir depoimentos dos contribuidores sobre o que os motiva a ajudar um projeto a sair do papel. “Vejo pessoas que querem mudar o mundo em que vivem e trabalham para isso. Poder ajudá-las é uma sensação muito prazerosa, pois sinto que estou fazendo a diferença em algum lugar do mundo, mesmo que seja pequena; sinto que ajudei a construir um mundo um pouquinho melhor”, afirma Rafael Ghidini, contribuidor da campanha Santuário Animal.

O *crowdfunding* no Brasil é, sim, uma ferramenta de empreendedorismo, realizações e promoção criativa e empresarial. Uma ferramenta que tem muito a contribuir não só com o fortalecimento da economia, mas com a melhoria de problemas sociais brasileiros. 🇧🇷





◀ **SILVIA DASKAL** é advogada e formada em Negócios Sociais pelo Yunus Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) Social Business Centre (São Paulo). É integrante da Estaviz & Associados, diretora do Instituto Doar e atua como consultora em captação de recursos para organizações da sociedade civil.



FONTES E ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO

No ano passado, tive a oportunidade de capacitar dezenas de hospitais filantrópicos do estado de São Paulo como uma das facilitadoras do Projeto de Captação de Recursos/Programa de Sustentabilidade

das Santas-Casas do Instituto Para o Desenvolvimento do Investimento Social da Federação das Santas-Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Idis-Fehosp), e todas elas buscavam a diversificação de suas fontes de financiamento.

A escolha das fontes e das estratégias de financiamento mais adequadas para cada organização é parte desse processo.

Uma entidade pode receber doações de várias fontes: empresas, fundações, indivíduos e grupos comunitários. Os recursos também podem ser resultado de uma variedade de atividades, incluindo a apresentação de propostas de financiamento, eventos e verbas governamentais.

No processo de escolha das fontes de financiamento, o debate sobre *com quem captamos recursos* é um dos pontos iniciais. É fundamental para as organizações manter sua autonomia em relação ao doador, de forma que a missão e os objetivos da entidade devem orientar a política de captação de recursos, prevendo como será a relação com os financiadores, a gestão dos recursos e a prestação de contas.

Entre as diferentes fontes de captação de recursos, estão:

- governos;
- cooperação internacional;
- institutos e fundações;
- empresas;
- indivíduos;
- geração de renda;

Independentemente da origem dos recursos, o planejamento de seu processo de captação precisa ser claro.

Também é necessário ter em mente que a diversificação das fontes gera a sustentabilidade financeira das organizações. Uma organização nunca deve depender consideravelmente de uma fonte de recursos.

A dependência forte e, às vezes, exclusiva de uma fonte, como, por exemplo, a governamental, ilustra bem a situação de entidades que até o momento não se dedicavam a diversificar as suas fontes de recursos e que agora deparam com essa necessidade, para continuar operando normalmente.

Na estratégia de diversificação de fontes, as doações de indivíduos devem ser priorizadas, uma vez que captar recursos com pessoas traz dinheiro e também promove a organização, aumentando o apoio da comunidade.

Uma pirâmide representa o modelo ideal de captação: indivíduos com a diversificação da sua base de financiadores individuais e doadores em todas as categorias. Na base da pirâmide encontramos mais doadores com doações menores, enquanto no topo da pirâmide vemos menos doadores, mas contribuições mais significativas.

Cada fonte de recursos exige estratégias diferentes e uma estrutura, para que os resultados gerados sejam consistentes.

É importante que a atividade escolhida seja compatível com a organização, as capacidades e os talentos de seus funcionários e voluntários, com recursos financeiros e tempo disponíveis, bem como a imagem e o público que se quer atingir.

Para determinar quais serão as estratégias e as ações a serem realizadas, alguns pontos precisam ser considerados:

- necessidade atendida, histórico, credibilidade, legitimidade da entidade;

ESTRATÉGIAS DIFERENTES PARA FONTE DE RECURSOS

GOVERNOS	<ul style="list-style-type: none"> • convênios e termos de parceria; • emendas parlamentares.
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, INSTITUTOS E FUNDAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • projetos; • editais.
EMPRESAS	<ul style="list-style-type: none"> • editais; • patrocínios; • projetos incentivados; • <i>matching</i> com funcionários.
INDIVÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • doações avulsas; • doações recorrentes; • doações capitais; • legados; • doação de notas fiscais; • projetos incentivados; • <i>crowdfunding</i>; • grandes doadores. • geração de renda: • eventos; • venda de produtos; • venda de serviços; • licenciamento; • rifas; • leilões; • bazares; • shows, almoços, jantares beneficentes.

- nível de envolvimento e apoio das lideranças na captação de recursos;
- investimento financeiro disponível;
- experiência e habilidades dos envolvidos na captação de recursos;
- histórico de sucesso da entidade na captação de recursos.

Também é preciso determinar os objetivos da captação de recursos, ou seja, sua meta financeira total e o prazo de captação. Uma vez estabelecida a meta total e definidas as estratégias de captação que serão utilizadas, faz-se necessário instituir as metas financeiras para cada uma das ações, compondo o plano de captação de recursos.

Essas orientações servem para qualquer organização que deseja estruturar a sua captação de recursos de forma estratégica, como aconteceu com os hospitais participantes do programa. Estes seguiram tais orientações, mas esses direcionamentos também se aplicam a qualquer organização que deseja estruturar a sua captação de recursos de modo estratégico. 📌



◀ **JOÃO PAULO VERGUEIRO** é diretor executivo da ABCR - Associação Brasileira de Captadores de Recursos, administrador e mestre em administração e professor assistente na FECAP.



GOVERNANÇA DE ONGs E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A governança nas organizações da sociedade civil, ou organizações não governamentais (ONGs), é tema muito pouco debatido e estudado no Terceiro Setor, mas não por isso menos importante. Para o sucesso da captação de recursos, é essencial que as organizações tenham uma estrutura de governança funcional e atuante.

Por governança, entende-se o “sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre Conselho, equipe executiva e demais órgãos de controle”. Essa é a definição que nos foi apresentada pelo *Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais* (2014)¹, um documento elaborado pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) em parceria com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), considerada a maior referência brasileira sobre o tema.

Pode parecer até óbvio, mas o fato é que organizações bem dirigidas, bem monitoradas e incentivadas, que contam com um conselho atuante e independente e com uma equipe executiva competente para realizar o seu trabalho serão as que terão os melhores resultados na captação de recursos.

Captação de recursos, como sabemos, é um processo contínuo e estratégico de mobilização de recursos de várias fontes – indivíduos, empresas, governos etc. –, para com isso ser possível viabilizar a missão da organização, utilizando, a fim de pedir doações, as mais variadas técnicas e ferramentas.

A captação de recursos pode acontecer de maneira pontual e imediata – o presidente da organização que conhece um diretor de uma empresa que faz uma doação emergencial –, mas a sua sustentabilidade ocorre, de fato, quando é feita de forma permanente, com a organização sempre pensando em como trazer recursos (captar) com a mesma prioridade que dá à realização dos seus projetos.

É aí que entra a importância da governança. Para garantir a efetividade da captação de recursos como uma ação estratégica das organizações, as estruturas internas de governança devem estar preparadas para isto: o conselho precisa existir e ser independente, reconhecendo a relevância de captar para viabilizar o impacto dos projetos concretizados; a direção executiva

Captação de recursos é um processo continuado e estratégico de mobilização de recursos de várias fontes, para com isso ser possível viabilizar a missão da organização, utilizando as mais variadas técnicas e ferramentas

da organização tem de dedicar tempo, como parte da sua função (no *job description*), à captação de recursos; e a própria organização deve contar com uma área própria de mobilização de recursos – ou, no mínimo, com um membro da equipe que tenha essa responsabilidade como a principal.

Segundo o *Guia das Melhores Práticas...*, as “boas práticas de governança convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar a reputação da organização e de otimizar seu valor social, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade”. Nada mais próximo do que se defende aqui: para a longevidade da organização, captar recursos faz-se fundamental, gerando as receitas necessárias para implementar a missão de cada uma delas. Assim, para captar de modo mais eficaz e sustentável, é preciso que a organização possua boa estrutura de governança.

Nas próximas edições da **Revista Filantropia**, daremos continuidade ao tema da governança e da sua relação com a captação de recursos, apresentando os princípios e os fatores que devem ser levados em conta para as organizações poderem melhor se estruturar.

Há muito já salientamos que é primordial captar recursos para a sustentabilidade financeira das organizações. A partir de agora, ampliaremos esse entendimento: captar é, de fato, essencial, e, para garantir que a captação aconteça e seja efetiva, as organizações da sociedade civil devem contar com padrões mínimos de governança corporativa. 📌

■ Disponível em: <http://gife.issuelab.org/resource/guia_das_melhores_praticas_de_governanca_para_institutos_e_fundacoes_empresariais>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Produção editorial de **REVISTAS E INFORMATIVOS** de organizações sociais

- Produção de textos e reportagens
- Diagramação, revisão e tradução
- Impressão e publicação on-line
- Publicação em tablets e smartphones
- Distribuição



Peça um orçamento: (11) 2978-6686 | comercial@zeppelini.com.br



ZEPPELINI
PUBLISHERS

| www.zeppelini.com.br



LEI Nº 13.204/2015 ALTERA MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Nova norma legal estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias

Por Paula Craveiro



A Medida Provisória (MP) nº 684/2015, convertida na Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que alterou a Lei nº 13.019/2014, promove avanços na aprovação do Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor e estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, que envolvem, ou não, transferências de recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de cooperação mútua, para a consecução de finalidades de interesse público, define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil, institui o termo de colaboração, o termo de fomento e o termo de cooperação, e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Entre as alterações feitas no texto original da MP estão a ampliação das entidades que não se submeterão às novas regras e as mudanças na regra de chamamento público para parcerias.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Antes de falarmos sobre a importância real dessa mudança, faz-se necessária a apresentação de um breve histórico sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Em 31 de julho de 2014 foi publicada a Lei nº 13.019, tendo como principal objetivo disciplinar a celebração de parcerias entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, conceituadas como Organizações da Sociedade Civil (OSC). Esta lei entraria em vigor 90 dias após sua publicação, em 30 de outubro do mesmo ano.

Em 30 de outubro foi publicada a MP nº 658, que alterou a entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014 para 360 dias após sua publicação, passando para 27 de julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, a MP nº 658/2014 foi convertida na Lei nº 13.102/2015, mantendo a entrada em vigor do MROSC para 27 de julho de 2015.

Em 22 de julho do mesmo ano foi publicada a MP nº 684/2015, que alterou a entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014 para 540 dias após sua publicação – adiando o início da sua vigência para 23 de janeiro de 2016.

“Apesar de apenas ter conseguido prorrogar a entrada em vigor, a MP nº 684/2015 tinha como objetivo promover grandes alterações na Lei nº 13.019/2014. Essa MP deu origem a um relatório, posteriormente transformado no Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 21/2015, que durante sua tramitação no Congresso Nacional sofreu mais de 150 emendas”, explica Nailton Cazumbá, professor, coordenador da Comissão de Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC-BA) e consultor em gestão de convênios em órgãos da administração pública.

IMPACTOS PARA O TERCEIRO SETOR

A partir da entrada em vigor da Lei nº 13.204/2015, as entidades do Terceiro Setor terão que se adaptar às novas exigências para estabelecer parcerias com o Poder Público. “Essa

A Lei nº 13.204/2015 busca a valorização das OSC, trazendo mais segurança jurídica, efetividade na aplicação dos recursos recebidos para consecução de atividades voltadas à população e transparência na aplicação desses recursos com prestação de contas publicadas por meio eletrônico



lei é de suma importância, tendo em vista que ela busca a valorização das entidades classificadas como OSC, trazendo mais segurança jurídica, efetividade na aplicação dos recursos recebidos para consecução de atividades voltadas à população e, sobretudo, transparência na aplicação desses recursos com prestação de contas publicadas por meio eletrônico, e previsão de monitoramento e avaliação de todas as etapas do procedimento, demonstrando a boa e regular execução das atividades por parte das OSC”, explica Renata Lima, advogada e coordenadora do Núcleo Terceiro Setor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados.

De acordo com Renata, hoje, o que se vê é uma “nova era” entre as OSC e o Poder Público no que diz respeito às parcerias que visam ao bem comum, não havendo mais espaço para entidades que não levam o trabalho a sério.

O MROSC (Lei nº 13.019/2014, as MPs, o PLV nº 21, e as recentes alterações trazidas pela Lei nº 13.204/2015) vem disciplinar a celebração das parcerias firmadas entre a administração pública e as OSC, criando novos instrumentos jurídicos para substituir os convênios nessas relações, padronizando os procedimentos de seleção, celebração, monitoramento, avaliação e prestação de contas das parcerias para as esferas federal, estadual, distrital e municipal, e esclarecendo questões relativas ao que pode e ao que não pode ser realizado na execução dessas parcerias, dentre outras inovações.

“A intenção principal era acabar com a insegurança jurídica que sempre acompanhou as parcerias firmadas com as OSC, nas quais essas instituições muitas vezes sofriam exigências derivadas de aplicação indevida ou de interpretações equivocadas da legislação relativa a convênios e a licitações, por parte do poder público”, conta Cazumbá.

A Lei nº 13.019/2014 cria instrumentos jurídicos próprios e mecanismos específicos para a seleção, a celebração, o monitoramento, a avaliação e a prestação de contas de parcerias celebradas entre o poder público e as OSC



RELEVÂNCIA DA NOVA LEGISLAÇÃO

Segundo Nailton, a Lei nº 13.019/2014 vem criar instrumentos jurídicos próprios e mecanismos específicos para a seleção, a celebração, o monitoramento, a avaliação e a prestação de contas de parcerias celebradas entre o poder público e as OSC. “Por esse motivo, é considerado o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Mas, na verdade, este é o marco regulatório das parcerias firmadas pelas OSC com o poder público”, ele pontua.

“A importância da nova lei está no respaldo jurídico e institucional que as OSC terão. Elas, assim como seus gestores, deverão atuar de maneira cada vez mais profissional, evitando que futuras parcerias não sejam travadas por má prestação de contas, por exemplo”, observa Renata Lima.

É importante ressaltar, de acordo com Cazumbá, que nem todas as OSC celebram parcerias com o poder público para a realização de suas atividades e cumprimento de sua missão social. “Algumas instituições já estavam fora do MROSC, como as OSCIP, quando firmarem Termos de Parcerias, e as OS quando firmarem Contratos de Gestão. E, agora, com as alterações recentemente promovidas na legislação, será ainda maior o número de OSC cujas parcerias não estarão abrangidas pela Lei nº 13.019/2014, como aquelas firmadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e as que envolvam transferências referidas na Lei da Cultura Viva e no Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED)”, completa o professor.

No entanto, aquelas OSC submetidas ao MROSC terão regras bem definidas quanto aos procedimentos necessários para a celebração das parcerias, desde a seleção até a prestação de contas dos recursos recebidos e do cumprimento do objeto pactuado.

PRINCIPAIS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA NOVA LEI

A entrada em vigor da Lei nº 13.204/2015 não modificou apenas o que dispunha a Lei nº 13.019/2014. “Em dezembro de 2015 foi publicada a lei resultado da conversão do PLV nº 21/2015. A nova norma legal também revogou a Lei de Utilidade Pública Federal, alterou a legislação referente aos incentivos fiscais e à legislação tributária federal, a Lei das OSCIP, a Lei do CEBAS e a Lei de Licitações”, diz o professor Nailton Cazumbá.

Em relação às principais mudanças no MROSC, podemos destacar:

- a inclusão de organizações religiosas e cooperativas como OSC, aptas a realizar parcerias com o Poder Público;
- a criação do acordo de cooperação para as parcerias que não envolvam recursos públicos;
- a composição das comissões de seleção e de monitoramento e avaliação;
- a ampliação do rol de parcerias não sujeitas às determinações da Lei nº 13.019/2014;
- a redução de informações constantes no plano de trabalho;
- a modificação dos critérios para atuação em rede;
- a exclusão da exigência de Regulamento de Compras e Contratações como pré-requisito para a celebração de parcerias;
- a dispensa de chamamento público para a escolha da entidade para parcerias com recursos oriundos de emendas parlamentares;
- a dispensa de chamamento público para as parcerias objetivando atividades voltadas aos serviços de educação, saúde e assistência social, executados por organizações previamente credenciadas;
- o escalonamento do tempo mínimo de existência requerido das OSC para as parcerias, ficando três anos no âmbito federal, dois anos no estadual e um ano no municipal;
- a exclusão da exigência de indicação de dirigente com responsabilidade solidária nas parcerias;
- a exclusão das exigências relativas à fiscalização de fornecedores que forneçam bens ou serviços para as parcerias;
- a aplicação da lei a partir de 2016 para a União e os Estados, e apenas em 2017 para os municípios; entre outras.

A advogada Renata Lima completa: “A Lei nº 13.204/2015 traz ainda uma inovação para as OSC que atuam na área da saúde. Entidades conveniadas ou contratadas nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal poderão aderir, no prazo de três meses contados a partir da data de publicação desta lei, ao programa de que trata o art. 23 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2014 – Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades em Fins Lucrativos que Atuam na Área de Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (ProSUS). Portanto, essas entidades não serão regidas pelas disposições da nova lei e não se sujeitarão ao processo de chamamento público”.

Outro ponto importante a ser destacado está no art. 9º da Lei nº 13.204/2015, que trata da revogação da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que determinava as regras pelas quais as associações e as fundações seriam declaradas de utilidade pública



federal. Com a entrada da lei em vigor, as entidades que possuem o título não precisarão mais enviar o relatório anual ao Ministério da Justiça. “Não há que falar em cancelamento do título concedido anteriormente, que a entidade que o possui, permanecerá com o mesmo, porém apenas como título honorífico”, diz Renata.

Por outro lado, com a revogação da Lei nº 91/1935, houve a ampliação dos incentivos fiscais às doações de empresas para entidades filantrópicas, facilitando e incentivando as empresas optantes pelo lucro real a deduzirem as doações, pois não será necessário possuir qualquer título ou qualificação para fazer jus ao recebimento de doações, conforme diz a nova redação do artigo 84-B da Lei nº 13.019/2014, introduzido pela Lei nº 13.204/15.

Art. 84-B. As organizações da sociedade civil farão jus aos seguintes benefícios, independentemente de certificação:

- I receber doações de empresas, até o limite de 2% de sua receita bruta;
- II receber bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- III distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio.

Por fim, os títulos de utilidade pública, obtidos nas esferas estadual e municipal, continuam vigentes e sem alterações, sendo seguidas as exigências de suas respectivas legislações de forma regular para a manutenção desses títulos.

A NOVA LEI, NA PRÁTICA

A entrada em vigor da Lei nº 13.204/2015 trará mudanças no dia a dia somente das instituições que pretenderem firmar parcerias com o Poder Público. Aquelas que hoje têm parcerias firmadas com o governo federal já se encontram adaptadas à boa parte das exigências do marco regulatório (chamamento público, plataforma eletrônica, etc.), pois, nos acordos celebrados nessa esfera, já se pratica muita coisa que agora o MROSC trará também para os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

“No dia a dia das entidades sociais, essa lei representa a necessidade das organizações e dirigentes estarem constantemente atualizados e preparados, seja em relação a temas de ordem jurídica, contábil e administrativa de suas respectivas atividades”, adverte Renata.

“Para as OSC que se enquadrem nas situações de aplicabilidade do MROSC e que firmavam convênios apenas no âmbito estadual, distrital ou municipal, as mudanças serão consideráveis”, adverte Nailton Cazumbá. “De início, será obrigatória a participação em chamamento público para seleção de projetos e posterior celebração da parceria. Para tanto, essas instituições precisarão rever estatutos; atualizar documentação que comprove sua regularidade fiscal, capacidade técnica e operacional; apresentar planos de trabalho mais bem elaborados e detalhados; estar capacitadas para gerir o projeto por meio de plataforma eletrônica; adaptar-se aos novos procedimentos e prazos para as prestações de contas; e ampliar a divulgação e transparência de suas ações, entre outras exigências”.

É importante lembrar que, para as parcerias no âmbito municipal, as exigências do MROSC passam a valer apenas em 2017. 📌

LEGISLAÇÃO

Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015

Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999; altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992; nº 9.790, de 23 de março de 1999; nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm

MP nº 684/2015

Convertida na Lei nº 13.204, de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv684.htm

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)

Aprovado em 2014, o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil é fruto de um esforço conjunto do governo federal e da sociedade civil para modernizar as relações do Poder Público com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), agentes fundamentais para a execução de iniciativas de interesse público e para o aprofundamento da democracia.

Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/iniciativas/mrosc>





INCENTIVO À LEITURA E À CIDADANIA

Voluntariado nas bibliotecas comunitárias

Contribuições: Associação Vaga Lume, Bruna Tronchin Gallo*, Projeto Letras do Futuro, Grazielli de Moraes**

As bibliotecas comunitárias fazem com que todos tenham a possibilidade de acesso à leitura, aos livros e à cultura. São espaços que vão além da reunião de livros, mas que articulam com a comunidade atividades de mediação de leitura, de teatro, saraus e ainda em muitas delas a dinâmica de contar e ouvir histórias. Uma característica é bem comum a todas essas iniciativas: contar com mão de obra voluntária.

Contudo, para que essas bibliotecas comunitárias sejam espaços abertos e organizados de maneira duradoura e sustentável, é fundamental que a gestão do programa de voluntários seja eficiente, respeitando a legislação do trabalho voluntário no Brasil, e também tenha uma liderança dedicada, que valorize, reconheça, mas ainda incentive, mobilize, mantenha-se informada e engajada em projetos, causas e metas.

Os exemplos e depoimentos de voluntários mostram a eficiência da presença de voluntários nos programas, além de deixar bem claro que o sucesso das iniciativas acontece quando existem comprometimento, responsabilidade, consciência de direitos e deveres assumidos no trabalho voluntário.

DA TEORIA PARA A PRÁTICA

A voluntária da Biblioteca do Centro de Voluntariado de São Paulo, que mantém um acervo sobre voluntariado e é frequentada por gestores de programas de voluntariado e alunos interessados no Terceiro Setor, Maria Araújo, formada em Biblioteconomia, foi quem organizou todo o acervo e é também quem realiza a sua manutenção. Ao assistir a uma palestra sobre voluntariado, descobriu que Centro de Voluntariado de São Paulo possuía uma biblioteca. Fora isso, percebeu que o espaço precisava de organização e que o acesso aos livros deveria ser feito de modo simples, claro e de fácil entendimento. A biblioteca passa hoje por um processo de automatização, já possui um sistema de classificação por cores e números, de

fácil compreensão aos usuários, com mais espaço e organização. “É difícil descrever a alegria que isso me proporciona, de ver as pessoas felizes com o fruto do meu trabalho. Sem falar daquele abraço que recebemos, pois fazer trabalho voluntário é muito gratificante, ainda mais no nosso ramo de atuação profissional. Vejo como uma oportunidade de retribuir à sociedade o que foi aprendido em sala de aula. Além de poder contribuir com o nosso conhecimento, tornando a biblioteca um espaço para todos, é uma maneira prazerosa de fazer o bem e ainda aprender mais!”, afirma Maria Araújo.

Voluntária do Projeto Adote Um Livro e Transforme-se, Grazielli de Moraes também é formada em Biblioteconomia. Ela arrecada livros novos e usados e promove com sua equipe de voluntários a distribuição gratuita das obras em diversos pontos da cidade de São Paulo. Já distribuiu cerca de seis mil livros. Conta ainda com a parceria de autores, que, além de participar das ações com sessões de autógrafos e bate-papo com os leitores, fazem a doação de livros. São bibliotecas comunitárias itinerantes, e os livros estão todos classificados e organizados para que a distribuição seja de fato relevante para quem doa o livro e para quem o recebe. “No trabalho voluntário recebo muito mais do que ofereço. Tenho sim no meu voluntariado a grande oportunidade e a satisfação de levar a leitura e os livros a alguém, é isso me motiva”.

Voluntário das Bibliotecas Vaga Lume, na Região Norte do Brasil, Andrey Teles tem 22 anos e nasceu em Belém (PA), mas logo foi morar na comunidade São Miguel, em Portel (PA), de onde ele pretende sair apenas para estudar. Quer voltar logo em seguida para repassar o conhecimento que vai adquirir e para ajudar a sua família. “Não quero sair daqui, pois aqui tenho tudo de que preciso. Só falta melhorar a educação”, diz o jovem, que é bastante ligado à família e aos amigos. Aliás, educação é um tema muito caro para Andrey desde a infância. “Há sete anos a escola só tinha até

*Graduada em Relações Públicas, atua com comunicação institucional desde 2009. Desde 2015 é analista de comunicação na Vaga Lume e desenvolve projetos de comunicação online, assessoria de imprensa e produção de conteúdo.

**Graduada em Biblioteconomia e em Ciência da Informação, é bibliotecária do Acervo Técnico de Documentação da empresa Arcadis S.A.; bibliotecária criadora e coordenadora voluntária do Projeto Adote Um Livro e Transforme-se, do Projeto Letras do Futuro; e bibliotecária voluntária do CVSP.



Andrey Teles é coordenador da Biblioteca Vaga Lume na comunidade São Miguel, em Portel (PA)



Em São Miguel, a biblioteca conta com sede própria e é gerida por um grupo de voluntários



A biblioteca é um espaço que serve tanto para pesquisas quanto para as mediações de leitura que acontecem diariamente

a 3.^a série. Repeti duas vezes a 3.^a série e três vezes a 4.^a para não parar de estudar”. Além da falta de professores e de estrutura, a comunidade também não tinha acesso aos livros. “Na minha infância, senti muita falta de livros, desse universo que os livros trazem. Eu demorei para aprender a ler, pois não tínhamos livros na biblioteca a não ser os didáticos. Na época tinha somente uma cartilha por aluno e não tinha ninguém para incentivar a leitura”, conta.

Desde sua infância, o cenário da educação em São Miguel mudou muito e um dos grandes responsáveis por isso é o próprio Andrey. Um de seus sonhos de criança era ter uma escola grande, com boa infraestrutura para incentivar o aprendizado e com novas turmas e professores, já que a escola onde estudou tinha apenas uma sala, apelidada de “caixinha”. Andrey e seus colegas solicitaram apoio do prefeito de Portel, mas o político disse que não havia recursos para a construção da escola. Foi então que eles se propuseram a construir a edificação se o prefeito se compromettesse a enviar os professores. O trato estava feito. Com a ajuda de um amigo do Rio de Janeiro, Andrey arrecadou R\$ 10 mil e reuniu a comunidade toda para que construíssem a escola com as próprias mãos. O projeto foi desenhado com quatro salas – três para as aulas e uma para a biblioteca –, e em um semestre elas estavam prontas para receber os alunos, os novos professores e os livros.

Hoje Andrey tenta terminar o último ano do ensino médio (o estado não consegue enviar professores para terminar a última matéria que falta) e é coordenador da Biblioteca Vaga Lume,

da comunidade. “Foi no Congresso da Vaga Lume que eu vi a importância dos livros. A minha vida começou a mudar lá. Entrei em contato com pessoas com quem eu falo até hoje e que me ensinaram a zelar pela biblioteca”. Andrey também diz que aprendeu a utilizar melhor a biblioteca, criando espaços confortáveis e fazendo mediação de leitura. No mesmo congresso, com uma voluntária da biblioteca de Barreirinhas (MA), o jovem aprendeu que uma biblioteca muito arrumada é sinal de que ela não está sendo usada, e, para que as crianças se sintam à vontade para pegar os livros e ler, o espaço deve ser convidativo. “Eu deixo as crianças explorarem as prateleiras e eu digo para os outros voluntários também deixarem elas fazerem isso. Depois a gente arruma, esse é o nosso trabalho”, explica.

Andrey acredita que a biblioteca tem um papel muito importante no desenvolvimento das crianças e reconhece que, depois que passou a ser voluntário, se desenvolveu mais e conheceu mais possibilidades por meio da leitura. “Eu falo para as crianças da comunidade que elas têm sorte, pois já nasceram numa época mais evoluída, em que os livros estão disponíveis para elas. Falo também que elas têm de zelar pela biblioteca, pois é onde você aprende a se expressar, ler e escrever”.

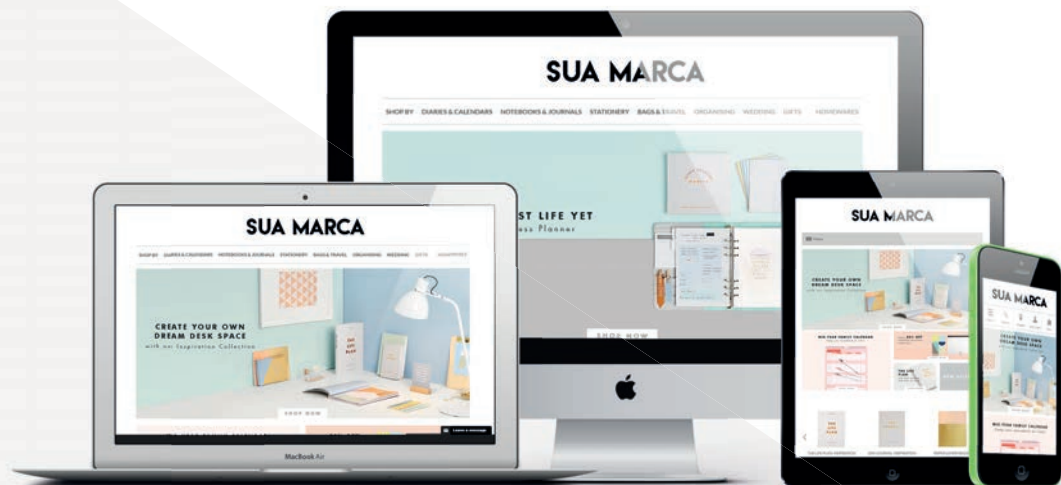
As bibliotecas comunitárias gerenciadas e que contam com a participação de voluntários transformam comunidades e pessoas. Transformam quem faz e quem recebe a ação e dão a oportunidade de acesso aos livros a quem não tem! 📖

AUMENTE SEUS RESULTADOS
E EXPLORE O POTENCIAL

DA SUA CAUSA

- ▶ Saiba se comunicar com empresas para obter investimentos
- ▶ Mobilize equipe e voluntários comprometidos
- ▶ Crie produtos e serviços para aumentar seu faturamento
- ▶ Ganhe mais exposição para sua organização
- ▶ Desenvolva projetos criativos





SOLICITE UMA
AVALIAÇÃO GRATUITA
DE MARKETING DIGITAL

ATENDEMOS TODO O BRASIL!

VALORES ESPECIAIS PARA AFILIADOS FILANTROPIA.

agencia.nossacausa.com
contato@nossacausa.com • (41) 3040-8316
f /nossacausa @nossacausa (41) 8887-2438

**NOSSA
CAUSA**

AGÊNCIA DE
MARKETING COM
IMPACTO SOCIAL



O PODER DO RECONHECIMENTO PARA O VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

Quem não gosta de receber um elogio ou de ver o seu trabalho sendo apreciado e valorizado? Pois é, o reconhecimento é um dos fatores motivacionais mais importantes para nós, seres humanos, e voluntários não fogem à regra.

As ações de reconhecimento são de extrema importância para valorizar os públicos que participam de uma ação de voluntariado

empresarial, e existem inúmeras formas de realizar essa homenagem. Todas elas contribuem para fidelizar o voluntário, engajar novos colaboradores e parceiros e fortalecer a cultura do voluntariado dentro da organização.

Para tanto, é necessário traçar uma estratégia de reconhecimento própria do programa de voluntariado empresarial. Confira a seguir algumas dicas que vão ajudá-lo nessa tarefa:

CONSIDERE O RECONHECIMENTO COMO UMA DAS ETAPAS DO PLANEJAMENTO

As atividades de reconhecimento devem ser determinadas desde o início do programa, levando em conta os objetivos e as metas estabelecidos para aquela ação.

Deve-se também considerar que, além dos voluntários, outros públicos contribuem para o sucesso do programa e devem ser reconhecidos, como por exemplo as organizações beneficiadas, os gestores dos colaboradores voluntários e as áreas parceiras, como recursos humanos, marketing, entre outras.

É possível realizar uma série de ações de reconhecimento simples e baratas, porém, deve-se pensar num orçamento próprio para essa etapa.

AVALIE OPÇÕES DIFERENTES DE RECONHECIMENTO

Como temos vários públicos envolvidos em um programa de voluntariado, é interessante considerar ações de reconhecimento especiais direcionadas para cada grupo.

Por exemplo, para os gestores que apoiam e incentivam a participação de seus funcionários, vale a pena enviar um e-mail de agradecimento, ou uma comunicação mais personalizada, destacando a participação dos funcionários da área que eles gerenciam. É importante termos em mente que o gestor, além de ver números e estatísticas sobre o programa, gosta também de sentir, por meio da visão da administração, como o envolvimento dele contribuiu para aqueles resultados. Trata-se de uma ação simples, mas que ajudará a reter esse importante público.

Para as organizações parceiras que recebem o trabalho voluntário, é legal mostrar a importância delas nesse processo, seja mediante uma carta de agradecimento, seja até mesmo convidando-as para conhecer a empresa e o seu programa de voluntariado. Ouvir a percepção e a opinião desse público é uma ótima forma de melhorar a atuação futura dos voluntários.

Para cada parte envolvida, cabe analisar suas características e contribuições, para assim manter todos motivados e trabalhando a favor do programa.

É recomendável também combinar ações de reconhecimento pessoais com ações em massa, pois assim elas acabam se complementando e atingindo todos os públicos envolvidos.

UTILIZE AS AÇÕES DE RECONHECIMENTO PARA PROMOVER O PROGRAMA

Ações de reconhecimento geram grande repercussão dentro de uma empresa, e utilizar esse momento como forma de divulgação do programa pode ser uma das melhores estratégias de comunicação que o seu programa pode ter.

Utilize boletins, cartazes, murais e newsletters para reportar os resultados das ações. Nesses mesmos materiais, ofereça também informações gerais sobre o programa, assim além de conhecer os destaques daquela iniciativa o leitor também tomará conhecimento sobre o que é o programa e como participar dele.

Assim como qualquer projeto dentro da empresa, o programa de voluntariado também deve ser monitorado e possuir reportes periódicos

Vale tomar cuidado apenas com brindes ou prêmios de valor significativo, que podem ser considerados como um tipo de troca ou remuneração ao trabalho voluntário, pois esse não é o objetivo e é capaz de atrair um público que não está verdadeiramente interessado no tema.

INSPIRAÇÕES

Existem inúmeras formas de dizer *obrigado*. Destaco aqui algumas ideias que podem ser aplicadas em um programa de voluntariado empresarial:

- **eventos especiais:** festa de confraternização, *happy hour*, café da manhã com o presidente;
- **comunicação:** mural de fotos dos voluntários, entrevista nos meios de comunicação interna (como intranet, e-mail marketing, entre outros), carta da diretoria reconhecendo o trabalho desenvolvido etc.;
- **brindes:** camisetas, bonés, broches, mochilas, troféus, medalhas. Tudo personalizado com a identidade do programa;
- **capacitação:** *workshops* e livros sobre assuntos de interesse dos voluntários;
- **passeios:** visita a organizações não governamentais (ONGs) e projetos apoiados, intercâmbio entre unidades distantes da empresa, participação em eventos culturais patrocinados, entre outros.

Assim como qualquer projeto dentro da empresa, o programa de voluntariado também deve ser monitorado e possuir reportes periódicos. Separe um espaço no portal de voluntariado da empresa (caso ela o tenha), ou crie um canal de comunicação direta com a equipe gestora do programa, a fim de coletar feedbacks e saber a opinião dos voluntários. Essa também é uma forma de respeito e valorização do trabalho.

O reconhecimento é uma das mais poderosas armas que um programa de voluntariado pode ter. Cada empresa deve analisar sua realidade e investir em iniciativas contínuas de valorização. Ninguém vence sozinho, nós sabemos disso. Portanto, devemos saber também reconhecer com ações concretas quem nos ajuda a fazer um programa de voluntariado de sucesso. 📌



◀ **MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES** é autora dos livros *Ação social das empresas privadas: como avaliar resultados?* (editora FGV, 2005) e *Projetos sociais corporativos: como avaliar e tornar essa estratégia eficaz* (editora Atlas, 2010); professora Professora convidada do programa de Parceria com Organizações Sociais (POS), da Fundação Dom Cabral (FDC) - www.estrategiasocial.com.br



COMO ESTIMULAR A FILANTROPIA NO BRASIL?

No Brasil, o termo *filantropia* costuma ter sentido pejorativo, associado a assistencialismo, ajudas paliativas que não buscam a solução para os problemas sociais e até disfarce para a corrupção (ou “pilantrópia”). Já nos Estados Unidos e na Europa, tende a prevalecer uma aceitação positiva, relacionada a doações dos indivíduos, das famílias e das empresas (de dinheiro e/ou de tempo) em benefício dos mais necessitados, com o significado de generosidade e de contribuição por um mundo melhor. No fim do ano passado, Elie Horn, grande empresário brasileiro e fundador do grupo Cyrela, anunciou que pretendia doar mais da metade do seu patrimônio, estimado em US\$ 1 bilhão, e fez um veemente apelo para que mais pessoas, sobretudo empresários, aderissem à filantropia no país. Qual é o atual estágio da filantropia no Brasil? Será que a filantropia deveria mesmo ser estimulada entre nós?

Inicialmente, vale a constatação de que a filantropia *não* é ainda um valor cultural para o brasileiro. Tomando por base o Índice Mundial das Doações de 2015, levantado pelo Charities Aid Foundation (CAF) para 145 países, o Brasil está classificado entre os piores, na 105ª posição. A explicação não está nas condições socioeconômicas do país. Basta ver, por exemplo, que esse índice nos EUA (país rico) e no Quênia (país pobre) é bem superior do que no Brasil, como ilustra a tabela a seguir. Ambos os países detêm respectivamente o 2º e o 11º lugar.

POR QUE AS PESSOAS FAZEM FILANTROPIA?

Pode-se dizer que as pessoas fazem filantropia por duas razões principais. A primeira envolve a obrigação moral e o sentimento de poder retribuir pelo muito recebido em vida. Indo nessa linha de raciocínio, Elie Horn argumenta que o que estimula o comportamento pró-filantropia da pessoa é a sua crença religiosa. Para ele, “esse assunto é muito lógico. Há dois tipos de pessoas, os crentes e os não crentes. Para o crente, Deus existe e, em consequência, há vida eterna e algo além desta vida. Já o não crente só pensa nesse mundo e nada mais. Se Deus não existe, meus atos não têm consequência, ajo por egoísmo, gasto em barcos, aviões, o diabo a quatro, mimo meus filhos e estrago o mundo”, em entrevista para a revista *Valor* de 27 de novembro de 2015.

A meu ver, o aspecto religioso pode, de fato, ter papel relevante, mas possivelmente não se trata de uma relação tão direta, como supõe Horn, e mereceria ser mais bem estudado. A esse respeito, veja que, nos três países considerados anteriormente, o percentual de cristãos, aí incluídos católicos e protestantes, se mostra bem parecido entre eles: 88,9% no Brasil, 84,8% no Quênia e 78,3% nos EUA. Já a categoria dos não afiliados a uma religião é de 2,5% no Quênia, 7,9% no Brasil e 16,4% nos EUA, conforme dados da Pew Research Center:

Religion & Public Life de 2010 (<http://www.pewforum.org/files/2012/12/globalReligion-tables.pdf>). Assim, em uma análise *grosso modo*, o Brasil não pareceria ser um país tão menos religioso do que os outros dois.

A segunda causa tida como influenciadora do comportamento filantrópico das pessoas e empresas é a legislação tributária nos países, tema que também mereceria ser objeto de aprofundamento. No caso do imposto sobre heranças, a título de exemplificação, tome-se aqui os casos do Brasil e dos EUA. Em nosso país, a alíquota média desse imposto (Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD) é de 4%, podendo chegar ao teto de 8%. Por sua vez, no país norte-americano a alíquota do imposto sobre heranças é bem mais elevada, com média de 29% e podendo chegar ao teto de 40%. Então, o argumento é de que os bilionários dos EUA acabam sendo induzidos a fazerem doações filantrópicas ou a criarem os seus próprios institutos e fundações para não se verem compelidos a transferir parte substancial de suas fortunas para os governos. Assim, ao mesmo tempo que fogem da sanha arrecadatória do governo, ainda usufruem o retorno privado da filantropia: perpetuam o legado da família, contribuem para a imagem de suas empresas e, se a filantropia for do tipo estratégica (na linha do que preconizavam Porter e Kramer), ainda beneficiam a lucratividade dos negócios.

Índice Mundial das Doações, 2015			
Você fez alguma das seguintes coisas no último mês?	País		
	EUA	Quênia	Brasil
Ajudou um estranho, ou alguém que você não conhecia, que precisava de ajuda? (sim)	76%	74%	41%
Fez doações para caridade em dinheiro? (sim)	63%	39%	20%
Doou seu tempo como voluntário para alguma organização? (sim)	44%	43%	13%
Índice geral (médio)	61%	52%	25%
Ranking geral (conjunto de 145 países pesquisados)	2º	11º	105º

Fonte: CAF, de acordo com pesquisa realizada em 2014

Já no que se refere aos incentivos fiscais de imposto de renda, a alegação é a de que esses incentivos são bastante limitados no Brasil. Primeiramente, no caso das empresas, apenas aquelas tributadas pelo regime do lucro real, que são poucas (em torno de 15 a 20% no país), podem auferir do benefício da dedução do valor doado. Em segundo lugar, os limites de dedução são muito baixos, podendo chegar a um total de no máximo 4% (empresas) e 6% (pessoas físicas) do imposto de renda devido. Terceiro ponto, os procedimentos exigidos para viabilizar essas doações são tão burocráticos que afastam os potenciais doadores. E, por último, não há liberdade de escolha para qual organização filantrópica a pessoa ou a empresa quer doar; é apresentado a elas um cardápio restrito de projetos e iniciativas previamente aprovados pelo governo para receberem esses recursos incentivados. Hoje em dia, a pré-condição é que sejam projetos vinculados ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Fundo do Idoso, às leis de incentivo à cultura e ao esporte e às leis de apoio às pessoas com deficiência e câncer.

POTENCIAIS RISCOS: AS CRÍTICAS À ATUAÇÃO DOS FILANTROPOS

Há duas maneiras de os indivíduos, as famílias e as empresas fazerem filantropia. A primeira delas é atuando como *executores* da ação social, por meio de trabalho voluntário, iniciativas pontuais de benemerência e/ou de projetos sociais planejados e avaliados.

A segunda é pela atuação sobretudo como *financiadores* da ação social, mediante doação direta de dinheiro para as organizações sociais executoras das ações sociais ou por intermédio da criação de fundações e/ou institutos próprios.

Nos EUA, essa distinção entre financiamento e execução é bastante nítida para Pedro Abramovay, na revista *Valor* de 30 de outubro de 2015. Lá a legislação estabelece uma separação entre a função das fundações privadas, que têm patrimônio e fazem doações (*granters*), e das chamadas ONGs (organizações não governamentais, ou *charities*, ou *grantees*), que captam os recursos e executam com certa autonomia os seus projetos sociais. São os casos, por exemplo, da Fundação Bill & Melinda Gates e da Fundação Open Society (do investidor George Soros), ambas sediadas nos EUA e com atuação em âmbito mundial, sobretudo nas regiões mais vulneráveis, e o foco em questões de pobreza, saúde, direitos humanos e educação. No Brasil não ocorre essa distinção. Aqui, a grande maioria das fundações privadas ou empresas executa os seus próprios programas sociais e/ou contrata ONGs para executar os projetos que elas idealizam. Como exemplos, temos a Fundação Bradesco, a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Vale e a Fundação Itaú Social.

Todavia, é nos EUA, país em que mais se avançou no campo da filantropia, que começam a ganhar força as críticas à atuação dos filantropos.



Sediada nos EUA, a Fundação Bill & Melinda Gates opera com recursos captados e executa seus projetos com autonomia



FOTO: DIVULGAÇÃO

Levantamento da CAF aponta que a filantropia ainda não é um valor cultural para o brasileiro. De 145 países, o Brasil está classificado entre os piores, na 105ª posição

A principal crítica diz respeito à lógica de funcionamento das fundações privadas, sejam elas corporativas, sejam familiares. Grande parte dos seus recursos financeiros provém de incentivos fiscais, isto é, são recursos que por direito seriam dos governos e que são repassados para que os filantropos ou suas organizações filantrópicas possam destiná-los às causas sociais que eles julgam meritórias. Dessa forma, ao terem as suas bases tributárias encolhidas, os governos democraticamente eleitos, que, em condições normais, teriam legitimidade para definir as prioridades sociais, acabam perdendo poder de decisão para a filantropia. Em outras palavras, são os governos cedendo espaço para os donos do poder econômico decidirem sobre as políticas públicas.

Voltando aos exemplos das duas maiores fundações privadas norte-americanas citadas, veja que a Fundação Bill & Melinda Gates decidiu investir pesado em países pobres da África no combate à malária, síndrome da imunodeficiência humana (Aids), poliomielite e tuberculose, que ainda continuam matando milhões de pessoas nesses locais. Por sua vez, a Open Society apoia pelo mundo afora as causas relacionadas a direitos humanos e, particularmente na América Latina, as questões vinculadas a desarmamento, descriminalização das drogas, apoio aos dependentes químicos e às minorias, bem como redução da maioria penal. Seriam, de fato, essas as prioridades dos governos dos países receptores dessas ações e também do governo dos EUA, que em última instância é cofinanciador? Ou, levando o raciocínio ao extremo, a filantropia não acabaria se tornando um fator de ampliação de desigualdade entre os ricos filantropos e os cidadãos comuns em seu poder de influenciar as políticas públicas?

Outra forte crítica decorre da vinculação da filantropia com a lógica empresarial – dinâmica essa que Porter e Kramer denominaram inicialmente de *filantropia estratégica* (2002) e depois de *valor compartilhado* (2006). Já Matthew Bishop a chamou de

filantrocapitalismo (2008). A alegação é a de que nesses casos fazer o bem fica sempre a reboque dos interesses do negócio. Ou seja, o investimento social é feito sob medida para atender de maneira prioritária aos objetivos corporativos e aos dos seus parceiros e, em segundo lugar, aos objetivos sociais das comunidades que são o foco das ações. No exemplo da Fundação Bill & Melinda Gates, os críticos dizem que o foco central de sua atuação social nos países da África está em expandir as fronteiras para os seus negócios de tecnologia da informação (TI) e das empresas acionistas da fundação, como, por exemplo, as multinacionais do setor farmacêutico e do setor de alimentos (McDonald's e Coca-Cola), conforme artigo¹.

Particularmente, discordo dessa última crítica. Não pode ser tido como pecado a filantropia gerar também retorno econômico para os negócios dos seus financiadores. Ao contrário, essa vinculação valor social/valor econômico é saudável e pode representar fator de continuidade e fortalecimento das iniciativas filantrópicas. Porém o pré-requisito crucial para garantir essa vinculação saudável é que tais iniciativas sociais produzam, de fato, os resultados sociais prometidos. Ou seja, é preciso que haja o compromisso real entre o que a filantropia diz que vai fazer e o que é feito.

Daí porque, nesse contexto da filantropia em expansão, a avaliação dos resultados sociais se torna um instrumento imprescindível. Agora há cada vez mais parceiros (entre eles, o próprio governo) e recursos envolvidos e, portanto, se devem prestar contas do valor social gerado. Vale lembrar que antes a filantropia era constituída basicamente por uma série de ações isoladas de benevolência: tinha o poder restrito de influenciar e não precisava ser avaliada. Contudo hoje o cenário é outro. A filantropia tem um poder muito maior de influenciar o contexto social, porque atua em rede (a busca do impacto coletivo) e em parceria com os governos, as empresas e as famílias doadoras.

¹ <http://prijamasurf.com/2014/01/el-filantrocapitalismo-de-bono-y-bill-gates-ayuda-a-los-pobres-que-beneficia-mas-a-los-ricos/>

ESTIMULAR A FILANTROPIA NO BRASIL?

Como visto, a filantropia ainda não é um valor cultural no Brasil, como ocorre nos EUA e no Reino Unido, mas pode haver espaço para fortalecê-la entre nós, por meio de política fiscal e campanhas de mobilização.

A legislação tributária em nosso país ainda é tímida nesse sentido e não favorece as doações filantrópicas incentivadas. Se as deduções do imposto de renda fossem maiores, os indivíduos e as empresas tenderiam a doar mais para as organizações sociais. Se houvesse maior taxação sobre heranças, isso poderia estimular, por exemplo, a constituição de fundações e institutos privados. Porém fica aqui o alerta de que essa segunda alternativa relacionada ao imposto sobre heranças deve ser vista com bastante cautela, uma vez que a carga tributária no Brasil já é uma das mais elevadas no mundo.

Quanto à mobilização da opinião pública em prol da filantropia, pode-se dizer que ela é quase inexistente no Brasil. Pouco se ouve falar de alternativas disponíveis para quem quer fazer o bem, por meio de trabalho voluntário e/ou da doação em dinheiro. Também quase não há hoje em dia a busca de sensibilização para os benefícios da filantropia, seja em termos do sentimento gratificante para quem ajuda, seja dos efeitos positivos na vida de quem é ajudado. Assim, se existissem campanhas de mobilização pensando nisso, muito provavelmente a filantropia baseada em recursos próprios (de tempo e/ou de dinheiro), para além dos incentivados, assumiria um novo patamar no Brasil.

Mas será que queremos mesmo estimular a filantropia no Brasil?

Se sim, precisamos estar conscientes de que, quando a filantropia se expande, como se deu nos EUA, e adquire novo formato (a ideia do valor compartilhado ou do filantropocapitalismo), ela também passa a apresentar riscos que antes não existiam. Como visto, um desses riscos é a ampliação do poder político dos filantropos *vis-à-vis* aos governos e cidadãos comuns. Outro risco é o fortalecimento econômico dos filantropos e seus negócios em descompasso com a transformação social que eles produzem.

Se queremos mesmo estimular a filantropia no Brasil, temos de estar preparados para lidar com riscos/questões desse tipo. A melhor maneira para isso é agir de forma firme no campo da *regulação da filantropia*, isto é, delimitar de modo claro os espaços e papéis que desejamos que a filantropia ocupe em nosso país. Prever antes, para evitar conflitos e retrocessos no futuro. Assim, entre outros, é importante contemplar os seguintes aspectos:

- definição do marco institucional, com a atribuição das responsabilidades e formas de interação entre as diferentes instituições do terceiro setor, do setor público e do setor privado;
- definição dos critérios para a eleição pelos filantropos das causas sociais que querem apoiar, de modo a coibir interesses individuais em detrimento do bem comum;
- normas para a condução das ações sociais, sempre baseadas no respeito e na escuta às necessidades das comunidades atendidas;
- compromisso com a avaliação dos resultados sociais e transparência.

FOTO: HUMANOO



Mantida pelo Banco Bradesco, a Fundação Bradesco executa seus próprios programas sociais

Por que devemos estimular a filantropia no Brasil? Será que ela pode ser tida como superior ao Estado na promoção do bem público?

A meu ver, não está em questão se a filantropia é superior ao Estado na promoção do bem público. Há papéis que são específicos do Estado, como aqueles relativos à segurança e à justiça, e papéis que podem ser compartilhados entre organizações públicas e filantrópicas, como nas áreas da saúde e educação. E, nesse segundo caso, tanto podemos ter instituições públicas como filantrópicas que sejam efetivas ou não. Vai depender sobretudo das práticas de gestão adotadas por cada instituição individualmente.

O importante é podermos vir a ter no Brasil a filantropia como complementar ao setor público, capaz de *somar forças* para a promoção do bem público. Nem de longe está em jogo *apenas* subtrair recursos dos governos, via incentivos fiscais, e realocá-los nas instituições filantrópicas. Não é para ser uma conta de soma zero, em que se busca reduzir o poder de atuação do Estado na mesma proporção em que se amplia o poder da filantropia.

Concluindo, e *após feitos esses alertas*, considero que devemos, sim, estimular a filantropia no Brasil, haja vista o seu potencial positivo na promoção do bem público. Primeiramente, por representar uma oportunidade de canalizar *novos* recursos (além dos públicos), seja por meio de doações em dinheiro, seja mediante trabalho voluntário, para enfrentar os muitos problemas sociais existentes em nosso país. Em segundo lugar, por representar uma maneira diferenciada de tratar as questões sociais, com menos burocracia e mais competência para atuar com foco em resultados. E terceiro, por *não* estar atrelada a ciclos eleitorais curtos e, portanto, por poder se comprometer com um horizonte de trabalho de mais longo prazo. 🏡

E A PERGUNTA DE UM MILHÃO DE REAIS É:

COMO ESSE DINHEIRO SERIA ÚTIL PARA A SUA ONG?

Em setembro de 2015, a ONG Rancho dos Gnomos (projeto que cuida de animais abandonados) conseguiu arrecadar R\$1.006.990,95 através do financiamento coletivo para comprar um terreno onde será o novo abrigo dos animais. Graças ao trabalho conjunto com a organização, a Kickante ganhou destaque nacional e internacional por obter recorde de arrecadação da América Latina, que anteriormente também era nosso, e assim nos tornamos referência do crowdfunding brasileiro. Não é a toa. Além de termos os melhores resultados, contamos com uma equipe especializada em financiamento coletivo que está preparada para guiar o seu projeto para o sucesso. Você só precisa de duas coisas: criar uma campanha e saber responder a essa pergunta.

www.kickante.com.br/crie

 **kickante**
Juntos somos uma multidão.



AMANDA RIESEBERG é publicitária de formação. É Empreendedora Social da Nossa Causa - Agência de Transformação Social, onde trabalha com desenvolvimento e articulação de projetos sociais e comunicação estratégica para organizações que buscam ou possuem um propósito social



MARKETING SOCIAL

Ferramentas e estratégias mercadológicas aplicadas em prol do Terceiro Setor

Segundo a American Marketing Association, marketing é o "conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, distribuir e efetuar a troca de ofertas que tenham valor para consumidores, clientes, parceiros e a sociedade como um todo". Sob uma primeira impressão, parece-nos que o termo marketing está associado diretamente a empresas nas quais a lógica mercantilista do lucro pelo lucro é imperativa.

Mas o marketing, como catalisador das transformações sociais e mercadológicas e como ferramenta estratégica de posicionamento das empresas, evoluiu. Suas estratégias voltadas apenas para os produtos ou vendas já estão sendo subestimadas, sendo seu foco agora voltado para a área social, nos anseios e necessidades mais profundos da sociedade.

Tendo o objetivo de atender as necessidades humanas sociais, o marketing estabelece um comprometimento com a sociedade, em um aspecto menos tangível num primeiro momento, como a contribuição à formação do indivíduo e a preocupação em relação às atitudes deste como membro da sociedade.

MARKETING SOCIAL

O termo marketing social surgiu na década de 1970, com Philip Kotler e Gerald Zaltman. Em 1971, num artigo publicado no *Journal of Marketing*, eles classificaram esse conceito como sendo o processo de "criação, implementação e controle de programas para influenciar a aceitabilidade das ideias sociais e envolvendo considerações relativas ao planejamento de produto, preço, comunicação, distribuição e pesquisa de marketing".

O marketing social se aproveita das técnicas de marketing para vender um produto intangível na maioria das vezes, mas que pode estar atrelado a um produto tangível. Por exemplo, numa campanha de distribuição de preservativos, que tem

como objetivo geral alertar a população sobre o sexo seguro e a adoção de planejamento familiar.

PLANO DE MARKETING

Compreendendo agora o conceito de marketing social, é preciso construir o plano de marketing. Esse plano é composto por três etapas: o planejamento, a implementação e a avaliação, sendo ele o desenho das ações da organização com o objetivo de gerar venda. Essa venda pode ser entendida como os objetivos de conversão definidos, que podem ser, por exemplo:

- Novos investidores
- Novos voluntários
- Venda de produtos tangíveis
- Retenção de apoiadores

PLANEJAMENTO DE MARKETING

A etapa de planejamento de marketing é, muitas vezes, ainda mais longa que a da implementação. Um bom planejamento oferece uma implementação mais tranquila e fluída, enquanto um planejamento mal feito dificultará os processos posteriores a ele. As fases do planejamento de marketing são:

- Análise de ambiente
- Definição de matriz SPOT
- Definição das personas (*buyer e branded*)
- Definição de objetivos e metas
- Análise de recursos
- Definição de mix de marketing

ANÁLISE DE AMBIENTE

A análise de ambiente compõe todas as informações pertinentes à organização. O cenário político, econômico, sociocultural, tecnológico e referente à concorrência. Além dos fatores externos, os

O marketing, como catalisador das transformações sociais e mercadológicas e como ferramenta estratégica de posicionamento das empresas, evoluiu. Suas estratégias voltadas apenas para os produtos ou para as vendas já estão sendo subestimadas, tendo seu foco agora voltado para a área social, aos anseios e às necessidades mais profundas da sociedade

fatores internos também são analisados, como histórico, ambiente atual e ambiente futuro da organização.

MATRIZ SPOT

Conhecida mais comumente como SWOT ou FOFA, a matriz SPOT é uma ferramenta em que colocamos as informações coletadas na fase anterior, separando as informações de influência interna e externa, definindo as forças ou os problemas da organização e as oportunidades e ameaças do cenário na qual ela está situada.

- *Strength* - Força
- *Problems* - Problemas (ou *Weaknesses* - Fraquezas)
- *Opportunities* - Oportunidades
- *Threats* - Ameaças

DEFINIÇÃO DE PERSONAS

O público-alvo evoluiu. Atualmente, utilizamos o termo persona. E para identificarmos ainda melhor nossa organização, também temos a persona da nossa marca. A definição de uma persona é o entendimento dos seus aspectos demográficos, culturais e comportamentais, desde o seu nome e idade até qual tipo de música ela ouve, se convier com seu objetivo.

Buyer persona é o termo utilizado para aquele que compra da sua marca. Ou seja, para que você quer vender. *Branded persona* é como sua organização é vista. Para isso, é preciso saber como você se posiciona.

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METAS

Os objetivos e metas estão relacionados à missão e visão da organização, por isso, antes de tudo, confira se a sua organização tem uma missão, visão e valores definidos e compartilhados pela equipe.

Os objetivos são os resultados amplos do que se espera da ação. As metas são resultados mais específicos, dentro dos objetivos.

RECURSOS

Essa fase é a do custo da ação. Quanto você pode disponibilizar para a ação, ou quanto você precisa para custeá-la? Nesse caso, contabiliza-se aqui não apenas os aspectos financeiros, mas os recursos humanos e estruturais necessários.

DEFINIÇÃO DE MIX DE MARKETING

A maior diferença entre o marketing social e o comum é o “produto” que se é comercializado. O produto é um dos quatro elementos que fazem parte de uma estratégia de marketing.

O conceito dos 4 Ps, desenvolvido por Philip Kotler, é a base das estratégias de marketing de qualquer empresa. Para as organizações da sociedade civil, não é diferente. Para o marketing social, considerando o famoso *mix* de marketing composto por produto, preço, praça e promoção, o produto é fundamentalmente o conhecimento, atitude e/ou prática que se quer promover junto à população.

As mesmas ferramentas de marketing comercial são utilizadas para promover os benefícios do produto com base nos valores do público-alvo, mostrando-lhes que usar o produto pode ajudá-lo a se tornar a pessoa que se quer ser.

Já no caso do preço, há a necessidade de um entendimento amplo das principais barreiras financeiras, psicológicas, culturais, políticas e ambientais para que esse comportamento seja adotado. Por exemplo: muitos fumantes sabem as consequências avassaladoras para sua saúde desse hábito, mas consideram que o preço de renúncia ao prazer proporcionado pelo fumo é alto demais para a adoção de um outro comportamento.

A praça é estabelecida como a estratégia de aproximação desses produtos sociais aos públicos adotantes. A informação e as ferramentas de mobilização devem estar disponíveis para seu público. Por exemplo, nas campanhas de sexo seguro, a distribuição de camisinhas em maior quantidade de locais é fundamental, assim como o acesso a informações relacionadas ao assunto.

Finalmente, a promoção é toda estratégia de aproximação dos públicos adotantes ao produto social. Fazer com que comportamentos saudáveis se tornem algo prazeroso e de status são algumas abordagens de comunicação fundamentais para a correta promoção do produto social.

Em resumo, o mix de marketing social é:

- Produto: a mudança social desejada, ideia ou prática de comportamento, item intangível na maioria das vezes.
- Preço: a facilidade de mudança, o quanto ela gratifica ou é custosa.
- Praça de venda/ponto de distribuição: a disponibilidade, acessibilidade do produto social.
- Promoção: a motivação para a mudança social.

IMPLEMENTAÇÃO

Planejada a campanha de marketing, é hora de colocá-la em prática. Para assessorá-lo na sua implementação, sugiro a utilização de uma ferramenta de gestão chamada 5W2H.

A 5W2H é uma tabela com dados gerais e específicos sobre as fases das ações. É basicamente um *checklist* de atividades com informações claras para todos os envolvidos no projeto. 5W2H é a sigla para *What* (o que será feito?), *Why* (por que será feito?), *Where* (onde será feito?), *When* (quando?), *Who* (por quem será feito?), *How* (como será feito?) e *How much* (quanto vai custar?).

Simple. Uma metodologia cuja base são as respostas dessas perguntas. A partir delas você conseguirá visualizar todas as atividades para uma execução mais efetiva das suas ações.

AValiação

Todo seu planejamento foi colocado em prática? Sim ou não? O que deu certo e o que deu errado? Como podemos melhorar?

Defina os dados mais importantes do seu projeto, analise as informações e avalie os resultados. Só depois de uma boa avaliação você saberá se o resultado foi positivo ou não. 📊



◀ **GUILHERME REIS** é advogado com 10 anos de atuação no Terceiro Setor. Sócio-Diretor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados. Especialista em Direito do Terceiro Setor e Direito Tributário.



◀ **RENATA LIMA** é advogada e contabilista com 10 anos de atuação no Terceiro Setor. Coordenadora do Núcleo Terceiro Setor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados.



CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Imunidade é garantida pelo Artigo 195, § 7º, da CF, e pela Lei do Cebas

Nessa oportunidade, vamos abordar uma questão prática que atinge de forma direta as entidades beneficentes sem fins lucrativos. Definiremos quais contribuições são destinadas à Seguridade Social e que não podem ser cobradas por estarem amparadas pelo manto da imunidade do artigo 195/CF ou pela isenção da Lei nº 12.101/09, chamada de Lei do Cebas.

Antes de adentrarmos no assunto, cabe salientar que a Lei nº 12.101/2009 trata como isenção o que é imunidade. Somos defensores de sua inconstitucionalidade, mas desse tema falaremos em outra oportunidade.

A Constituição da República concede imunidade às entidades beneficentes de assistência social, aqui incluídas as entidades que atuam com educação e saúde, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 2.028.

Ressalta-se que no julgamento do RMS 22.192, o Supremo Tribunal Federal entendeu:

A cláusula inscrita no art. 195, § 7º, da Carta Política – não obstante referir-se impropriamente à isenção de contribuição para a seguridade social –, contemplou as entidades beneficentes de assistência social, com o

favor constitucional da imunidade tributária, desde que por elas preenchidos os requisitos fixados em Lei.

Portanto, está afastado o entendimento de que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê isenção para as entidades beneficentes no artigo 195.

De outro ponto, a União, sob o crivo do artigo 4º e seguintes da Lei Ordinária nº 12.101/2009, responsável por revogar parcialmente a Lei Ordinária nº 8.212/91, e a Lei Ordinária nº 9.732/1998, impôs às entidades do segmento de educação, saúde e assistência social incontáveis requisitos à caracterização do signo linguístico beneficente e, por conseguinte, à obtenção da certificação necessária à concretização da isenção quanto ao pagamento das contribuições para a Seguridade Social.

Ocorre que a Lei nº 12.101/2009, em seu artigo 29, diz que a entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II dessa lei fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991, desde que sejam atendidos os requisitos também previstos nessa lei.

Na prática, temos a União, de forma ilegal, buscando a regulamentação da imunidade do artigo 195/CF por meio de Lei Ordinária, concedendo às entidades um direito constitucional como se isenção fosse. A necessidade de arrecadar do ente público faz isso.

Com relação à Lei do Cebas, temos que a União, em defesa única e exclusiva de sua arrecadação, faz uso de uma interpretação restritiva, como sempre faz os entes públicos em matéria de direito concedido aos contribuintes. Afinal, reconhece-se apenas a isenção concedida ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) patronal, aquele incidente no percentual de 20% sobre a folha de pagamento das entidades. Sabemos o quanto isso ajuda na manutenção e sobrevivência das entidades, e não podemos nos acomodar com menos do que temos de direito. Afinal, se exercido na plenitude o direito de que são detentoras, as entidades farão mais e melhor com o dinheiro dentro de seus caixas.

Portanto, o que temos de direito concedido é a imunidade ou isenção para as entidades que possuem o Cebas. Em ambos os casos, não deve haver o pagamento das contribuições sociais para a Seguridade Social. Essas contribuições estão previstas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991 e referem-se à contribuição incidente sobre a folha de salário das entidades, do faturamento e do lucro, entre as quais estão as contribuições listadas a seguir:

- a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- b) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- c) Programa de Integração Social (PIS), que passou a compor a Seguridade Social, conforme prevê o artigo 239 da Constituição Federal;
- d) Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a Seguridade Social (artigos 114, VIII,

A imunidade do Artigo 195/CF concede às entidades beneficentes de assistência social o direito ao não pagamento de qualquer uma das contribuições para a Seguridade Social

e 195, I, “a”, da CF), pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho (artigos 11 e 22 da Lei nº 8.212/1991).

Com relação à CSLL, as entidades conseguem a isenção no momento em que fazem a abertura do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na Receita Federal. Se não fosse concedida tal isenção, a imunidade prevista no artigo 195 alcançaria essa contribuição.

Quanto à Cofins, até pouco tempo atrás não identificávamos com muita facilidade entidades sendo fiscalizadas ou mesmo autuadas para o seu pagamento. Ocorre que, recentemente, a Receita Federal mirou seu canhão para as entidades de educação e está autuando-as para o pagamento de Cofins sobre o faturamento de suas mensalidades. Entendemos totalmente indevidas essas autuações.

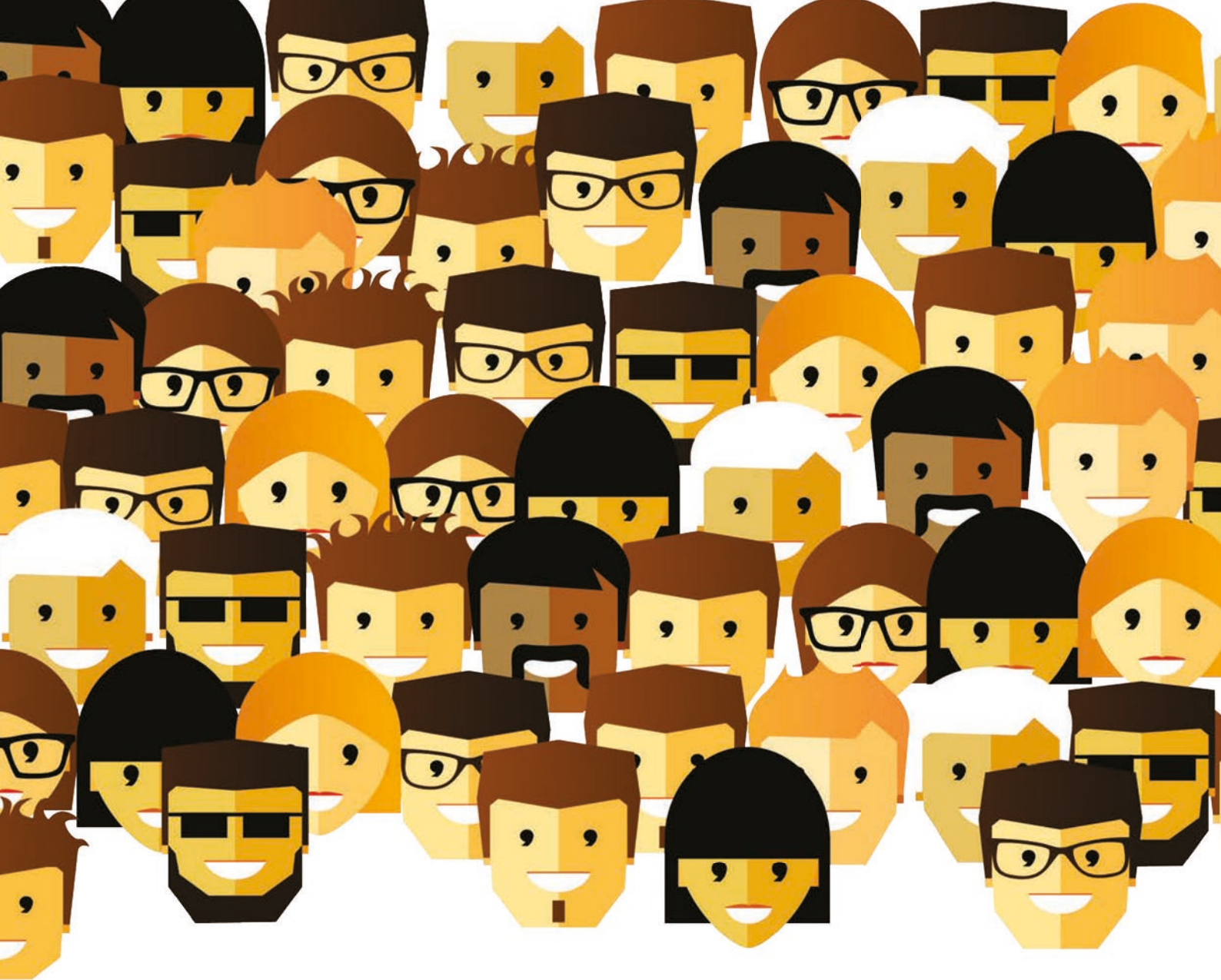
O PIS é um caso à parte, pois o Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Recurso Extraordinário nº 636.941/RS, já pacificou o entendimento de que a isenção da Lei do Cebas alcança o PIS, porém ainda vemos entidades beneficentes fazendo o recolhimento dessa contribuição no percentual de 1% sobre a folha de pagamento. Aqui temos um lembrete e uma dica: deixar de pagar imposto é um meio de captar recursos para a execução de suas atividades. Acione o judiciário, busque o seu direito!

Quanto ao SAT, entendemos que a isenção da Lei do Cebas o alcança também.

Já a imunidade do artigo 195/CF afasta a cobrança de qualquer uma dessas contribuições. Em outras palavras, concede às entidades beneficentes de assistência social o direito ao não pagamento de qualquer uma das contribuições para a Seguridade Social.

Pensamos que as entidades beneficentes de assistência social, certificadas ou não pela Lei do Cebas, não podem pagar as contribuições para a Seguridade Social, pois são detentoras do direito à imunidade, direito este que é superior à isenção concedida pela Lei do Cebas. Assim, em nosso entendimento, é desnecessário o Cebas para o exercício do direito à imunidade prevista no artigo 195, § 7º, da Constituição Federal.

Se você é uma entidade beneficente, atua na área da assistência social, saúde ou educação, busque seu direito. Exerça a sua cidadania e permita à entidade a qual pertence fazer mais e melhor, pois, como dito, deixar de pagar imposto é um meio de captação de recursos para a execução de suas atividades. 📌



**Eu sou voluntário, e você?
Faça parte! Seja Voluntário**

www.voluntariado.org.br





◀ **MARCOS BIASIOLI** é Advogado em São Paulo, Consultor Jurídico do Terceiro Setor, Titular da M.Biasioli Advogados, Idealizador e Membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.



◀ **RODRIGO PINHEIRO NAKO** é advogado em São Paulo, coordenador da Banca Jurídica, M.Biasioli Advogados e consultor Jurídico do Terceiro Setor.



O IMPEACHMENT PRESIDENCIAL E O TERCEIRO SETOR

O padeiro depende da farinha para o seu ofício, o farinheiro do trigo, o trigo do obreiro, o obreiro da mãe natureza. A natureza não produz sem o obreiro, o obreiro não produz sem o trigo, que não pode semear, azar do farinheiro, ruim para o padeiro, porém pior para o brasileiro. Esta simples metáfora demonstra que a cadeia do mais tenro processo produtivo, se interrompida por qualquer ator, desmantela a mesa do cidadão. Imagine, então, uma economia patética que mal faz, pois afeta a todos os atores do processo, quebrando a produção e a própria locomotiva do Estado.

Neste cenário, então, o *impeachment*, que virou pano de fundo, não foi impulsionado apenas pelas pedaladas fiscais, pois, se o Brasil estivesse com saúde econômica, talvez ele seria apenas um ator coadjuvante, mas não o astro que o povo se apegou para resgatar a moralidade pública.

No entanto, é preciso entender, economia à parte, que o *impeachment* deriva de crime e o processo que foi aprovado pela maioria absoluta do Congresso Nacional é oriundo da infração à Constituição Federal:

Art. 85.

São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

(...) V – a probidade na administração;

VI – a lei orçamentária;

VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

As provas apontaram que houve crime de responsabilidade, porém os arautos do poder defendem que a presidenta é honesta e não surriprou sequer um vintém dos cofres públicos em seu benefício, como se existisse apenas uma categoria de crime – qual seja, o de prevaricação, em que o ator lesa a pátria apenas em seu benefício. Advogam, então, a tese de que todo o imbróglio jurídico transveste-se de golpe, cujo movimento é político e não jurídico. E mais, hastearam a bandeira como se estivessem em campanha para a cooptação do voto direto, sob o apelo de que os programas Bolsa Família, Universidade para Todos, Pronatec, entre outros, seriam cessados caso aprovado o processo de *impeachment*, e que o pobre voltaria a ser miserável.

Triste empreitada da defesa, que subestimou o saber de nossas Instituições, fazendo com que nos lembrássemos do magistério de Norberto Bobbio, que explicou a ascensão e a queda da esquerda: “*Noli altum sapere sed time*” (Não te envaideças de teus elevados saberes, mas teme-os).

Assim, o discurso sucumbiu e o *impeachment* já passou e, recentemente, após o relator da Comissão Especial do Senado Federal apresentar o parecer que versa sobre a admissibilidade quanto à instauração do processo, o plenário, por maioria simples, o aprovou e, com isso, a presidenta ficará afastada do cargo por um prazo de 180 dias. Como pode ser observado pelo resultado dessa votação, os bons ventos da mudança sopram nesta casa do Poder Legislativo, na medida em que, não obstante ter iniciada a fase de produção de provas e apresentação de defesa, mais de dois terços dos senadores votaram pela instauração do processo, quantidade suficiente para posterior aprovação do afastamento definitivo da chefe do Poder Executivo.

Caso seja esta a rota do destino e o *impeachment* venha a se consumir, uma grande vala de dúvida sobre o futuro do Brasil já paira no ar, em especial quanto ao norte das políticas públicas sociais. Assim, parafraseando Carlos Drummond de Andrade: “A festa acabou, a luz apagou, o povo sumiu, a noite esfriou, e agora, José?”. Arriscando-nos a responder, temos então que caminhar em um só sentido, qual seja nos desapaixonarmos da vaidade de ser o criador para que nos apeguemos ao papel do operador, visando à preservação do bom em detrimento do ruim.

Neste diapasão, guardadas as barbáries cometidas pelo partido que representava o Poder Executivo, que cotidianamente vêm sendo reveladas e penalizadas pelo Judiciário, assomado ao crime de responsabilidade fiscal ora praticado pela presidenta, que pode levá-la a desembarcar do poder, não há como tirar o verniz de alguns pilares que foram construídos sob gestão do governo

petista e que os próximos governos precisam valorar, sob pena de um retrocesso abismal.

Para doutrinar o assunto, é bom lembrar que na década de 1930 imperava o Conselho Nacional de Seguridade Social (CNSS), criado para organizar e centralizar as obras assistenciais públicas e privadas, porém este naufragou em sua essência, ante o clientelismo político e a manipulação de verbas públicas. Na década de 1940, o modelo foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), impulsionada para tutelar as famílias cujos chefes foram para a guerra, porém a iniciativa virou a esfinge do primeiro damismo, de modo que abalou sua eficácia de perenidade e universalização. Já nos anos 1970, idealizou-se o Ministério da Previdência Assistência Social, com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), que centralizava as políticas em nível federal, ao invés da descentralização visando à identificação e ao diagnóstico das causas por meio da capilaridade regional.

Foi a Constituição Federal de 1988 que trouxe novos rumos às políticas públicas, visando à integração dos entes federados e da sociedade, na saga das erradicações das desigualdades. Derivado e por ordem dela, a matéria social teve que ser regulamentada pelo Congresso Nacional, sendo que nos idos de 1993, sob a batuta do então presidente Itamar Franco, nascia a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que tem como diretrizes: I – descentralização político-administrativa para os estados, o Distrito Federal e os municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Na regência desta lei, coube aos entes federados implementar, ao seu bel prazer, as políticas públicas, desde que convergentes com a Constituição. De tal liberdade, virou libertinagem e muitos foram os programas criados Brasil a fora, cuja adversidade de rótulos (Leve-Leite, Bom Prato, Dose Certa etc.) viraram mais marca para marketing eleitoral do que programa de Estado, ameaçando a essência da ordem constitucional e vulnerando o tão sofrido orçamento e, por óbvio, o direito do cidadão brasileiro.

A liberdade da saga da estrutura social conferida aos entes federados, guardadas exceções, trouxe uma legião de malfazejos e o dinheiro público foi ralo abaixo, o que fez brotar um universo de denúncias de desvios públicos, não só fruto de corrupção, mas em especial de finalidade, no qual o pobre virou produto eleitoral, mas não causa para desafios de erradicação de desigualdades. Não foram e não são poucos os inquéritos e processos criminais e cíveis para penalizar e recuperar recursos desviados do cidadão brasileiro por meio das ONGs.

Diante de tal despautério, e talvez por ser a bandeira hasteada pelo governo petista, assomada da determinação constitucional e legal, o tema virou agenda política para o reordenamento da gestão



das ações descentralizadas e participativas de assistência social no Brasil, visando à integração dos entes União, estado e município.

O assunto foi debatido no âmbito nacional, em especial com a participação de atores especializados, e, levado a pauta da *IV Conferência Nacional de Assistência Social*, de 2003, quando foi deliberada a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). O ponto alto é que todo o debate engendrado não foi como de praxe ocorre, ou seja, intramuros – “governo a dentro” –, mas sim, de certa forma, participativo, com *status* de pacto federativo, vez que foi ostensiva a integração e presença com voz ativa da sociedade civil organizada, como: União Social Camiliana, Cáritas, Polis, ABCC, Adventistas, Pastoral da Criança, CUT, Fenacon, Fórum Nacional de Secretários Estaduais, Colegiados dos Gestores Municipais (Cogemas), Febec, CNTSS e outras.

Para o funcionamento do Suas, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 130/2005, aprovou a nova Norma Operacional Básica (NOB), que vigora até então – ainda com percalços, porém não deixa de traduzir que foi e está sendo um importante avanço para o desenvolvimento social do Brasil.

De outro lado, outro tema ocupou largo espaço na agenda pública do atual governo, que foi o árduo debate do mecanismo para o financiamento indireto da promoção humana, por meio do respeito à ordem constitucional da imunidade dos entes sociais.

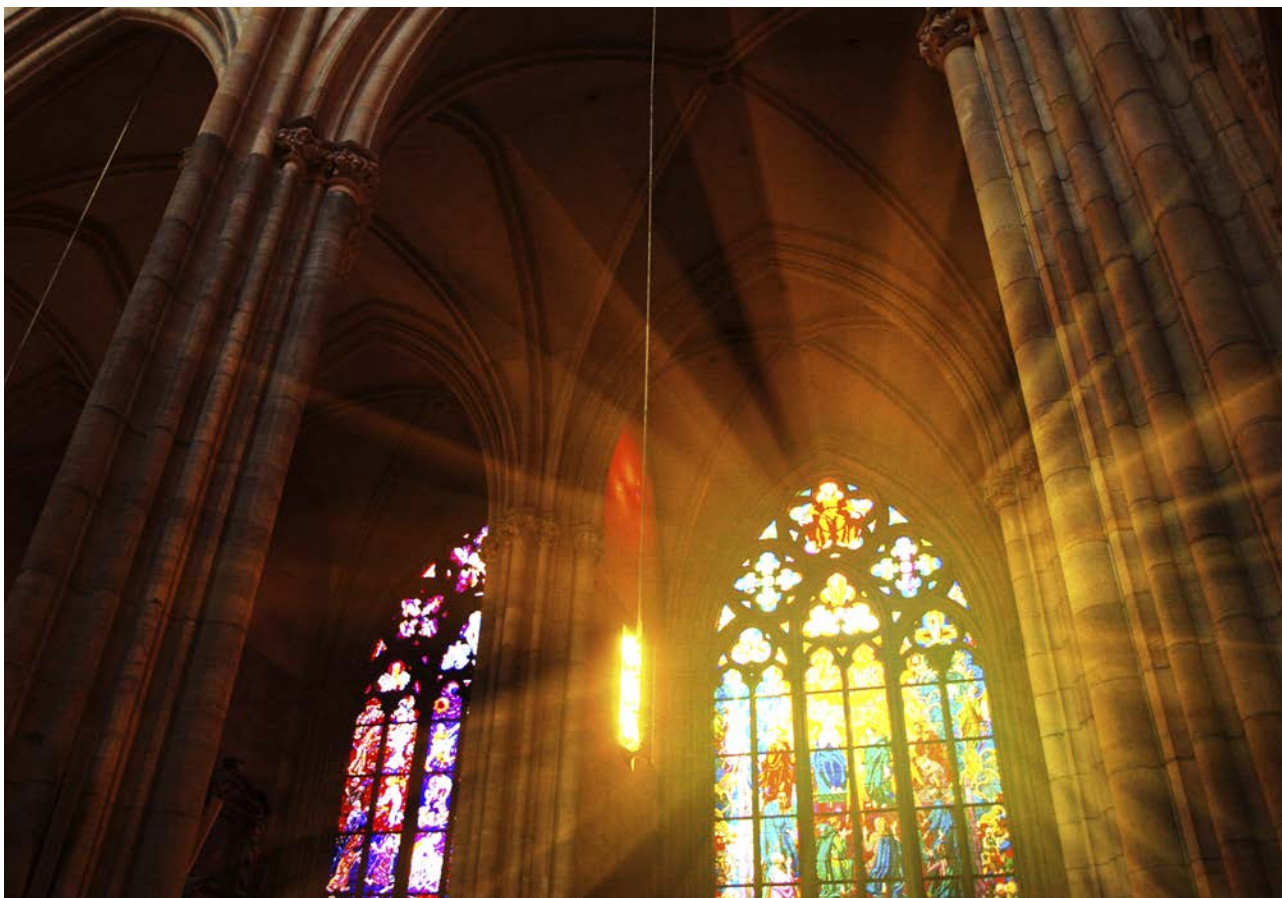
Até 2009, a imunidade foi tratada como renúncia do Estado e não como limitação ao poder de tributar, porém, mediante a intervenção judicial (ADIN nº 2028 e outras tantas decisões

judiciais) e política, a Lei nº 12.101/2009 entrou em ação, unificando os requisitos para se aferir o direito constitucional, o que trouxe um norte aos operadores sociais do Brasil.

Em outra dimensão, o governo atual também trouxe, após largo debate com a sociedade civil, outro mapa legal (Lei nº 13.019/2014), que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil organizada, em regime de mútua cooperação para a realização de finalidades de interesse público.

Enfim, ainda que sob a perspectiva da organização legal, muito trabalhou o atual governo, e cremos que isto fez o país amadurecer no debate e na saga da gestão pública, até mesmo se espelhando nos seus erros, porém nada adianta a construção de leis se elas não forem cumpridas, e como o exemplo vem de cima, nada mais justo que criminalizar quem dita, mas não as cumpre, pois já está há muito tempo em desuso o imperialismo, do qual nasceu o velho adágio: “*faça o que eu mando, mas não o que o faço*”!

Que venham novas gestões para um Brasil melhor, mais justo, mais honesto, sem corrupção, de modo que, unidos em uma só voz, dizemos SIM ao *impeachment* da presidenta, caso assim entendam instituições de direito, porém não à derrubada das políticas públicas sociais, que a duras penas foram edificadas não só pelo governo, mas por meio dele, com o suor e as lágrimas da sociedade civil, que representa o mais retumbante de todos os partidos, o Terceiro Setor, pois, do contrário, aí sim estaremos testemunhando um golpe ao cidadão brasileiro. 🇧🇷



GESTÃO DE BENS EM INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA

A Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica emitiu em 2 de agosto de 2014 na cidade do Vaticano uma carta circular apresentando orientações para a gestão dos bens nos Institutos de Vida Consagrada e nas Sociedades de Vida Apostólica. Trata-se de um documento importante e totalmente aplicável em suas orientações aos Institutos de Vida Consagrada e às Sociedades de Vida Apostólica e, pode-se dizer também, a qualquer instituição eclesial. Esse documento inicia-se com a afirmação de que o campo da economia é um instrumento de ação missionária da Igreja. Esclarece essa carta circular de forma objetiva e direta que os bens dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica são bens eclesiais, ou seja, que pertencem à Igreja, razão pela qual devem ser bem

administrados, bem cuidados e gerenciados, pois sua utilização está vinculada à missão da Igreja.

A economia encontra-se presente na vida de qualquer pessoa, seja física ou jurídica. Quantos casamentos são desfeitos pelo desequilíbrio financeiro das famílias e quantas empresas são levadas à falência pela desestabilização econômica e pelo desequilíbrio de suas finanças.

Para o exercício de sua missão, a Igreja Católica e as demais Igrejas necessitam de bens, recursos econômico-financeiros para poder desenvolver com mais eficiência suas finalidades institucionais.

Entretanto, para manter o seu ponto de equilíbrio econômico-financeiro, necessário se torna, para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, uma série de procedimentos administrativos e de gestão.

É preciso que se tenham controles internos eficientes dos bens patrimoniais, dos recursos econômico-financeiros, dos direitos, das obrigações e outros e ainda eficazes controles das receitas e das despesas, que favoreçam a gestão dos bens eclesiais.

Os inventários patrimoniais devem ser rígidos e revisados permanentemente.

O trabalho pastoral e evangelizador deve estar sedimentado em programas e projetos para que possa ajudar os evangelizadores numa melhor produção e eficiência para o reino de Deus.

Desde o fim da década de 1960, venho ministrando cursos e assessorando entidades beneficentes sobre a necessidade de uma administração cristã empresarial, em que os bens e recursos são totalmente vinculados às suas finalidades eclesiais, tendo como primazia a evangelização das pessoas.

A dimensão econômica, como afirma esse documento, está intimamente entrelaçada com a pessoa e a missão. Ainda esse documento afirma: “Opções fundamentais da vida passam pela economia, e nelas é preciso que transpareça o testemunho evangélico, atento às necessidades dos irmãos e irmãs”.

Portanto, o testemunho evangélico exige que a gestão econômica, financeira e patrimonial esteja correta, precisa e transparente. Essa transparência será comprovada por uma contabilidade bem organizada e estruturada, constituída de documentos idôneos, com comprovação do fluxo financeiro e efetivo controle patrimonial.

Para que isso ocorra, é essencial uma boa gestão administrativa dos bens, que leve os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica à fidelidade ao seu carisma e à vivência com ardor apostólico ao seu espírito religioso.

A administração das organizações religiosas deve ser realizada com base no direito próprio dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica.

Hoje, mais do que nunca, os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica devem dar primazia às suas regras, constituições religiosas, enfim, ao seu direito próprio.

Mas o que entender por direito próprio? Por direito próprio, devem-se entender os princípios, as normas, as diretrizes e os ensinamentos que norteiam a vida e a gestão das organizações religiosas por intermédio do que o Espírito Santo suscitou aos religiosos mediante suas regras ou constituições.

Para que os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica atendam à vivência de seu carisma e de sua missão, faz-se essencial e fundamental que sejam tomadas algumas providências:

- 1) adequar os estatutos dos Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Religiosa ao Código de Direito Canônico, ao Direito Próprio e ao acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé;
- 2) definir as atividades e obras que serão mantidas com estatutos que reconheçam que são entidades vinculadas aos Institutos de Vida Consagrada e às Sociedades de Vida Apostólica;


- 3) segregar jurídica e contabilmente os recursos econômico-financeiros, os bens, os direitos e as obrigações dos institutos religiosos e das obras de assistência, educação, saúde e promoção humana, observadas as normas legais;
- 4) elaborar um planejamento estratégico levando-se em conta todos os projetos a serem desenvolvidos;
- 5) fazer com que a gestão, além de atender a todas as exigências legais e eclesiais, sempre trabalhe com orçamentos tecnicamente controlados e acompanhados em sua fiel execução;
- 6) observar e cumprir todas as normas contábeis emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- 7) analisar os Balanços e as demonstrações contábeis à luz da pobreza evangélica;
- 8) manter os serviços de auditoria contábil, dos controles internos e das demonstrações contábeis com a expedição das competentes certificações;
- 9) elaborar notas explicativas do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis para apreciação pelos religiosos à luz da pobreza evangélica;
- 10) justificar e comprovar documentalmente as prestações de contas, bem como justificar a origem de seus ingressos (receitas, receitas financeiras, receitas patrimoniais e outros) e de seus desembolsos (despesas, investimentos, custos diversos, aplicações patrimoniais e outros);
- 11) manter efetivamente organizado o respectivo Plano Econômico e Administrativo Pastoral de cada uma dessas entidades, para o seu desenvolvimento e efetiva realização da gestão dos bens;
- 12) trabalhar na gestão dessas instituições com o olhar do Instituto de Vida Consagrada e da Sociedade de Vida Apostólica, e nunca com o olhar egoisticamente de uma obra da qual está responsável pela sua gestão;
- 13) viver com ardor apostólico o Voto de Obediência no desempenho das funções de gestão.

Os balanços e as demonstrações financeiras devem ser utilizados como instrumento de aferição da vivência da pobreza evangélica vivida pelos seus membros.

A experiência na gestão dos bens deve ser partilhada entre as organizações eclesiais.

São fundamentais, observando a carta circular, “orientações para a gestão dos bens nos Institutos de Vida Consagrada e nas Sociedades de Vida Apostólica” e que se dê prioridade no contexto formativo dos religiosos à formação “para a dimensão econômica, alinhada com o próprio carisma”.

É de essencial importância que as opções missionárias sejam inovadoras e proféticas.

Conforme a carta circular, “estas diretrizes, queridos Irmãos e queridas Irmãs, têm como único objetivo facilitar o papel imprescindível que vocês têm como responsáveis pelas distintas Famílias Religiosas”. 



PROAC-ICMS 2016: CADASTRO DE PROPOSTAS VAI ATÉ 28 DE OUTUBRO

O governo do Estado de São Paulo já definiu o período de cadastramento de novos proponentes e propostas no Programa de Ação Cultural (ProAC) na modalidade Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que neste ano vai de 1.º de março a 28 de outubro. Depois de cadastrada a proposta, abre-se um prazo de até 60 dias para o envio dos documentos solicitados pelo poder público. Podem ser proponentes pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos. No caso de PJ, é necessário que tenham natureza artístico-cultural comprovada de pelo menos dois anos, com registro da atividade em seu contrato social e o(s) código(s) da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) correspondente(s) em seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Em qualquer situação, o proponente deve residir ou estar sediado no estado há pelo menos dois anos. O ProAC-ICMS pode ser utilizado em projetos envolvendo artes plásticas, visuais e *design*, bibliotecas, arquivos e centros culturais, cinema, circo, cultura popular, dança, eventos carnavalescos e escolas de samba, *hip hop*, literatura, museus, música, ópera, patrimônio histórico e artístico, pesquisa e documentação, teatro e vídeo, além de bolsas de estudo para cursos de caráter cultural ou artístico. O valor máximo para cada projeto varia segundo o segmento artístico em questão e de acordo com a natureza do proponente. Para saber quanto se está autorizado a doar, a empresa que apoiar o projeto precisará se habilitar antes na Secretaria da Fazenda.

www.cultura.sp.gov.br/portal/site/PAC



FOTO: AFRICA924 / SHUTTERSTOCK.COM

TRABALHO INFANTIL

Quanto mais jovem o indivíduo começa a trabalhar, menor é o seu salário na fase adulta. A afirmação é chancelada pela pesquisa realizada pelos especialistas Ana Lúcia Kassouf, Nadeem Ilahi e Emerson e Souza, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo responde a diversas dúvidas, como: o trabalho dignifica a criança ou rouba o tempo em que ela devia estar na escola? A redução salarial é atribuída, em grande parte, à perda dos anos de escolaridade em razão do trabalho na infância, que está intimamente relacionado com a pobreza das famílias. Ao perder tempo de estudo, a criança perde também oportunidades de ascensão social no futuro. Com isso, preserva-se o círculo vicioso da pobreza. De acordo com os estudos, crianças trabalhadoras, mesmo tendo a oportunidade de estudar, podem ter o tempo de estudo reduzido, além de perderem o direito de ser criança pela ausência de lazer, indispensável nessa etapa da vida. Isso prejudica o aprendizado e, conseqüentemente, aumenta a repetência, levando muitas crianças e adolescentes a desistir de frequentar a escola.

www.tst.jus.br

CARTILHA ENSINA EMPRESAS A DOAR

Já que simplificar o andamento de processos burocráticos nunca foi o forte dos órgãos do poder público brasileiro, invariavelmente surgem boas ideias que incentivam atitudes igualmente bem-intencionadas. A Associação Arte Despertar, entidade paulistana que atua em hospitais da capital e da região metropolitana levando arte e cultura, criou a cartilha *online Como investir em projetos culturais ProAC-ICMS*, com o objetivo de auxiliar as empresas interessadas em apoiar ações culturais, creditando 100% do valor destinado ao patrocínio. A publicação pode ser baixada na *site* da organização. A cartilha pretende facilitar a vida das empresas que desejam aplicar seus recursos nos projetos culturais, mas têm dificuldades nesse processo.

www.artedespertar.org.br/cartilha



BENEFÍCIO A AGRICULTORES

O agricultor familiar rural ou extrativista que esteja impedido de exercer sua atividade, exclusiva e ininterruptamente, em razão de excesso de chuvas, estiagem severa, vendavais e chuvas de granizo, poderá ser beneficiado com seguro-desemprego. É o que propõe o Projeto de Lei (PL) nº 88/2015, aprovado recentemente pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Enquanto a proposta original, do deputado Carlos Andrade (PHS-RR), previa o benefício de um salário-mínimo mensal àquele que tivesse sua terra inundada por enchente sazonal, em período a ser fixado pela Agência Nacional de Águas (ANA), a relatora do projeto, deputada Geovania de Sá (PSDB-SC), apresentou nova versão determinando que o benefício será de três parcelas anuais no valor de um salário-mínimo cada. Para receber o seguro-desemprego, o agricultor deverá ter exercido a atividade durante o período ininterrupto de um ano antes de situações emergenciais. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br

ANOTAÇÕES INDEVIDAS NA CTPS

Promover anotações dos atestados médicos na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de um colaborador pode ser o suficiente para gerar indenização por danos morais. Em recente decisão, a 6.ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerou o ato danoso à imagem do profissional, uma vez que esses registros podem dificultar a sua reinserção no mercado de trabalho. De acordo com o ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga, relator do processo, a tese aplicada pelo Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe (TRT-SE) foi diversa à de outros tribunais regionais e contrária à jurisprudência pacificada pelo TST. O magistrado salientou que as anotações da CTPS são disciplinadas pelo Art. 29, parágrafo 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela Portaria nº 41/07 do Ministério do Trabalho e Emprego, que vedam registros que possam causar prejuízo à imagem do trabalhador, como o desempenho profissional, comportamento e situação de saúde.

www.tst.jus.br



MENSAGEM DIFAMATÓRIA

Os gestores de organizações sociais devem ficar atentos a atitudes que colaboradores podem tomar para prejudicar a entidade quando do seu desligamento do quadro funcional, atingindo o nome e a tradição da empresa, gerando repercussão econômica — como a entrada de doações —, ainda que indiretamente. Isso pode levar a Justiça a determinar que o indivíduo proceda à reparação dos danos morais causados, segundo a jurisprudência pacificada pela Súmula 227 do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Em recente julgado, o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) entendeu que o empregado, após se desligar da empresa, enviou mensagem de correio eletrônico a clientes desta com comentários negativos acerca da qualidade dos produtos comercializados. Na mensagem, informava aos clientes que teria saído da empresa em razão de “falhas de qualidade de produtos e de outros fatores” e por não concordar com a forma como a ex-empregadora trabalha. Ainda, fazia um alerta de que os problemas estavam ocorrendo de tal maneira que resultariam em prejuízos a alguns deles. Os magistrados entenderam que a conduta do ex-empregado, sem provas, chegou a abalar a credibilidade da empresa no mercado, o que constitui ato ilícito passível de indenização.

<http://as1.trt3.jus.br>



REAJUSTE DO SEGURO-DESEMPREGO

Também foram reajustadas em 11,28% as parcelas do seguro-desemprego, e o teto mensal do benefício passou a ser de R\$ 1.542,24. Antes, o máximo mensal era de R\$ 1.385,91. O valor da parcela que cada segurado recebe depende do salário que tinha antes da demissão. Os novos valores entraram em vigor no dia 11 de janeiro. O reajuste foi calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos 12 meses de 2015. No ano passado, mais de oito milhões de trabalhadores receberam o benefício. Desse total, 1,9 milhão de pessoas tinham média salarial que lhes dava direito à parcela máxima. Cerca de 670 mil segurados tiveram direito ao piso do benefício em 2015, na época R\$ 788, equivalente ao salário-mínimo vigente. Têm direito ao seguro-desemprego todos os trabalhadores desempregados sem justa causa, pescadores artesanais em período do defeso, trabalhadores resgatados em condições análogas a de escravos e profissionais com contratos de trabalho suspensos. O valor da parcela varia de acordo com a faixa salarial. Quem recebia até R\$ 1.360,70 no último emprego deve multiplicar o salário médio por 0,8. Para salários entre R\$ 1.360,71 e R\$ 2.268,05, o segurado deve multiplicar por 0,5 a quantia que ultrapassar R\$ 1.360,70 e, em seguida, somar R\$ 1.088,56 ao cálculo. Aqueles que tinham salário acima de R\$ 2.268,05 receberão o novo teto do seguro-desemprego, de R\$ 1.542,24, invariavelmente.

📄 <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

ESTABILIDADE SINDICAL

Colaborador de empresa ou organização social que, ao mesmo tempo, é membro de diretoria de sindicato da categoria – mesmo de conselho de fiscal – tem direito à estabilidade no emprego. O entendimento é da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e envolve ação de um grande frigorífico contra um empregado da área de produção que em 2013 atuava como ponte entre os trabalhadores e a empresa, realizando filiações e ouvindo reclamações e reivindicações, transmitindo-as à companhia. Após ser demitido, o trabalhador entrou com ação trabalhista sustentando que a dispensa foi discriminatória, por sua atuação sindical e por ter participado ativamente de uma paralisação de dois dias em 2013. Os magistrados levaram em consideração a norma mais favorável prevista na convenção coletiva da categoria, conforme o artigo 620 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

📄 www.tst.jus.br

IRF-FOLHA

O imposto de renda devido na fonte (IRF) sobre rendimentos de pessoas físicas sujeitas à tabela progressiva deve ser retido, pela fonte pagadora, por ocasião do pagamento do rendimento, observando-se algumas regras. Em primeiro lugar, considera-se pagamento a entrega de recursos pela fonte pagadora, mesmo mediante depósito do rendimento em instituição financeira em favor do beneficiário; e, quando houver mais de um pagamento no mês a um mesmo beneficiário, a fonte pagadora deve proceder ao desconto do imposto por ocasião de cada pagamento, determinando a base de cálculo pelo somatório dos rendimentos pagos no mês, a qualquer título, e compensando o imposto retido por ocasião do(s) pagamento(s) efetuado(s) anteriormente, no mês. Assim, conclui-se que o IRF-Folha deve ser retido por ocasião de cada pagamento, inclusive em relação aos adiantamentos efetuados.

📄 <http://guiatributario.net>

INSS: REAJUSTE DE 11,28%

O Instituto Nacional do Seguro Social aumentou em 11,28% os benefícios pagos, de acordo com portaria dos ministérios do Trabalho e Previdência Social e da Fazenda, publicada na edição de 11 de janeiro do Diário Oficial da União. O reajuste vale para benefícios superiores ao novo valor do salário-mínimo (R\$ 880). O teto do benefício do INSS foi estabelecido em R\$ 5.189,82. Em 2015, esse limite era de R\$ 4.663,75. A portaria também definiu as alíquotas de contribuição de segurados empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos. Se o salário for de até R\$ 1.556,94, a alíquota de recolhimento ao INSS é de 8%. Acima desse valor até R\$ 2.594,92, a alíquota sobe para 9%. De R\$ 2.594,93 até R\$ 5.189,82, a contribuição é de 11%.

📄 <http://agenciabrasil.ebc.com.br>



FILANTROPIA RESPONDE

CONSULTORIA PARA O TERCEIRO SETOR

1 As Ordens de Serviço relativas à segurança e medicina do trabalho devem ser atendidas por uma entidade beneficente ou somente por empresas, considerando que tal documento vem sendo exigido em perícias judiciais realizadas em reclamações trabalhistas para fins de apuração de insalubridade?

R: *Prezado leitor, nos termos do Art. 14, Inciso I da Lei nº 8.213/1991, considera-se empresa, a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não. Portanto, para fins trabalhistas, sua entidade beneficente equipara-se a uma empresa.*

Ademais, nos termos da Norma Regulamentadora 1, item 1.1, relativos à segurança do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas ou públicas que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Assim, sempre que o ambiente de trabalho apresentar riscos, recomenda-se a elaboração de Ordens de Serviço que reflitam a realidade da entidade beneficente e os riscos que eventualmente que possam ser suportados pelos empregados.

2 Posso recontratar um ex-empregado como Prestador de Serviços Autônomo em um prazo superior a 90 dias? Isso pode trazer riscos de reclamações trabalhistas para minha entidade?

R: *Caro leitor, o Art. 4º “c” da Lei nº 3.807/1960, resumidamente classifica o trabalhador autônomo como aquele que exerce habitualmente, por conta própria, atividade profissional remunerada a diversas empresas, agrupado ou não em sindicato, sem relação de emprego seja qual for a duração da tarefa.*

Já a Portaria MTE nº 384/1992, dispõe que se considera fraudulenta a rescisão seguida de recontração quando ocorrida dentro dos 90 dias subsequentes à data da rescisão.

Contudo, entendemos que a entidade não deve se ater ao prazo, mas se as atividades exercidas pela prestadora de serviços autônomos preenche os requisitos que configuram o vínculo empregatício, isto é, serviço prestado por pessoa física, personalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade, pois, havendo o preenchimento de tais requisitos, a entidade poderá ser alvo de futura reclamação trabalhista para reconhecimento de vínculo.

3 Quais foram as principais alterações trazidas à baila pela Lei nº 13.204/2015?

R: *Inicialmente, é importante mencionar que tal diploma já está em vigor no sistema legislativo pátrio, exceto com relação aos municípios, cujo prazo foi prorrogado para o dia 1º de janeiro de 2017. Isto posto, seguem as principais modificações: (i) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social serão consideradas como sendo*

uma Organização da Sociedade Civil, apta a celebrar Termos de Colaboração, Fomento ou Acordos de Cooperação com a administração pública; (ii) inclusão dos Acordos de Cooperação, instrumento esse que será utilizado para formalização de parcerias que não envolvam a transferência de recursos financeiros; (iii) possibilidade das entidades que possuam, no mínimo, um, dois ou três anos de existência, celebrem Termos de Colaboração e de Fomento com a Administração Pública; (iv) revogação da necessidade de que, para celebrar Termos de Colaboração e/ou Termos de Fomento, as Organizações da Sociedade Civil indiquem, ao menos, um dirigente para se responsabilizar, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria; (v) revogação do dispositivo que atribuía responsabilidade da pessoa que elaborar Parecer Técnico que, de forma indevida, exare conclusão atestando a capacidade operacional e técnica da Organização da Sociedade Civil para execução da parceria, bem com conclua pela realização de determinadas atividades ou pelo cumprimento das metas estabelecidas e (vi) possibilidade de dispensa do Chamamento Público para execução de atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

5 No processo de concessão ou renovação da certificação das Entidades Benéficas, existe alguma ordem cronológica de análise dos requerimentos?

R: *Sim, a tramitação e a apreciação do requerimento deverão obedecer à ordem cronológica de sua apresentação, salvo em caso de diligência pendente, devidamente justificada, ou no caso de entidade ou instituição sem fins lucrativos e organização da sociedade civil que celebrem parceria para executar projeto, atividade ou serviço em conformidade com acordo de cooperação internacional do qual a República Federativa do Brasil seja parte.*

6 Para fazer jus à isenção da cota patronal devida à seguridade social, a Entidade poderá possuir dirigentes remunerados?

R: *Via de regra, a Lei nº 12.101/2009 veda a remuneração dos dirigentes das entidades benéficas, mas estabelece exceção às associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados os limitados salariais praticados pelo mercado na região correspondente à área de atuação, com aprovação da Assembleia Geral e, no caso de fundação, também seja comunicado ao Ministério Público para referendar tal estruturação.*



DOAÇÕES EM QUEDA LIVRE

RETRAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS ATINGE EM CHEIO O CAIXA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, PROVOCANDO DIMINUIÇÃO DO FLUXO DE DONATIVOS, ELEVAÇÃO DE GASTOS E ATÉ DEMISSÃO DE COLABORADORES

Por Luciano Guimarães

As entidades sem fins lucrativos brasileiras precisam correr contra o tempo e refazer muitos de seus planos, com o objetivo de minimizar os impactos da queda do volume de doações

Após o encerramento de 2015, um dos piores anos para se angariar fundos no Terceiro Setor, segundo gestores de organizações sociais ouvidos pela **Revista Filantropia**, as entidades continuam sentindo os reflexos negativos da crise econômica pela qual passa o país.

Ao fechar o primeiro trimestre do ciclo de 2016, a situação só continua piorando, sem que haja perspectiva, no curto prazo, para reverter este cenário.

De acordo com economistas, o Brasil deve fechar novamente com retração de quase 4% na economia. A inflação deve fechar próxima a 7% neste ano, contra 10,67% registrado no ano anterior.

A partir dessa perspectiva, as ONGs estão correndo contra o tempo e refazendo muitos de seus planos para este e os próximos anos, com o objetivo de minimizar os impactos trazidos pela queda – em alguns casos até vertiginosa – do volume de doações realizadas por pessoas físicas e empresas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto 2015 fechou com 8,5% de desemprego, dados mais recentes de janeiro deste ano mostraram que o nível subiu a 9,5%. Essa foi a maior taxa de desemprego registrada desde o início da pesquisa, em 2012. Com o remanejamento de cadeiras nas organizações, a ideia é economizar recursos para evitar o corte de serviços. Sem perspectiva de melhora no curto prazo, a crise econômica pela qual passa o país disparou o gatilho para que uma parcela considerável das organizações sociais já formule e adote políticas estruturais mais rígidas, inclusive nas áreas de atendimento ao público e de recursos humanos – esta última até mesmo com implicações na manutenção de cargos e salários.

Altamente prejudicial para o Terceiro Setor, a conjuntura negativa já afetou uma das maiores entidades brasileiras, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). No começo de outubro do ano passado, a instituição fechou as unidades de Campo Grande, na zona sul de São Paulo, e de Santana, na zona norte. Os atendimentos a 300 pacientes foram transferidos para as unidades do Ibirapuera e da Mooca, respectivamente.

Segundo a gerência de comunicação da AACD, os cortes foram provocados pelo atual momento econômico, responsável pela queda de 30% no volume de doações e pelo baixo repasse de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja tabela de

procedimentos está congelada há oito anos, destinando hoje em dia apenas 10% dos valores de mercado.

Outra organização social de peso que acusou o golpe foi a Médicos Sem Fronteiras (MSF). A crise fez com que a taxa de cancelamento dos doadores regulares ficasse 40% acima do previsto. A inadimplência também aumentou. Apesar disso, a arrecadação geral em 2015 subiu, ficando cerca de 10% maior do que a esperada. Ainda assim, o cenário futuro é preocupante.

“Nossa estratégia de arrecadação é voltada para doadores regulares de pequenas quantias, com contribuições mensais a partir de R\$ 30. Dos 5,7 milhões de doadores em todo o mundo, o Brasil responde por 280 mil, com média doada na faixa de R\$ 45. Por isso, mesmo com o aumento da taxa de cancelamentos, o impacto na arrecadação não foi significativo”, comenta Flavia Tenenbaum, diretora de captação de recursos da entidade no Brasil.

Mesmo se a crise continuar afetando a instituição em 2016, enfatiza a gestora, não haverá mudanças na política de cargos e salários, com demissões e redução de vencimentos e despesas, por exemplo. Para tanto, a MSF vem utilizando estratégias para reverter esse quadro ou torná-lo menos danoso à organização.

“O objetivo é reforçar nosso relacionamento com os doadores para diminuir os índices de cancelamento e de inadimplência. Nós os estimulamos a manter as contribuições, ainda que em valores reduzidos”, reforça Flavia, que trouxe para a entidade a experiência de quatro anos atuando na ActionAid, em que participou da implementação do programa de captação de indivíduos e coordenou a área de captação de recursos.

A entrada e a manutenção de doações no Greenpeace também foram sensivelmente afetadas pela crise, revela o economista Bruno Sátiro, coordenador de relacionamento com colaboradores da organização ambiental no Brasil. Conforme a entidade, houve crescimento do número de ligações de doadores que confessaram não poder mais continuar colaborando, essencialmente por problemas financeiros ligados a desemprego ou ao aumento do custo de vida.

“Isso nos entristece muito, pois sabemos que nossos colaboradores gostariam de continuar nos apoiando, porém existem eventos externos que impossibilitaram essa continuidade. Ainda assim percebemos que a busca pela redução da emissão de



Redução no volume de doações e baixo repasse de verbas do SUS pode comprometer os atendimentos prestados pela AACD

gás carbônico e a utilização de energias renováveis, além do fim do desmatamento na Amazônia, são uma preocupação do povo brasileiro, pois, mesmo com a crise, tivemos muitos colaboradores que se juntaram a nós e, ao nosso lado, conquistaram várias vitórias em 2015”, pondera.

De acordo com o gestor, a principal estratégia do Greenpeace para mitigar qualquer crise que afete a captação ou a manutenção de recursos é engajar e aproximar os colaboradores da organização, algo como a política do “conheça o seu cliente”, bastante difundida no mundo corporativo.

“A participação e o aumento do conhecimento sobre todas as nossas campanhas, além de aproximar e engrandecer ainda mais todo o trabalho feito, justificam a ajuda, a fim de diminuir os danos ao trabalho. Fora isso, atuamos para conhecer melhor nossos apoiadores e assim aumentar sua participação em nossas campanhas”, salienta Sátiro.

De fato, a crise tem impacto direto nas organizações da sociedade civil e nas captações por elas realizadas. Em momentos como estes, governos e empresas são os primeiros que cortam as doações.

“O mesmo não ocorre automaticamente com as pessoas físicas, pois elas aguardam como vai ficar sua própria situação para saber se vão parar de doar ou não. No médio prazo, se o desemprego

aumentar, teremos impacto ainda maior na captação com pessoas físicas. Em começo de crises, as doações de pessoas físicas até aumentam, porque elas se solidarizam, mas os níveis costumam cair mais adiante”, constata o administrador João Paulo Vergueiro, diretor-executivo da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR).

Um dos aspectos curiosos desta recessão situa-se no fato de que muitas entidades, que antes não captavam de pessoas físicas, estão tendo de se adaptar para enfrentar o momento negativo, mudando sua estratégia na captação de recursos e realocando esforços para esta área.

“Por causa disso, grande parte dos nossos associados, que são consultores, está com uma boa carga de trabalho. Ao mesmo tempo, as organizações estão contratando mais captadores. Nos últimos 12 meses, por exemplo, divulgamos vagas como nunca, pois o mercado percebeu que não dá para depender dos tradicionais doadores”, ressalta Vergueiro.

O diretor da ABCR lembra que a falta de dados estatísticos sobre o Terceiro Setor brasileiro é uma grande deficiência, mas que brevemente deve mudar.

“Não temos pesquisas com indicadores que nos permitam entender os impactos da crise. Ainda neste primeiro semestre, o



FOTO: ERWAN ROGAARD/MSF

Equipe de MSF aplica vacina oral em crianças no campo de refugiados de Nyaragusu na Tanzânia. Recursos utilizados são provenientes de doações.



FOTO: GREENPEACE/RODRIGO PAIVA/RPCI

O volume de doações ao Greenpeace sofreu considerável impacto por conta do aumento do desemprego e do custo de vida

Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) lançará a primeira edição de uma pesquisa nacional bastante abrangente, que trará informações preciosas que ajudarão a nortear o trabalho das organizações sociais”.

Ainda que o Brasil tenha subido uma posição no índice mundial de doações, que abrange 135 países – ocupando agora a 90ª posição, de acordo com a pesquisa World Giving Index 2014, divulgada em novembro do ano passado pelo Idis, o país perdeu 36 posições desde o início do levantamento, em 2010.

Os dados mostram que 22% dos brasileiros entrevistados afirmaram ter doado dinheiro para organizações da sociedade civil, 40% ajudaram desconhecidos e 16% fizeram algum tipo de trabalho voluntário. Divulgado anualmente, o estudo é encomendado pela instituição britânica Charities Aid Foundation (CAF), ao instituto de pesquisa Gallup World Pool.

CÂMBIO E ATRASOS

A maior unidade da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do país também terminou 2015 sentindo os reflexos negativos da crise. Além da redução do número de associados, a Apae de São Paulo registrou queda na arrecadação após as mudanças nas regras da Nota Fiscal Paulista. Entretanto, em julho de 2015, três semanas após anunciar a diminuição de 30 para 20% do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para consumidores e instituições sociais, o governo paulista desconsiderou a medida para as organizações não governamentais (ONGs).

As incertezas cambiais, com o dólar ultrapassando R\$ 4 em algumas oportunidades, foram outro fator que afetou profundamente parte das operações da associação, pois influenciaram de maneira decisiva o preço dos insumos importados utilizados na realização do teste do pezinho. Todos os anos são atendidas mais de 10 mil pessoas, por um quadro de 460 colaboradores.

A participação e o aumento do conhecimento sobre nossas campanhas, além de aproximar e engrandecer ainda mais todo o trabalho feito, justificam a ajuda, a fim de diminuir os danos ao trabalho. Fora isso, atuamos para conhecer melhor nossos apoiadores e assim aumentar sua participação em nossas campanhas – Bruno Sátiro

“A organização, contudo, buscou alternativas que garantiram a continuidade dos atendimentos diretos às pessoas com deficiência intelectual, todavia alguns programas de apoio ou complementares serão redimensionados para o ano de 2016”, informou em nota a Apae de São Paulo. “Acreditamos ser fundamental a aprovação de mais leis que incentivem a doação de pessoas físicas a projetos e atividades sociais”.

No Centro-Oeste do país, a coirmã Apae de Goiânia, embora tenha registrado um déficit menor em relação às doações (4%), sentiu o impacto maior com os constantes atrasos no repasse dos recursos do SUS, igualmente afetado pela falta de verba. “Mas não podemos definir ainda se haverá redução no valor total. Temos esperança de que continuem pagando e não haja diminuição dos valores, comprometendo ainda mais os atendimentos às pessoas deficientes e carentes”, explica a pedagoga Marinalva Queiroz Santana, superintendente da entidade.

Por lá, a crise econômica também fez suas vítimas. No decorrer do ano várias demissões foram efetivadas. Somente em dezembro foram dispensados 13 colaboradores, ou 6,5% da força de trabalho contratada. “Houve a necessidade de redução de pessoal nos atendimentos, problema que costuma afetar a qualidade e a quantidade dos serviços prestados. Em 2016, caso o cenário continue, a perspectiva é de comprometimento na mesma proporção”, afirma.

A ideia é promover uma política de economia ainda mais austera nas despesas, inclusive com redução de pessoal, se for necessário, posto que hoje são atendidas 520 pessoas com deficiência e seus respectivos familiares. “A saída é a elaboração de novos projetos e o encaminhamento aos diversos setores da sociedade, tanto privados como governamentais”, reitera Marinalva.

Com 54 entidades assistenciais filiadas, a Confederação Nacional das Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer (Coniacc) também sentiu o peso da crise econômica, com empresas e pessoas físicas deixando gradualmente de doar ou de fazer investimentos retratando o momento que vivemos.

“Embora no conjunto das filiadas não tenhamos a porcentagem dessa queda, é evidente que a recessão comprometeu investimentos e novos atendimentos, inclusive afetando o que já vinha sendo feito, pois as receitas não têm aumentado e os custos operacionais estão crescendo todo dia”, afirma o diretor Rilder Flávio de Paiva Campos.

Segundo ele, nesse momento conturbado as entidades têm procurado minimizar custos e interagir ainda mais com a sociedade em busca da solução de seus problemas. “Todos estão tentando sair da melhor forma possível desta crise”, conclui.

REESTRUTURAÇÃO NECESSÁRIA

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) sediada em Salvador (BA), a Associação Baiana de Pessoas com Deficiência, que atua com o nome fantasia Projeto Incluir, é outra organização social que foi atingida pela crise financeira do país. A entrada de doações reduziu-se em torno de 40% em 2015, embora a piora gradativa da ajuda financeira venha sendo registrada ano após ano.

“Essa situação afetará expressivamente os pagamentos dos colaboradores”, revela a administradora Vanessa Soares, coordenadora de projetos sociais da entidade. “Os profissionais contratados são pagos para atender a determinado projeto. Uma vez que esse trabalho específico se encerra, essa mão de obra deixa de atuar, mas há aqueles que se apaixonam pela causa e se tornam voluntários. Sendo assim, não sabemos como ficará o nosso quadro em 2016”, reitera a gestora, que está à frente de uma instituição que atende 360 crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência e seus respectivos familiares.

A Associação Baiana de Pessoas com Deficiência mantém-se com doações mensais, oriundas de 70 pessoas físicas, com valores que giram entre R\$ 20 e R\$ 300, gerando um total médio aproximado de R\$ 1.500, recurso utilizado para o pagamento das despesas de funcionamento da sede.

As doações recebidas de empresas privadas e organismos governamentais são captadas por meio de chamada de projetos e editais públicos. Para a realização de projetos com



FOTO: DIVULGAÇÃO

A redução no número de associados, aliada à queda no volume arrecadado com as Notas Fiscais Paulistanas, fez a Apae buscar novas formas de captação

duração de um ano, profissionais especializados são contratados, e materiais de consumo e equipamentos, adquiridos. Em média, o aporte mensal por projeto varia de R\$ 14,5 mil a R\$ 20 mil.

“Dessa forma, as despesas são planejadas, aplicadas e demonstradas com relatórios analíticos e financeiros, fotos de atividades e prestações de contas, tudo anexado a documentos comprobatórios e submetidos à aprovação do financiador. Os valores a serem recebidos anualmente são sempre imprevisíveis em função da instabilidade financeira nacional”, argumenta Vanessa.

Quarenta por cento de queda na entrada de doações foi também o resultado negativo registrado pela centenária Assistência à Infância de Santos Gota de Leite, entidade sediada em Santos, no litoral de São Paulo (a 78 quilômetros da capital), e responsável por 380 crianças de sete meses a 14 anos de idade.

“Apesar de acreditar que as doações estão muito mais ligadas à memória afetiva, ao marketing de sensibilização e às facilidades na hora de destinar o dinheiro, do meu ponto de

vista, a instabilidade econômica tornou as pessoas mais inseguras para investir ou doar”, avalia a arquiteta e urbanista Marise Harue Hirose Hashimoto, coordenadora de captação de recursos da instituição.

Segundo ela, a entidade trabalha numa realidade diferenciada, pois a prioridade é a qualidade no atendimento. “As doações, de maneira geral, são um complemento importante, mas não o único modo de sustentabilidade. Com a queda das doações, os recursos financeiros arrecadados de outras formas acabam sendo utilizados nas necessidades básicas da organização”, explica.

A gestora conta que em 2015, durante seis meses, foi feito um intenso trabalho de marketing nas redes sociais, no site e por e-mail, ações que deram maior visibilidade à Gota de Leite, ampliando as possibilidades de receita, mesmo em um momento de dificuldades econômicas. Em outra frente, mais empresas entraram em contato com a associação para participar de atividades pontuais como o Dia das Crianças e o Natal e colaborar com elas.



A Gota de Leite conta com o apoio de seu grupo de voluntários e aposta na memória afetiva e no marketing de sensibilização para captar recursos



Com 54 entidades filiadas, a Coniacc também sentiu o peso da crise econômica, que comprometeu investimentos e novos atendimentos

Em princípio, afirma Marise, a queda no volume de doações não afetará diretamente o pagamento dos colaboradores, pois o percentual dos recursos usados para esse fim é pequeno. “A remuneração dos recursos humanos é subsidiada por convênios e incentivos fiscais”, ressalta.

Mesmo assim, a Gota de Leite já está promovendo mudanças para reduzir os custos em todos os setores. “Começamos a otimizar o uso de materiais e a readequar o trabalho dos colaboradores, até mesmo incentivando a capacitação desses profissionais e articulando ações com outras entidades para, em rede, enfrentar a crise econômica”, reitera a gestora.

Ao mesmo tempo, a organização social pretende, ao longo de todo o ano de 2016, intensificar as campanhas de marketing para obter melhor arrecadação de verbas, por intermédio de um leque diversificado de opções na hora de captar recursos.

Na mesma proporção, a Associação Pestalozzi de Osasco, que no ano passado atendeu 130 adolescentes, jovens e adultos com deficiência intelectual, viu a entrada de doativos espontâneos de mantenedores minguar 40% em 2015, ainda que a entidade tenha registrado aumento de 60% no volume de doações compulsórias de pessoas jurídicas autuadas pelo Ministério Público do Trabalho.

“A organização tem enfrentado dificuldades para elevar suas receitas. Nesse sentido, o atendimento ao público, apesar de não perder em qualidade, fica restrito a um número limitado de usuários e não pode ser ampliado, fato que tem acarretado o aumento do tempo na fila de espera e da quantidade de usuários que não usufruem o serviço”, frisa a psicanalista Márcia



Meta da Pestalozzi para 2016 é reduzir seus custos e expandir a visibilidade da organização no município de Osasco

Apesar de acreditar que as doações estão muito mais ligadas à memória afetiva, ao marketing de sensibilização e às facilidades na hora de destinar o dinheiro, a instabilidade econômica tornou as pessoas mais inseguras para investir ou doar - Marise Harue Hirose Hashimoto

Oliva Soléra, gestora executiva da instituição e fundadora e diretora financeira do Centro de Voluntariado de Osasco e Região (CVOR).

Os fatos indicam que 2016 será marcado pela redução no quadro de colaboradores da organização, visando ao equilíbrio das contas. Para tentar amenizar o impacto, a Associação Pestalozzi de Osasco, por exemplo, está cortando “na carne” e fará ações no decorrer deste ano para economizar dinheiro e conseguir mais doadores. Hoje, em torno de 50 pessoas colaboram todos os meses com R\$ 25, em média.

“A ideia é reduzir custos e procurar expandir a visibilidade da organização no município, de modo a continuar aumentando a entrada de doações de pessoas físicas e jurídicas. Faremos de tudo para que a qualidade do atendimento não caia”, projeta Márcia.

Crise vão e vêm, é verdade. Algumas duram mais do que outras. E o Terceiro Setor, que depende fundamentalmente de recursos oriundos da sociedade, sente profundamente o momento. Da mesma forma, as crises também servem para nos ensinar que sempre surgem oportunidades de onde não se espera. Afinal, com planejamento e com estratégias bem delineadas, os gestores das organizações sociais podem pensar em meios mais eficientes de minimizar os efeitos desta histórica crise nacional. 📌

■ <http://www.aacd.org.br>; <http://www.msf.org.br>; <http://www.greenpeace.org.br>; <http://www.apaesp.org.br>; <http://www.projetoinclusir.org.br>; <http://www.gotadeleite.org.br>; <http://www.pestalozziosasco.org.br>; <http://www.goiania.apaebrasil.org.br>; <http://www.coniacc.org.br>; <http://captadores.org.br>; <http://idis.org.br>



UM FIFE PARA CHAMAR DE SEU

*Por Aurimar Pacheco**

Estive no Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE) 2016 em Fortaleza (CE) e vi mais uma vez nosso povo ávido por formação, informação e aquilo que todos queremos e de que gostamos: atenção. Nós, que cuidamos tanto de gente, gostamos que cuidem de nós também. Se possível em um hotel à beira-mar, a preço de custo. Que se cuide do cuidador.

Esse é o conjunto de ações de um movimento emergente que se firma a cada ano, e já se foram três deles. Essa força chamada FIFE taxia rumo a seu destino: tornar-se indispensável na abordagem do social. Seja como política pública (desejável), investimento

social privado, seja mais genericamente esse termo autorreferente chamado Terceiro Setor.

O segmento dito tem obedecido muitas regras de fácil compreensão. Quanto mais se afasta dos vícios do passado nas práticas sociais casuístas e amadoras, mais encontra seu lugar, sua espécie, seus iguais.

Ainda há resíduos do que se esvai, gotejamento daquilo que está passando perante o devir. Essa intercessão do velho e do novo ainda nos perseguirá muito, porque é um dado histórico, uma contingência inescrutável dos fenômenos sociais. O tempo social tem

*Palestrante e participante do FIFE a convite do Instituto Filantropia. É coordenador do Núcleo Paulus de Formação, Pesquisa e Disseminação Social e Professor da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (Fapcom), São Paulo (SP).



O FIFE reuniu profissionais do Terceiro Setor, atuantes em diversos segmentos e com os mais variados perfis, o que garantiu a pluralidade de experiências e de opiniões

a velocidade de sua própria ação e de seus princípios. Quase sempre é geracional e agora também tecnológico, internacionalizado.

Mas mesmo assim já se afasta há minutos-luz de nossa realidade quando sentimos na busca coletiva as soluções individuais. Aquilo que responde a mim e a minha causa. Por outro lado, minha solução individual não será viável sem a verdade consolidada da mudança geral, da chavinha virada que retome uma lógica republicana. Será que é possível?

A prova da possível viabilidade está no elá das discussões. Discute-se tudo, de metodologia a financiamento, regras e relacionamento com o poder público ao cotidiano das entidades, o presente, o passado e o futuro da expressão *projeto social*. Se novas descobertas são essenciais para isso, faça-se o FIFE. Que nos encontremos nos litorais, montanhas e cataratas. Merecemos ótimas discussões e paisagem natural.

Dos participantes, alguns têm perfil bem definido.

Têm os dirigentes e técnicos que bem sabem o que querem. Com olhar de sabedor em equilíbrio com uma pitada de insegurança, circulam nas ideias. Querem saber o que tem de novo, eficiente e eficaz. Querem ver e ouvir novidades e não se furtam de puxar assunto com quem estiver por perto. Fazem conchavos e manuseiam o catálogo de cursos a acontecer com desenvoltura e marca-texto em riste.

Alguns destacam com asteriscos seus insondáveis interesses. Aqui e ali um resmungo de que “hum, foi bom saber disso. Não tinha pensado nisso”, ou os mais exigentes “isso no ano passado foi melhor”. São os veteranos do FIFE e que seguem para a quarta experiência.

Têm os de primeira viagem. São auscultores do momento. Dizem pouco e observam. Circulam nos ambientes e ouvem tudo. Comparam o FIFE mentalmente com aquele seminário do Recife, com a conferência de Brasília e com a reunião do fórum X. Caminham encontrando seus semelhantes e estão sempre com uma informação nova

a ser perdida. Nas mulheres o detalhe da bolsa grande e o caminhar sempre em duplas. Nos homens um ar circunspeto e a camisa social manga longa em listras bem ajustada por dentro da calça.

Esses calouros mantêm certo deslumbre no olhar e uma importante descoberta. “Parecem entrar enfim numa existência superiormente interessante”. Começam a entender o FIFE lá pela terceira oficina. Ficam sedados de interesse.

Têm a ala engravatada. Deixam-nos pensar que levam a sério demais a coisa simples. Mas ajudam a coisa a funcionar e garantem a estética do Terceiro Setor, aquela que se identifica com a empresa e com o negócio. Caminham pelos corredores com suas importâncias intactas demonstrando a si e ao mundo que têm palavra final. Deixam transparecer, sem esforço, a sombra Excel/Power Point que lhes acompanha nos eventos. São lindos.

Falar nisso, este ano teve a radicalização do *high tech*, a tecnologia impondo-se pelos aplicativos e demais redes. Ainda não funciona total. O nosso povo, na maioria, é do tempo da agenda e da pergunta direta, participação saliva. Porém a aura que se cria alimenta a modernidade que queremos para nós. Tá bom de “questão de ordem” ou “questão de encaminhamento”, das nossas antigas sessões de militância estudantil.

Por fim, a alegria e as surpresas. Têm gente engraçada produzindo sorriso e a doce sensação de que você não está sozinho. De que há um modelo de formação para o social que constrói grife e supera o evento esqualido de que nos acostumamos a participar. E o cardápio é inesgotável. O Brasil social encontra-se ali, com seus sotaques, vestuários, temperaturas e incertezas. Faz tempo que somos uma usina de ideias e responsabilidades e orgulhamo-nos disso. Por isso, se você chegou aqui e ainda não foi a um FIFE, vá ao próximo. Você também precisa de um FIFE para *lhe* chamar de seu. Ele o acolherá. 🍷



FAMÍLIAS SUFICIENTEMENTE BOAS: UM CONCEITO AMPLIADO

*Por Cleusa Kazue Sakamoto**

O desenvolvimento humano é o campo de pesquisa cuja abrangência dá apoio aos estudos da personalidade, da cognição, da sociabilidade, da aprendizagem, das múltiplas competências, da criatividade, para mencionar somente alguns dos focos de interesse de sua área científica.

Nesse cenário em que destacamos, para a construção da personalidade e a definição de sua singularidade representada no

conceito de identidade pessoal, a família tem um valor incomparável como suporte emocional, espiritual e material na trajetória evolutiva de cada individualidade. É a família o primeiro grupo social ao qual os seres humanos se encontram vinculados, e ela serve de referência para dar modelos de relacionamento humano, que apresenta a cada um de nós os valores e os princípios éticos que regulam a vida coletiva, que ensina a importância do afeto

■ *Doutora em Psicologia do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Professora na Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM).

no percurso da vida. A família é o contexto (material, emocional, intelectual, cultural, ideológico, espiritual) no qual uma individualidade, como sujeito, se constitui.

Ela é a rede de relações interpessoais que estabelece o conjunto de ideações que permeia o cotidiano no seu aspecto prático; quando ela se mostra ausente, impõe uma indiscutível necessidade de ser substituída por outras constelações funcionais, que nem sempre cumpre adequadamente sua função, trazendo grandes perdas para a realidade individual e social. No seio da família, o bebê recebe o provimento de suas necessidades básicas de proteção e cuidados, que é o alicerce de seu complexo desenvolvimento biológico, psicológico e social.

Segundo a teoria do psicanalista Donald Winnicott**, um bebê não sobrevive sozinho, isto é, que sua condição de vulnerabilidade não lhe permite no início da vida ter garantias de sobrevivência quando se encontra sem laços com o outro ou sem um acolhimento como lhe é dado se contar com uma família. O motivo de sua absoluta dependência para com outro ser humano, capaz de cumprir este importante papel de cuidador e protetor, configura um vínculo fundamental para sua existência que permite ao bebê depositar, em decorrência, uma genuína confiança no outro.

O bebê, em sua fragilidade, expõe de modo claro e direto, o grau de dependência que o ser humano possui em relação ao outro, o que constitui uma característica central da espécie humana. Embora possamos alcançar relativa autonomia ao longo da existência e tenhamos possibilidade de construir um modo de vida até solitário, compartilhar o mundo humano e participar de eventos que incluem interação social são indissociáveis do viver humano, que é permeado pela troca social, intersubjetiva.

A família, berço da experiência de troca interpessoal, é a base e o modelo das relações de convivência e influencia crenças e limites acerca das possibilidades de cooperação e construção coletiva. Para se tornar um indivíduo, uma pessoa precisa de uma boa dose de experiências de reciprocidade, que são vividas nos ambientes em que compartilha com outras pessoas, frequentemente de suas famílias.

O ambiente é tão fundamental para a construção dos seres humanos ao cumprir um papel central de atender necessidades básicas, que Winnicott constituiu um conceito que o definiu como “ambiente suficientemente bom”, ou seja, aquele capaz de oferecer o suporte necessário às exigências de desenvolvimento humano. Esse ambiente adequado não é perfeito, afirma o autor, pois frustrações fazem parte do crescimento da pessoa, mas é ‘bom o suficiente’ para garantir a vida e seu processo evolutivo.

Famílias suficientemente boas são aquelas que podem demonstrar dificuldades de toda ordem frente aos dilemas humanos, que não negam essas dificuldades e que buscam responder às mais diversas indagações sobre o viver, tentando superar suas limitações

Este conceito essencial na formação do ser humano, nos leva a pensar um outro que poderia ser dele derivado: as “famílias suficientemente boas”, ou aquelas em que as crianças encontram todos os elementos fundamentais que servem de base ao seu desenvolvimento integral. “Famílias suficientemente boas” seriam os grupos de pessoas que se encontram ligados por vínculos afetivos e que mantêm o objetivo de garantir a crianças uma estabilidade material e emocional por sua permanência e constância em suas posições ideológicas frente o que é a vida e o viver humano, que praticam e exemplificam um conjunto de regras e valores de convivência e servem de modelos de possíveis modos de ser e de viver.

“Famílias suficientemente boas” não são necessariamente aquelas que não apresentam conflitos, mas sim aquelas que podem demonstrar dificuldades de toda ordem frente aos dilemas humanos, que não negam essas dificuldades e buscam de algum modo responder às mais diversas indagações sobre o viver, tentando superar suas limitações. São modelares na possibilidade de expressar possibilidades reais de abordagem ao novo e àquilo que se apresenta desafiador.

As “famílias suficientemente boas” estão longe de serem perfeitas; antes de tudo, são reais e quando se mostram com seus limites claros e seus problemas, oferecem ao ser humano, o testemunho de que a vida que é um processo tem infinitos caminhos e pode ser criativamente reformulada.

Nos dias atuais em que os lares estão se tornando apenas recintos de abrigo físico deixando de ser o celeiro das reservas afetivas e o lugar por excelência do encontro humano, as famílias estão deixando de exercer essa função “suficientemente boa” abstenendo-se do importante papel de compartilhar a responsabilidade de escolhas e com isto, estão reduzindo a liberdade de pensar em grupo a uma alternativa prática de consequência imediata.

As “famílias suficientemente boas” têm, na atualidade, a missão de compartilhar com seus integrantes as mais diversas situações que envolvem as escolhas na trajetória do viver e de participar com novas visões os fatos do cotidiano, pois no exercício de pensar juntos os indivíduos vivenciam profundas experiências que lhes devolvem o senso de humanidade e lhes permitem saborear a natureza da troca genuína que está na base de nossa condição de dependência e incompletude humana. 📖

**Para conhecer mais sobre o autor, recomenda-se a leitura das obras: *Tudo começa em casa* (1986); *A família e o desenvolvimento do indivíduo* (1965); *Natureza humana* (1988); e *O brincar e a realidade* (1971). Todas editadas em português por variadas editoras.

CAROL NÃO PODE VER.

ELA CONTA COM VOCÊ PARA ENCONTRAR
O CAMINHO DE UMA VIDA INDEPENDENTE.



ENVIE AGORA MESMO UM SMS

#AJUDEACAROL

PARA 28908

É GRÁTIS!

A Fundação Dorina realiza mais
de 20.000 atendimentos por ano
a pessoas com deficiência visual.
Sua ajuda faz toda a diferença
na vida dessas pessoas.



FUNDAÇÃO
DORINA
NOWILL
PARA CEGOS



MARUPAÚBA

A história que não foi contada

*Por Maria Theodora Paiva de Barros**

Esta pesquisa foi realizada no Pará, com o intuito de subsidiar a Rede Associacional de Defesa de Direitos local, e trata da história de Marupaúba, comunidade de Tomé-Açu, para identificar a presença de afrodescendentes na região com o objetivo de subsidiar o trabalho de autorreconhecimento do movimento negro. Na referida região existe uma população afrodescendente que reside no local há mais de 150 anos e cujos ancestrais eram negros que vieram da África para serem escravizados no Brasil, porém até o momento não se tem referência na história de como se estabeleceram por ali. O estudo que apontou para a existência de quatro irmãos oriundos da África e que deram origem à população que hoje vive em Marupaúba foi referenciado no tempo e no espaço como uma pesquisa histórica, além de terem

sido feitas perguntas abertas e visitas a alguns sítios arqueológicos, cemitério etc.

No Brasil, encontram-se afrodescendentes do Oiapoque ao Chuí. A colonização impetrada pelos portugueses espalhou a população negra por todo o país. No estado do Pará somente no século XVIII a mão de obra escrava foi introduzida. A introdução do trabalho exógeno sob regime de escravidão ocorreu com mais evidência na região depois de 1755, quando houve a libertação dos indígenas e a necessidade de substituição de sua mão de obra.

A presença de negros na região do Marupaúba tem relação direta com a introdução dos africanos como mão de obra nas fazendas

*Assistente social e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

A invisibilidade do negro na história de Tomé-Açu é mais um desafio que se tenta superar para a implementação de políticas públicas que possam dar qualidade de vida a essa população. Portanto, recontar essa história é incluir os negros na dinâmica histórica do município e divulgar sua verdadeira história

do município de Acará (PA), que foi criado sob a denominação de Paróquia de São José de Acará, em 1758, pertencendo ao município de Moju (PA).

O município de Tomé-Açu fica distante da capital Belém (PA) cerca de 220 km, está localizado na região nordeste do estado paraense, pertence à microrregião de Tomé-Açu (Vale do Acará) e seus primeiros habitantes foram os índios tembés.

Tomé-Açu é resultado da expansão imperialista dos países desenvolvidos ocorrida após a Primeira Guerra Mundial por intermédio de um acordo entre os governos brasileiro e japonês, alicerçado por um contexto de mudanças no Japão quando da passagem do regime feudal à sociedade industrial capitalista, do aumento da pressão demográfica e da falta de recursos primários básicos.

Quando os japoneses chegaram a Tomé-Açu, além dos indígenas, já existia uma população que habitava diversas comunidades rio abaixo.

O local onde foi desenvolvida a pesquisa está situado na chamada região do Marupaúba, a aproximadamente três horas de barco da sede do município, com acesso terrestre pelo km 34, ramal de Marupaúba, à direita da rodovia PA-140 e às margens do Rio Acará-Mirim. Essa região é constituída por 11 comunidades com cerca de 450 famílias.

A origem da população residente na região do Marupaúba remonta à época da colonização da Província do Grão Pará, quando aquela região, pertencente ao hoje município de Acará, foi doada em sesmarias para portugueses que, juntamente com seus escravos, foram habitá-la. Constitui uma população ainda com características de população tradicional amazônica, referenciada e situada em uma dimensão espacial. Espaço entendido como um produto social, onde essas famílias, em constante movimento, ao mesmo tempo em que são alvo, passam a demandar serviços para atender as suas necessidades de sobrevivência, mantendo uma relação com o mundo global na qual as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente mediante práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social.

Os caboclos consistem na maioria da população residente na região do Marupaúba. São descendentes de remanescentes de negros escravizados no Brasil que ocuparam aquela área de terra, localizada às margens dos rios e nas proximidades dos igarapés e cujas terras possivelmente foram doadas pelos escravocratas. Encontram-se ainda ali, em menor quantidade, pessoas que migraram de outros estados e municípios, atraídos

pela oportunidade de trabalho nos pimentais, que se casaram com as filhas do lugar e permaneceram na comunidade.

O nome dado à região, de acordo com relatos dos antigos moradores, é referência a uma grande árvore conhecida como marupá, madeira branca utilizada para fazer caixões e tamancos, que existia na entrada do igarapé de mesmo nome.

Segundo conta Crescêncio da Graça Paiva, 94 anos, morador antigo do Marupaúba, o senhor que era dono daquelas terras se chamava Antônio Carlos de Freitas Damasceno e, entre os escravos desse senhor, estava a avó do relator (Bibiana Maria da Graça) e mais três irmãos (Narciso, Gentil e Ingrácia), que eram africanos e deram origem à maioria das famílias que hoje mora na região.

Em entrevista, a Raimunda Coutinho de Almeida, 106 anos, de apelido Biriquita, residente no sítio Paruru, município de Acará, refere-se: “Dantes quando você trabalhava pra alguém que tinha dinheiro e se você fosse fiel, a terra lhe era doada”.

Sabe-se que as terras no Brasil foram doadas por cartas de sesmarias e que essas concessões se davam inicialmente em caráter provisório. Para a legalização da carta se faziam necessárias a ocupação e exploração da área pelo sesmeiro, a demarcação da área recebida e a confirmação da carta de sesmaria pelo rei. No Marupaúba não se tem referência se os senhores cumpriam os critérios estabelecidos e se possuíam por direito as terras. Infere-se que após o desaparecimento de Antônio Carlos de Freitas Damasceno, seus escravos tenham ficado na terra.

Crescêncio também se referiu a outras famílias que residiam na região: “A avó do Pitotó era escrava também. Morreu velhinha, com 120 anos. Morreu em 1939, dia 11 de junho. Ninguém compreendia o que ela falava”.

A informação é de grande relevância, pois ratifica a presença dos negros na região desde cerca de 1840, em pleno período da cabanagem.

Ressalta-se que a história da região é de uma riqueza imensa, porém muito já foi perdido. Contar a história da ocupação do Marupaúba se constitui em um rico acervo cultural, que mescla diversos elementos e marca a presença em diferentes épocas de negros e brancos naquela localidade.

A invisibilidade do negro na história do município de Tomé-Açu é mais um desafio que se tenta superar por meio da pesquisa e da luta pelo movimento negro para a implementação de políticas públicas que possam dar qualidade de vida a essa população. Portanto, recontar essa história é incluir os negros na dinâmica histórica do município e divulgar sua verdadeira história. 📖



APRENDIZADOS

Por Kamila Marina Bazzo*

Sou trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Por definição, não há dia em que eu não aprenda algo novo. É meu lema, meu destino de sujeito sempre em formação, sempre em busca de conhecimento.

Passei a refletir sobre esse isso por conta das minhas experiências profissionais vividas. Primeiro, com o estágio em Psicologia no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Infanto-juvenil e, posteriormente, na função de educadora social no Centro de Convivência Santo Antônio, localizado em Caxias do Sul (RS), cidade onde resido.

Ambas as experiências foram – e são – desafiadoras por si só. O CAPS causou impacto por ter sido meu primeiro trabalho com a população do Sistema Único de Saúde (SUS), além de acompanhar os usuários com transtornos mentais graves e/ou persistentes. Gostei do desafio, queria mais. Ao vencer o período máximo de realização do estágio extracurricular, precisei buscar nova experiência. Após dois meses, fui indicada por amigos da área à educadora social. Meus olhos brilharam e meu coração acelerou. Eu já tinha experimentado algo parecido, acreditava que era a chance de dar continuidade ao trabalho e, com um pouco de receio e muito entusiasmo, fui à luta.

De um serviço de alta complexidade do SUS para um serviço de Proteção Social Básica do SUAS. Ainda assim, algumas

semelhanças entre eles são notórias, visto que ambos visam o atendimento a crianças e adolescentes. O primeiro, de zero a 17 anos e 11 meses, e o segundo, de 6 anos a 15 anos e 11 meses.

Ao analisar estes três anos – pouco em tempo, mas muito em aprendizado – pude destacar algumas reflexões que essas experiências profissionais me proporcionaram, em especial trabalhando dentro do Terceiro Setor. A primeira delas é que, para realizar um trabalho de qualidade, é preciso ter informações técnicas: não basta apenas ter boa vontade e/ou o cargo profissional, é necessário compreender o funcionamento burocrático no qual a proteção básica está inserida. O conhecimento da teoria e a aplicabilidade do SUAS, bem como o entendimento da legislação que regulamenta os trabalhos das Organizações da Sociedade Civil (OSC), são de extrema importância quando o objetivo é realizar uma atividade de qualidade. Para que isso seja efetivamente alcançado, é preciso que sejam oferecidas palestras e capacitações sobre o tema para os trabalhadores dos SUAS. É necessário fugir do comodismo e aproximar-se da busca pelo entendimento, pressionar os órgãos públicos e mostrar que temos vontade de melhorar nossos serviços e sede de conhecimento teórico.

No mês de abril, em Fortaleza, tive o privilégio de participar do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE)

*Estudante de Psicologia na Universidade de Caxias do Sul e Educadora Social do Centro de Convivência Santo Antônio – Mão Amiga – Caxias do Sul (RS).

de 2016¹, promovido pelo Instituto Filantropia, que tinha como meta reunir atores do Terceiro Setor para discutir temas diversos da gestão, como comunicação, contabilidade, captação de recursos, voluntariado, legislação, tecnologia, sustentabilidade, assistência social, entre outros, por meio de palestras, debates e sessões de consultoria coletiva. Acredito que eventos como esses são muito importantes, pois oferecem suporte técnico para os questionamentos em relação às burocracias enfrentadas diariamente nas entidades.

Como trabalhadora do Terceiro Setor e com muita sede de conhecimento, a minha experiência no FIFE 2016 foi bastante produtiva. Além de absorver tudo o que pude em relação à legislação e, principalmente, à Lei nº 13.019², tive a oportunidade de trocar vivências com diversos profissionais do Brasil e perceber como estão se adaptando as outras OSC's em relação ao novo Marco Regulatório. Considero-me privilegiada por ter participado desse evento e estarei levando à minha cidade estes novos conhecimentos, sendo uma agente multiplicadora.

A segunda reflexão que minha experiência como trabalhadora do SUAS proporcionou-me foi a do *não julgamento*. É necessário estarmos com a “cabeça vazia”, como mencionado por Wellington Nogueira na palestra de abertura do FIFE 2016, para que possamos enxergar os usuários dos nossos serviços não apenas como usuários, mas como sujeitos dotados de subjetividade, com experiências de vida diversas, na sua forma como um todo. É nessa situação que precisamos colocar em prática um sentimento nobre e extremamente necessário para o nosso trabalho: a empatia. A capacidade de colocar-se no lugar do outro e a tentativa de enxergar o mundo do outro através de seu olhar. É preciso ter sempre o olhar empático, no qual, antes de julgar, é necessário buscar compreender os motivos pelo qual o sujeito tomou aquela decisão ou agiu daquela forma. A empatia possibilita que você pare e reflita antes de pré-conceituar algo ou alguém, e faz com que você leve em consideração a trajetória de vida na qual a pessoa esteve inserida. Ver o sujeito que atendemos através de sua subjetividade é proporcionar um atendimento ético ao não julgá-lo apenas por suas escolhas e/ou atitudes.

Entretanto, é inevitável levar em consideração os conhecimentos que o curso de Psicologia me proporciona para o trabalho como educadora social. Portanto, a terceira reflexão envolve estes dois temas: a Psicologia e as minhas vivências profissionais na atuação no Terceiro Setor. Já é sabido que as relações familiares influenciam no comportamento da criança e do adolescente, porém, é necessário dar mais ênfase a esse aspecto. Vejo profissionais que, no discurso, sabem dessa influência, mas, na prática, esquecem-se disso e trabalham apenas com a criança/jovem numa visão reducionista da situação, esquecendo-se de envolver o laço social primordial: a família.

Para o psicanalista britânico John Bowlby (1907-1990)³, existe um tipo de vínculo chamado apego, no qual o senso de

segurança está estreitamente ligado a uma figura de apego. A segurança e o conforto que essa figura representa permite que a pessoa o use como uma “base segura” e, a partir disso, possa explorar o resto do mundo. No relacionamento entre pais-filhos, Bowlby assinalou que existe o apego-cuidado como forma de um vínculo social, portanto, na infância, os processos de vinculação com os familiares são de extrema importância para o estabelecimento de um apego seguro ou inseguro.

Uma criança que não tenha uma referência ou uma figura de apego irá sentir-se insegura para explorar o mundo, para estabelecer novos vínculos e encontrará certa dificuldade para convivência, e este é o ponto em específico que quero refletir. Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) criam situações desafiadoras, estimulam as crianças e adolescentes na (re)construção de suas histórias e vivências. Num geral, promovem o fortalecimento de vínculos e a convivência social, comunitária e familiar. É um espaço de proteção básica, no qual os trabalhadores podem identificar casos em que a criança ou o jovem não têm uma figura de apego e fortalecer a relação familiar, a fim de que se estabeleça um vínculo e promova uma base segura para o desenvolvimento psíquico e social do indivíduo em questão. Como outra alternativa, os SCFV podem oferecer uma “prótese” para o apego, como uma tentativa de substituir a falta de base segura que deveria provir de casa, mas em alguns casos não vem. Muitas vezes, os educadores sociais servem como essa figura de referência e forma-se um vínculo estruturante, podendo daí surgir a base segura para o enfrentamento das adversidades da vida. Eu mesma já vivenciei situações no qual claramente fui figura de referência de algumas crianças, e é isso que torna a função de educadora social ter tanta importância para mim.

Contudo, a minha experiência como Educadora Social possibilitou-me refletir sobre esses três aspectos: a necessidade de conhecimento técnico sobre o Terceiro Setor, o não julgamento das pessoas com quem eu trabalho e a importância de estimular o vínculo familiar como forma de fornecer uma base segura para a criança e/ou adolescente. Acredito que estes são grandes desafios que teremos que enfrentar. Além, é claro, daquela dose extra de dedicação e amor à causa que fazem esta mais leve e, como sempre, gratificante. 📖

¹A autora participou do FIFE a convite da PAULUS, representando o coletivo de educadores sociais que atuam em parceria com o Programa Direito e Cidadania.

²A Lei nº 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm>. Acesso em: 04 maio 2016.

³BOWLBY, John. *Apego: a natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.



O VOO DO MOSQUITO SEM ASAS

Um sincretismo psicopedagógico para a microgênese da ginga na capoeira*

*Por Fabio Maganha de Brito***

*Compilado da monografia apresentada na pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia Clínica e Educacional pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), 2015.
**Orientador socioeducativo no Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) De Olho no Futuro da PAULUS, em Osasco (SP).

Como ensinar a ginga na capoeira? Foi tentando responder essa pergunta – que não é nada fácil – através da observação participante nas aulas capoeira, que eu escutei um aluno afirmando: “ô professor, o mosquito sem asas voou”. Refletindo sobre essa afirmação, intuitivamente percebi que as respostas infantis seguem uma lógica própria que difere da lógica do adulto, portanto, eu tinha que repensar as minhas estratégias para ensinar a ginga na capoeira. Durante essa busca, em meio a um sincretismo de ideias, acabei musicando a frase dita pelo aluno e comecei a cantar nas rodas de capoeira; resolvi passar a melodia da música para o berimbau. Como o berimbau não é um instrumento melódico, a letra da música transformou-se num ritmo que eu chamei de “o voo do mosquito sem asas”. Por fim, o “voo do mosquito sem asas” se tornou, simbolicamente, um brinquedo muito importante, uma brincadeira muito séria, que valoriza o processo da ginga na capoeira, e não apenas o produto. Depois de algum tempo aprendendo a ensinar a ginga na capoeira, posso afirmar com um ritmo (o voo do mosquito sem asas), criado excepcionalmente para isso, que só podemos ensinar a ginga se estivermos dispostos a aprender a gingar: se pararmos de aprender é sinal que não podemos mais ensinar. O capoeirista marca e é marcado pela interdependência do processo de ensino-aprendizado da ginga na capoeira, no qual o respeito mútuo é parte integrante das regras que efetivam o jogo. Ninguém ensina ou aprende sozinho, somos marcados e marcamos o mundo da capoeira, simbolicamente representado pela roda. Segundo mestre Curió, “o capoeirista não sabe o que faz, os dois sabem, os dois são um só” (PASTINHA!, 1998).

Através de situações experimentais, passei a observar o comportamento das crianças na aprendizagem da ginga. Durante a busca de um processo de educação mais natural, ocorreu um estado provisório de sincretismo, fundamental para a invenção de um ritmo no berimbau, chamado “o voo do mosquito sem asas”. Hoje, me afastando daquele momento provisório de sincretismo, posso dizer que esse ritmo vai contra os métodos dogmáticos e preestabelecidos, pois tais métodos apenas robotizam as crianças, ou seja, na verdade elas não adquirem o conhecimento da ginga, estão apenas condicionadas a reproduzir movimentos sem a apreensão do seu significado ou função. Com normas preestabelecidas, isto é, normas que desconsideram o universo da criança, o educando poderá aprender conteúdos, gravar informações, expressar fielmente o conhecimento do professor, mas, provavelmente, não sairá dessa relação como sujeito pensante.

Este trabalho, sustentado pelas ideias de Jean Piaget, Henri Wallon e Lev Vygotsky³, justifica-se, desse modo, na valorização dos questionamentos, interpretações e comentários vindos das

próprias crianças como base para uma prática pedagógica mais significativa. O objetivo geral é refletir sobre as vivências nas aulas de capoeira em que o aprendizado ocorre pelo autoconhecimento do corpo, deflagrado de dentro para fora, diferentemente do que é proposto pelas técnicas aplicadas através dos métodos de exposição-reprodução. Em outras palavras, devemos possibilitar a busca do autoconhecimento por meio do corpo, não uma reprodução do modelo, mas sim um modelo a ser criado.

A criança aprende a comunicar-se antes mesmo de dominar os movimentos pelos quais a comunicação se dá. O educador precisa entender que, quando a criança chega à instituição escolar, ela já interage com os sinais utilizados no seu meio social. Portanto, apesar da educação formal da criança começar quando ela vai à escola, o processo de aprendizagem já tem início anteriormente. Por meio de métodos autoritários, as crianças podem aprender a gingar mais rapidamente, porém, esse tempo ganho será perdido em qualidade e prazer do aprender, fazendo da movimentação da ginga uma tarefa árdua e estressante. As crianças constantemente dão provas de que são criativas e imaginativas, por isso não devemos desconsiderar a bagagem cultural que elas trazem.

Com a inversão dos caminhos no início da aprendizagem da ginga, percebi que, antes de sintetizar, é necessário dominar a totalidade.

Após estabelecer a proposta de pesquisar os autores citados, relacionando-os com o ensino-aprendizado da ginga na capoeira, o primeiro procedimento para a realização desse projeto foi o levantamento bibliográfico inicial, com o objetivo de entrar em contato com a obra desses autores. Desta pesquisa, selecionei o capítulo “O papel do brinquedo no desenvolvimento” do livro *A formação social da mente*, de Vygotsky, que se relaciona diretamente com a ideia de aprender a ensinar a ginga na capoeira.

Num segundo momento, com a pesquisa de campo, fez-se necessária a utilização do método da observação participante. É participante porque o observador, na medida em que desempenha um papel ativo na coleta, analisa a interpretação dos dados, envolve-se com o observado, identifica-se com ele e vai além da objetividade da pesquisa empírica clássica. Antonio Carlos Gil, no livro *Métodos e técnicas de pesquisa social*, afirma que a observação participante é a técnica pela qual se chega ao conhecimento de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 2008). 📌

REFERÊNCIAS

- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
PASTINHA! Uma vida pela capoeira. Filme documental. Direção: Antonio Carlos Muricy. Brasil: 1998.
VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

³Para fundamentar este trabalho, consultou-se três autores da Psicologia: Jean Piaget, Henri Wallon e Lev Vygotsky, formuladores de conceitos que ajudaram a contextualizar a interdependência do processo de ensino-aprendizado da ginga na capoeira. Piaget considera que as respostas infantis têm uma lógica própria e, portanto, não podem ser consideradas como erradas antes de serem analisadas segundo a idade da criança; Wallon valoriza o pensamento sincretico como algo que possibilita criações fundamentais e, Vygotsky, por meio do conceito de microgênese, faz com que olhemos como cada pequeno fenômeno tem sua história, e como ninguém tem uma história igual ao outro. Ele considera, a partir daí, a construção da singularidade de cada pessoa e a heterogeneidade entre os seres humanos.



ESPECIAL
SICONV



◀ **ROSANA PEREIRA** é Multiplicadora do Siconv habilitada pelo Ministério do Planejamento. Foi assessora parlamentar na Câmara federal. É consultora em projetos, captação de recursos, monitoramento, prestação de contas e planejamento estratégico para entidades sem fins lucrativos. Consultora em captação de recursos e gestão de convênios com base no plano plurianual (PPA) para Administração Pública. Facilitadora em cursos e palestrante em fóruns, seminários e congressos sobre o tema Siconv no território nacional. Administradora de empresas, pós-graduada em Contabilidade e Auditoria pela USP, MBA em auditoria e perícia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Portal de Convênios

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Página Inicial Sobre o Portal Perguntas Frequentes Dados Abertos Contato Acessibilidade Mapa do site

VOCÊ ESTÁ AQUI: ASSUNTOS GERAIS > #REDESICONV

ACESSE O SISTEMA

ou

[Faça o credenciamento](#)

ASSUNTOS GERAIS

- #RedeSiconv
- Como Participar
- Estados Participantes
- Trilha de Ensino
- Acesso ao Siconv
- Acesso Livre
- Treinamentos
- Legislação

#Rede Siconv Venha Participar dessa Rede!

A #RedeSiconv tem por objetivo estabelecer uma rede de atuação voltada ao tratamento dos diversos aspectos relacionados às transferências voluntárias da União operacionalizadas no SICONV. Essa atuação em rede é sustentada em eixos onde todos os atores interessados no processo de transferências voluntárias estarão representados e atuarão em conjunto para que os resultados sejam atingidos no menor espaço de tempo com o menor custo.

Neste modelo de atuação em rede, os pilares serão compostos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento - SEGES/MP, que terá o papel de coordenadora do projeto e formadora de multiplicadores, pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, cuja participação se dará por meio da disponibilização da infraestrutura de EAD, e com os Estados e o Distrito Federal, sendo estes os executores das políticas estabelecidas pela #RedeSiconv.

O principal objetivo desse projeto é ampliar significativamente a capacitação dos usuários do SICONV, trabalhando o conhecimento voltado para o aspecto operacional do sistema e aperfeiçoando as habilidades necessárias à apresentação de projetos para captação de recursos por meio de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de fomento e termos de colaboração. Com isso, a #RedeSiconv cria a expectativa de criar um círculo virtuoso, onde os resultados serão compartilhados por todos os entes da federação, na execução mais efetiva das políticas públicas com impactos diretos para os beneficiários finais e, consequentemente, no aumento da qualidade das prestações de contas finais com impactos no que se refere ao decréscimo dos processos de inadimplências.

Acesso à informação BRASIL

Acesso Livre | Manuais | Informações Gerenciais | Legislação | Ajuda

Sobre o Sistema

"Convênios são acordos, ajustes ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação."

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007

Acesso Restrito

CPF:

Senha:

Esqueceu sua senha?

Veja lista de programas disponíveis

copyright - Siconv

O SICONV, A LEI Nº 13.019/2014 E O DECRETO Nº 8.726/2016

Nem bem nos acostumamos com os processos e módulos do Sistema de Convênios (Siconv) e lá vem possibilidades de mudanças. Mas vamos ver o que pode mudar, o que vai complicar, o que vai ajudar. Algumas coisas já podemos destacar. Vamos lá!

Com relação às transferências de recursos federais para organizações da sociedade civil (OSCs) feitas por intermédio do Siconv, podemos verificar que alguns dos objetivos dessa lei vêm reforçar os principais objetivos do Siconv:

- parcerias mais efetivas;

- transparência para a utilização de recursos públicos;
- fortalecimento da sociedade brasileira consolidando a participação social.

O Siconv é visto, desde 2008, pela maioria dos usuários como um sistema difícil e burocrático, mas ele é mesmo trabalhoso. Do ponto de vista da auditoria e controladoria, ele é uma grande ferramenta de gestão dos recursos públicos aplicados pelos órgãos federais.

Não creio em grandes mudanças estruturais para o Siconv, mas sim que serão para o benefício das OSCs, sem tirar em nenhum aspecto a segurança e transparência dos processos.

Uma mudança já implantada no sistema é o instrumento jurídico que as OSCs vão assinar quando da celebração de parcerias com o governo federal. Antes eram assinados convênios, termos de parceria e em alguns casos contratos de repasse; agora, para as OSCs serão os termos de colaboração e fomento – ainda continua o termo parceria.



O CHAMAMENTO PÚBLICO

Já estava condicionado, antes da Lei nº 13.019/2014, o chamamento público vinculado a alguns programas disponibilizados pelo governo, mas agora é definitivo. Nenhum projeto pode ser apoiado sem prévio edital de chamamento público, que deverá obedecer às regras e aos cronogramas a serem estabelecidos pela regulamentação dessa lei e devidamente disponibilizados no Siconv.

Deverão ser chamamentos mais completos, com cronograma de ações tanto por parte do proponente quanto do concedente, e critérios mais apurados de seleção, com finalização e devolutivas disponíveis no sistema.

A CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

Há alguns anos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já permitia que os concedentes (órgãos do governo federal) tivessem a opção de liberar as OSCs da obrigatoriedade de contrapartida financeira – encontrávamos as regras de contrapartida na análise dos programas no próprio sistema. Mas agora é lei: “Artigo 35, § 1º. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços”.

O PLANO DE TRABALHO

É inegável a importância de um bom projeto para que sejam captados recursos, sejam eles de qualquer fonte. Mas infelizmente quando se trata de parcerias com a administração pública ainda existe a crença de que os projetos/planos de trabalho podem ser feitos.

Hoje em dia os campos para o cadastramento da proposta são:

- justificativa;
- objeto;
- capacidade técnica e operacional.

Ainda, há as abas específicas para os cronogramas físico e de desembolso e também a aba para o plano de aplicação detalhado, basicamente dados quantitativos.

Mas agora virou lei! O plano de trabalho será determinante para a seleção da proposta inserida no Siconv, pois dados qualitativos serão a base para a seleção.

O artigo 22 da Lei nº 13.019/2014 define claramente o que se espera de um plano de trabalho:

Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

- I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;
- II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- IIA - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;
- III - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- IV - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Agora sim um projeto de verdade deve ser inserido, com a necessidade de cenário, metas definidas e com qualidade, metodologia, indicadores e, claro, a alma do projeto, a justificativa.

AS DESPESAS

Como sempre, só serão aceitas as despesas que estiverem no plano de trabalho e forem devidamente aprovadas.

Hoje em dia as grandes dúvidas são quanto aos tipos de despesa permitidos.

O artigo 46 da Lei nº 13.019/2014 deixa claro que a partir de agora podem, entre outros relacionados a esse artigo:

- custos indiretos, tais como telefone, luz, água, internet, aluguel etc., desde que comprovadamente vinculados à execução adequada do projeto;
- remuneração da equipe de trabalho, inclusive pessoal próprio da OSC. Salários e todos os encargos e demais benefícios poderão fazer parte das despesas do projeto apoiado pelos recursos



do repasse, desde que devidamente relacionados e aprovados no plano de trabalho.

ATUAÇÃO EM REDE

Sim, verdade! Agora uma OSC poderá participar do chamamento público e, se for aprovada pelo órgão concedente, ela poderá ser como parceira ou parceiras outras OSCs, mas existe uma regra. Conforme o artigo 35-A, uma das regras principais é ter cinco anos de existência com a devida comprovação de capacidade técnica gerencial.

Essa OSC master será a responsável pela gestão integral do plano de trabalho no sistema, desde a inclusão da proposta até a prestação de contas no Siconv. Ela deverá analisar com profundidade suas parcerias, e toda a documentação que a master apresentar ao órgão concedente deverá ser cobrada de suas parceiras.

COMISSÕES DE SELEÇÃO E DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A criação dessas comissões será extremamente produtiva para as OSCs. De 2008, quando ocorreu a implantação do Siconv, até agora, a proposta era inserida, mas o resultado da seleção não era divulgado. Sabia-se que elas haviam sido aprovadas apenas quando se analisava o programa para os quais os convênios foram assinados. Os motivos ou critérios da seleção não eram transparentes. Com a imposição da Lei nº 13.019/2014 de que deve haver na administração pública uma comissão de seleção que analise todas as propostas e seus projetos e divulgue os resultados, vamos então saber com mais clareza o resultado das seleções.

Quanto à criação da comissão de monitoramento e avaliação (artigo 58), poderemos saber durante a execução do plano de trabalho se existem informações que estão em desacordo com o esperado pela administração pública federal. Não precisaremos mais aguardar a análise da prestação de contas para sabermos o que fizemos de errado. Essa comissão também avaliará, com pesquisa de satisfação dos beneficiários do projeto, o impacto social gerado.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Com a participação ativa do concedente durante a execução do projeto, a prestação de contas no Siconv será bem mais simples. Mesmo regulamentada de forma que existam prestações de contas parciais, não teremos nenhuma surpresa desagradável com relação à finalização da parceria.

A lei também prevê a obrigatoriedade de relatórios qualitativos tanto por parte do concedente quanto do proponente. As OSCs e a administração pública são responsáveis pela plena execução do objeto do termo de colaboração ou fomento.

Outra boa notícia: não ficaremos mais esperando indefinidamente pela aprovação da prestação de contas no Siconv. Existem prazos tanto para as OSCs quanto para a administração pública. Para as OSCs, até 90 dias do término da vigência do termo de colaboração, ou, se o projeto for por tempo maior que um ano, parcial no fim do período de 12 meses de execução (Art. 59 do

Decreto nº 8726/2016). E ainda temos o “chorinho”, a possibilidade de uma prorrogação de mais 30 dias, desde que haja uma justificativa convincente para isso.

A administração pública deverá analisar e se manifestar conclusivamente, aprovar, rejeitar ou pedir esclarecimentos em até 150 dias da data do recebimento da prestação de contas (quando a enviamos para a análise no sistema) ou da solicitação da diligência (quando respondemos à diligência). Ah! Eles também têm chorinho. O prazo para análise da prestação de contas também pode ser prorrogado por igual período (150 dias).

As penalidades pela não realização da prestação de contas serão mais rígidas e controladas também no sistema, desde advertência até suspensão temporária da declaração de idoneidade, com punições de acordo com a gravidade.

Bem, a notícia é que o Siconv continua com a Lei nº 13.018/2014 e Decreto nº 8726/2016, e mudanças acontecerão, tais como:

- documentação de cadastramento - entrega de documentos atualizados na celebração do instrumento, termo de colaboração ou fomento (Art. 26 do Decreto nº 8726/2016). Não ficou claro se a fase de cadastramento terá continuidade; é preciso aguardar as alterações no Siconv para se obter essa confirmação, mas tudo indica que a fase da entrega de documentos na unidade cadastradora, considerava por muito um pesadelo, terá fim;
- prioridades para a análise de informações e orientações disponíveis no portal;
- direcionamento de critérios de aprovação de propostas voltadas para dados qualitativos, como, por exemplo, os indicadores da OSC;
- critérios de aprovação de prestação de contas. Antes as comprovações quantitativas e documentais eram os itens mais importantes e agora o foco mudou. As informações qualitativas, como de mudanças de indicadores, impacto social e atingimento de objetivos, deverão estar muito mais claras do que as quantitativas, tanto no plano de trabalho inicial, no projeto, como nos relatórios finais de prestação de contas.

Enfim, a esperança é de que essas e outras questões facilitem o entendimento das OSCs e que o Siconv, ao ser adequado às alterações da lei, seja mais claro, o que também tem prazo, conforme Art. 90 do Decreto. O Ministério do Planejamento deve definir em até 60 dias, a partir da publicação do decreto, qual é o prazo necessário para a adequação do sistema. Logo, esperamos também que os recursos voltem a existir e que sejam aplicados de forma democrática.

Este artigo não visa esgotar todas as mudanças para as OSCs celebrarem parcerias com a administração pública, até porque os governos e os municípios também terão suas regulamentações, mas as alterações gerais e importantes estão aqui apresentadas.

A nós cabe fiscalizar e denunciar, já que temos a ferramenta, o Siconv, para isso. 📌



A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do Assessoramento técnico às entidades socioassistenciais em todo o Brasil.



EMPRESAS E OPINIÃO PÚBLICA

As organizações que aspiram
à sustentabilidade devem dar ouvidos às opiniões externas

Por Natascha Köster, analista da Market Analysis Brasil

A conjugação das palavras Samarco e sustentabilidade rende mais de 139 mil resultados no buscador Google. A maioria remete-se a notícias, iniciativas ou eventos anteriores ao desastre ambiental de novembro último e transmite um tom positivo da atuação da companhia. A mineradora foi grande patrocinadora de inúmeros eventos centrados no tema das práticas responsáveis e sustentáveis organizados pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e por várias outras entidades ao longo da última década. Diversos *rankings* regionais ou setoriais colocaram a empresa na liderança da governança ambiental e, até mesmo, três semanas antes da tragédia gerada pela corporação, ela ganhou o Prêmio Benchmarking pela sua prática ambiental. O contraste desses fatos com a história que se seguiu não poderia ser maior, nem com as suspeitas albergadas pela opinião pública local sobre o comportamento da indústria. O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco fez com que o Brasil vivesse recentemente um dos piores desastres ambientais da sua história. A lama tóxica da barragem percorreu mais de 850 quilômetros do Rio Doce, trazendo consigo, além da destruição do ecossistema do rio e de seus arredores, um lembrete do quão frágeis e insuficientes são a fiscalização e a legislação ambiental no país.

Esse desastre ecológico trouxe à tona debates acerca do meio ambiente entre especialistas de diversas áreas, gerando reflexões tanto a respeito da necessidade de mais medidas para evitar ou diminuir o impacto ambiental das ações humanas quanto sobre as ações de mitigação e divisão das responsabilidades entre os setores público e privado depois de ocorridos os desastres. Mas o que a população brasileira pensa disso? Quão preocupado o brasileiro está com o meio ambiente? E quais deveriam ser, segundo a população, as responsabilidades das empresas que atuam em território nacional? O Monitor de Sustentabilidade Corporativa, estudo anual conduzido no Brasil pela Market Analysis e replicado em outros 19 países, traz importantes percepções da população no tocante a vários problemas ambientais no Brasil e no mundo.

A MAIOR PREOCUPAÇÃO

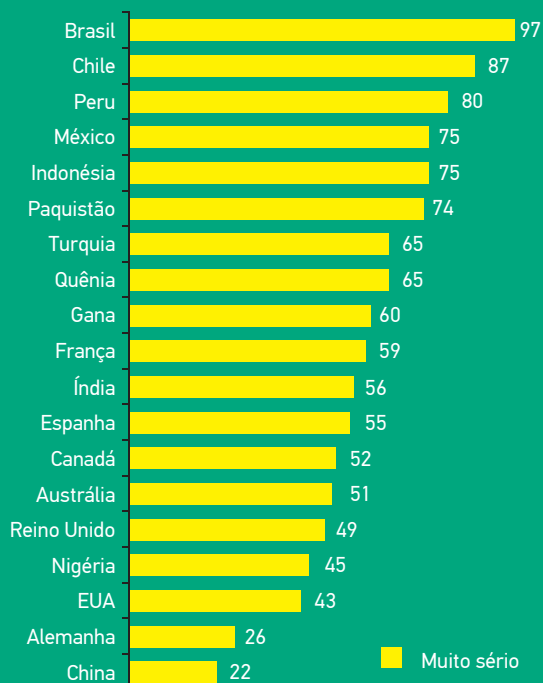
Com mais de 7.300 quilômetros de costa e quase 12% da água doce do mundo em seu território, o Brasil é o país onde os problemas decorrentes da escassez e poluição das águas são mais levados a sério, se comparado ao restante das sociedades pesquisadas. Quase a totalidade da população brasileira (97%) considera a escassez da água potável um problema muito grave, e a grande maioria (94%) tem a mesma opinião sobre a poluição de rios, lagos e oceanos. O Chile, segundo colocado do *ranking*, também demonstra grande preocupação tanto com relação à escassez da água quanto à sua poluição, sendo 87 e 83%, respectivamente, os que partilham do mesmo pensamento dos brasileiros. Já na China, última colocada, apenas duas em cada dez pessoas acreditam que esses problemas ambientais são muito sérios.

Não é de se estranhar essa preocupação com a água no Brasil. Nos últimos 15 anos grandes desastres ambientais no país foram diretamente associados a essa questão. São exemplos o vazamento de óleo em Araucária (2000), o vazamento de óleo na barragem em Cataguases (2003), o rompimento da barragem em Mirai (2007), o vazamento de óleo na Bacia de Campos (2011) e, mais recentemente, o rompimento da barragem de Mariana (2015). Além dessas catástrofes, também foram registrados nesse período diversos episódios relacionados às alterações climáticas, como as enchentes urbanas e os deslizamentos que deixaram milhares de desabrigados, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país, e a crise hídrica em São Paulo, que fez com que muitas famílias ficassem sem água e obrigou a população a enfrentar um racionamento em várias cidades do Estado.

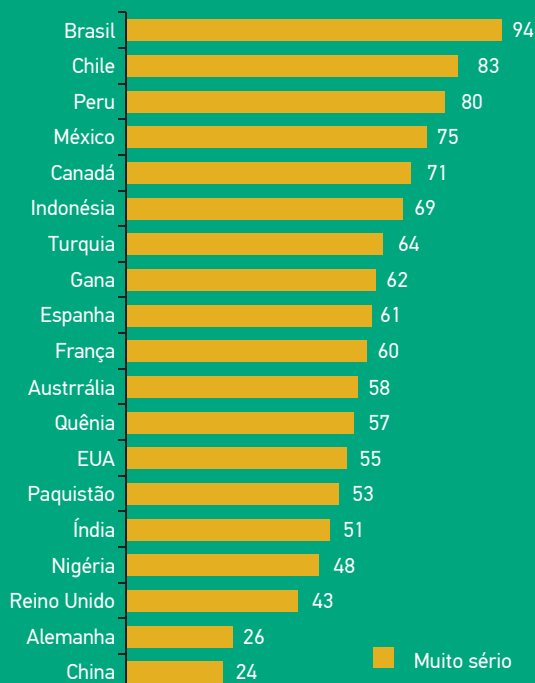
Conseqüentemente, o Brasil está entre os cinco países que mais veem urgência na tomada de medidas para a redução do impacto ambiental, ficando atrás apenas da Espanha, da França, do Chile e do Peru. Sete em cada dez brasileiros (69%) acreditam que é preciso tomar medidas importantes muito em breve, para reduzir o impacto das atividades humanas no meio ambiente. Outros 25% concordam que medidas modestas devem ser tomadas

GRÁFICO 1. SERIEDADE DE PROBLEMAS AMBIENTAIS NO MUNDO (VALORES POR PAÍS E EM PERCENTUAL)

Escassez de água potável



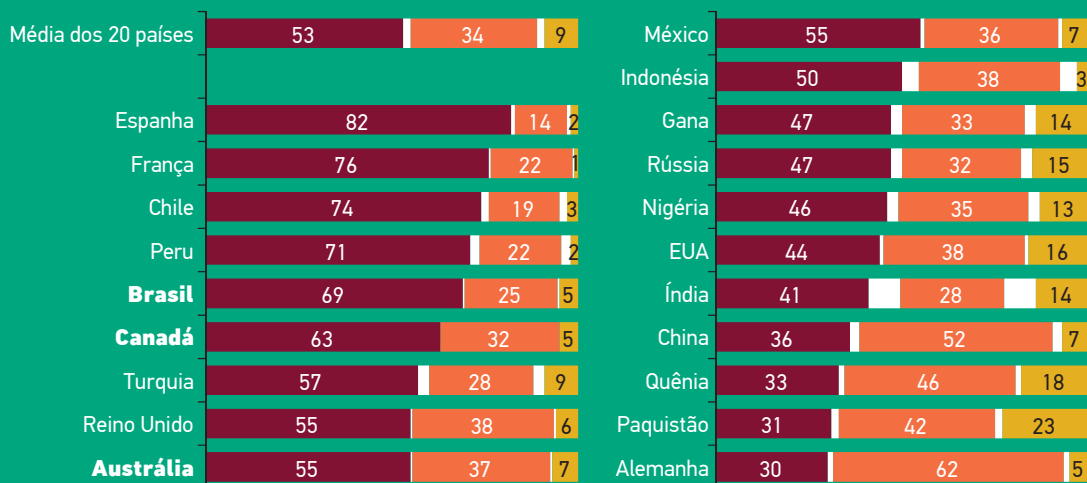
Poluição de rios, lagos e oceanos



Fonte: Monitor de Sustentabilidade Corporativa, Market Analysis, 2015.

GRÁFICO 2. NECESSIDADE DE TOMAR MEDIDAS PARA DIMINUIR O IMPACTO DAS ATIVIDADES HUMANAS NO MEIO AMBIENTE (VALORES POR PAÍS E EM PERCENTUAL)

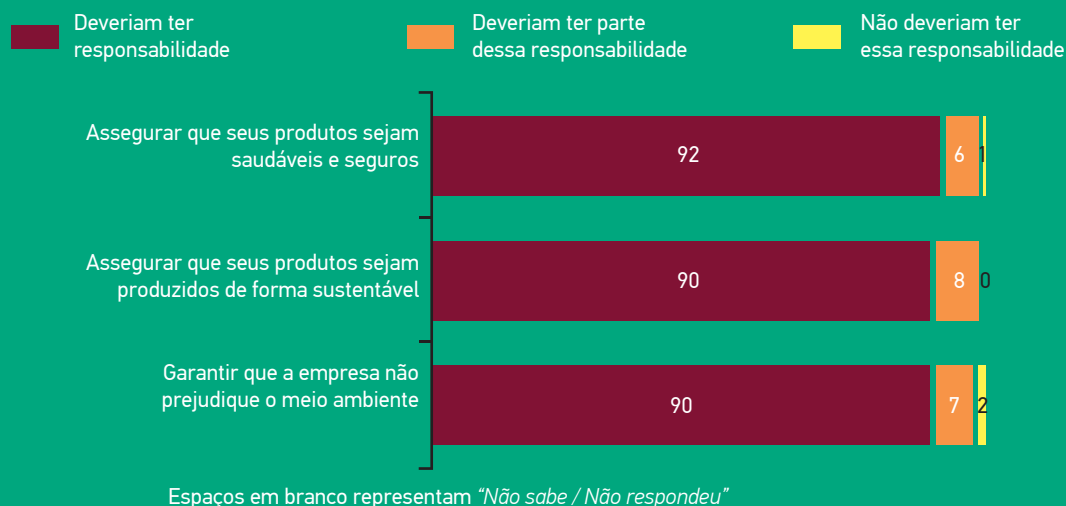
■ É necessário tomar medidas importantes muito em breve
■ É necessário tomar medidas modestas nos próximos anos
■ Não é necessário tomar medidas



*Espaços em branco representam "Não sabe/ Não respondeu"

Fonte: Monitor de Sustentabilidade Corporativa, Market Analysis, 2015.

GRÁFICO 3. NECESSIDADE DE TOMAR MEDIDAS PARA DIMINUIR O IMPACTO DAS ATIVIDADES HUMANAS NO MEIO AMBIENTE (PERCENTUAL MÉDIO GLOBAL)



Fonte: Monitor de Sustentabilidade Corporativa, Market Analysis, 2015.

já nos próximos anos, mostrando que quase a população inteira (94%) sente a necessidade de tornar os meios de produção e o estilo de vida mais sustentáveis.

QUEM DEVE SER O PRINCIPAL RESPONSÁVEL POR TOMAR ESSAS MEDIDAS?

De acordo com os consumidores brasileiros, a responsabilidade das medidas e ações para diminuir o impacto negativo no meio ambiente está, principalmente, nas mãos da esfera corporativa. Entre uma série de possíveis deveres das empresas, duas das três principais responsabilidades atribuídas a elas são relacionadas à questão ambiental: 90% dos brasileiros acreditam que é dever das grandes organizações assegurar que seus produtos sejam produzidos de forma sustentável; e a mesma proporção acha que elas também são responsáveis por garantir que suas ações não prejudiquem o meio ambiente. Entre os que não são tão enfáticos, a maior parte pensa que a responsabilidade desses *players* deveria ser ao menos parcial (8 e 7%, respectivamente).

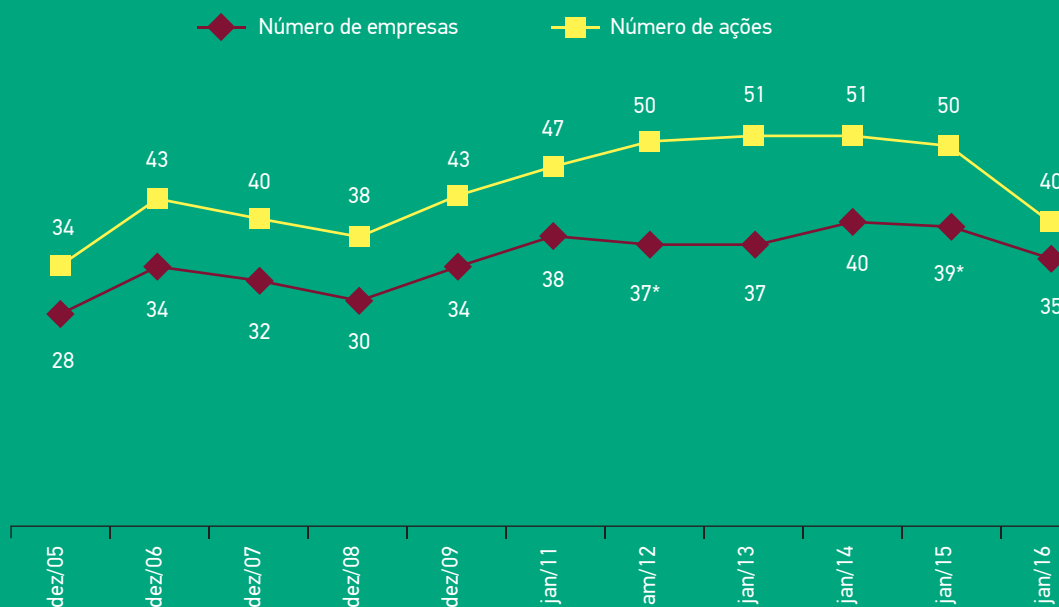
A percepção da população de que as grandes empresas devem protagonizar a redução de impactos no meio ambiente pode estar associada com o fato de o agronegócio e a indústria serem os principais consumidores de recursos naturais no mundo. Segundo o relatório sobre recursos hídricos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 70% dos recursos hídricos mundiais são

utilizados pelo agronegócio, 22% pela indústria e apenas 8% é destinado ao uso doméstico. Isso mostra que a redução do uso da água pelos meios de produção causaria um impacto muito mais significativo do que a diminuição do consumo de água residencial, por exemplo.

Apesar de a população perceber as grandes empresas como protagonistas das medidas sustentáveis a serem tomadas, este é o segundo ano consecutivo em que o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa encolhe, indicando um cenário de menor engajamento das empresas brasileiras na redução dos impactos ambientais. Em 2015, 50 ações de 39 empresas compunham o índice, enquanto, no ano de 2016, a previsão é de que esse número cairá para 40 ações de 35 empresas, representando um encolhimento de 20% no número de ações e de 10% no número de empresas na carteira do ISE.

A mineradora Vale, uma das acionistas da Samarco, está entre as empresas que sairão do índice em 2016. Segundo o Valor Econômico, a decisão do Conselho Deliberativo do ISE (Cise) de retirar a empresa do índice pode estar diretamente relacionada com o desastre de Mariana, uma vez que o Cise fez um pedido formal de esclarecimento à empresa sobre o rompimento da barragem. Juntamente com a mineradora, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), a Metalúrgica Gerdau, o Grupo Júlio Simões Logística (JSL) e a Companhia Energética do Ceará (Coelce) também não participarão da próxima edição do índice. As novas integrantes

GRÁFICO 4. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS E AÇÕES QUE COMPÕEM O ISE DA BM&FBOVESPA



*Redecard e Banco Industrial e Comercial (BicBanco) deixaram o ISE nos anos de 2012 e 2015, respectivamente.
Fonte: BM&FBovespa, ano 2016.

são a empresa de telefonia Oi e a Companhia Energética de São Paulo (Cesp).

Além da diminuição do engajamento do setor privado, o setor público também demonstra estar desalinhado com a expectativa da população brasileira de uma maior proteção ambiental no país. O Projeto de Lei nº 654/2015, hoje em tramitação no legislativo, tem como objetivo acelerar o licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura dos setores de transporte, portos, energia e telecomunicações, vistos como estratégicos para o desenvolvimento nacional. Entre outras disposições, o projeto prevê que esse licenciamento ambiental especial possibilite aos empreendimentos conquistar sua licença em menos de nove meses. Esse prazo é considerado inadequado por ambientalistas, que alertam: se aprovado, o projeto deverá enfraquecer ainda mais o licenciamento ambiental no país para os empreendimentos que historicamente trazem o maior risco de desastres ambientais.

Sendo a sustentabilidade um tema cada vez mais importante para os brasileiros, é de se esperar que os consumidores e cidadãos exijam das empresas e do governo ações de fato efetivas para reduzir os impactos do homem no meio ambiente. O desastre da Samarco mostrou que as ações sustentáveis pontuais, que mais

90% dos brasileiros acreditam que é dever das grandes organizações assegurar que seus produtos sejam produzidos de forma sustentável; a mesma proporção acha que elas também são responsáveis por garantir que suas ações não prejudiquem o meio ambiente

servem para autopromoção, e a construção de uma reputação baseada em premiações de terceiros e elogios praticados por diversas outras grandes empresas não são mais suficientes para a exigência da população brasileira.

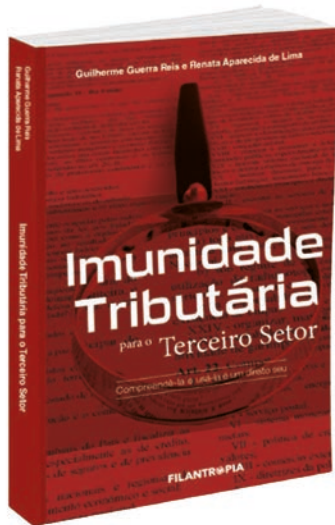
Nesse contexto, é fundamental que os setores público e privado se engajem num plano de ação conjunto para consolidar a responsabilidade socioambiental nos meios de produção e consumo e evitar tragédias como esta última, causada principalmente pelo descaso e pela irresponsabilidade de ambos os setores. Mais uma vez, no entanto, observa-se que ao primeiro sinal de crise econômica, como a que o Brasil tem enfrentado nos últimos meses, esses atores recuam em seu compromisso com o meio ambiente, atrasando novamente o progresso da sociedade brasileira em direção ao desenvolvimento sustentável. 🌱

FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

www.institutofilantropia.org.br



CAMINHOS VIÁVEIS PARA A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA NO TERCEIRO SETOR É TEMA DE LIVRO

Em 13 de abril, foi lançado pelo Filantropia o livro *Imunidade tributária para o Terceiro Setor: compreendê-la e usá-la é um direito seu* (R\$ 50), de Guilherme Reis e Renata Lima, advogados do Núcleo do Terceiro Setor do Nelson Wilians e Advogados Associados. A obra expõe, de maneira pragmática, a demonstração e a comprovação de que as entidades sem fins lucrativos que atuam em áreas como saúde, assistência social, educação, cultura, entre outras, não devem e não podem pagar imposto sobre seus serviços, patrimônios e rendas. Também é abordado o conceito de imunidade, diferenciando-o de isenção e demonstrando que a sua concessão não é um favor do Estado, mas sim um reconhecimento dessa atividade, que deveria ser desenvolvida pelo ente estatal para a manutenção e o desenvolvimento de atividades voltadas para o benefício da sociedade. Ao final, os autores apresentam cada um dos impostos nas esferas municipal, estadual e federal.

📄 www.institutofilantropia.org.br

CAMPANHA DOE UM CUPOM

Segundo dados da Secretaria da Fazenda do governo do Estado de São Paulo, em 2015, dos aproximadamente 7 bilhões de documentos fiscais emitidos, 65% não continham numeração de cadastro de pessoas físicas (CPF). No entanto, apenas 9% deles foram doados para entidades sociais. Ou seja, bilhões de documentos fiscais acabaram perdidos no fundo de gavetas ou foram parar no lixo, quando poderiam ter ajudado organizações não governamentais (ONGs) a financiar seus projetos. Os 410 milhões de cupons doados ao longo de 2015 representaram pouco mais de R\$ 160 milhões para entidades sem fins lucrativos. Para ajudar nessa campanha, o doador pode cadastrar a nota no *site* ou pelo aplicativo Cupong, disponível para Android e IOS. Até o momento, 24 ONGs estão cadastradas no movimento.

📄 <http://cupong.me/>

MANUAL DO CROWDFUNDING

Dicas para uma campanha de financiamento coletivo de sucesso. Com mais de 3 anos de experiência em captação para projetos de impacto social, criamos este manual da JUNTOS.COM.VC



JUNTOS.COM.VC LANÇA MANUAL DO CROWDFUNDING

AJuntos.com.vc, organização sem fins lucrativos que possibilita o financiamento de projetos com impacto social por meio de uma plataforma de crowdfunding, lançou, com base em seus mais de três anos de experiência, o Manual do Crowdfunding para Projetos de Impacto Social. Nesta obra, disponível gratuitamente para download, é apresentado um passo a passo para a criação de uma campanha de sucesso, além de ideias sobre mobilização de pessoas para um projeto de financiamento coletivo.

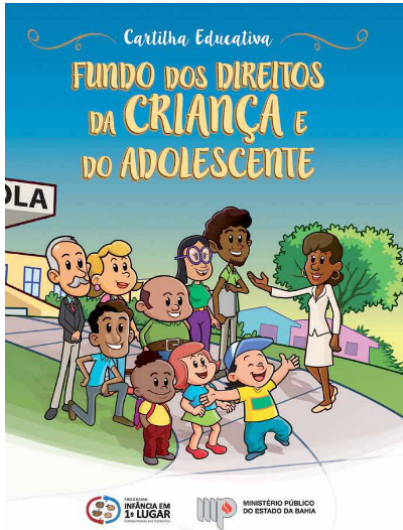
📄 **Link para download:** http://bit.ly/RF75_ManualJuntoComVc

📄 <http://cupong.me/>

CONGRESSO FNQ DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO

A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) direciona sua atenção e seus esforços às mudanças que impactam as organizações nacionais e internacionais, com o objetivo de apoiar melhorias de gestão. Para isso, realiza anualmente o Congresso FNQ de Excelência em Gestão, pautado em tendências de relevância para a sustentabilidade dos negócios e do planeta. A edição 2016 será realizada no dia 22 de junho, no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, e terá como tema “Economia colaborativa: um caminho para transformações nas relações sociais e de consumo”. Com este enfoque, pretende-se debater a importância dessa nova forma de consumo e seus impactos econômicos, além de repensar a produção em escala mundial, entendendo que novos modelos de negócios surgirão para atender à demanda do planeta. Participarão do encontro a jornalista Miriam Leitão e representantes de empresas como Uber, Itaú, Google, Natura, Fiat, entre outras.

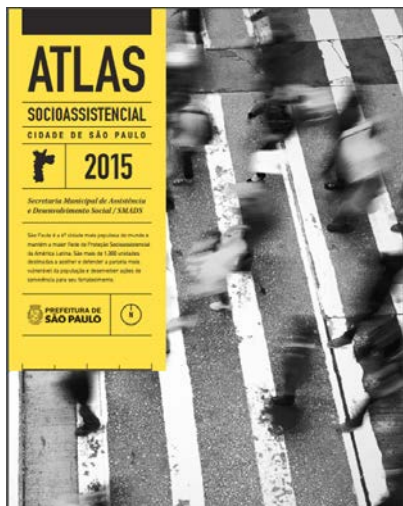
📄 <http://www.fnq.org.br/>



CARTILHA ORIENTA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Visando orientar a sociedade sobre a implementação dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fundos DCA), o Ministério Público do estado da Bahia, em parceria com a Fundação Odebrecht, o Instituto Direito e Cidadania e o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia, produziu uma cartilha educativa no tocante à temática. A cartilha traz informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabeleceu os fundos, assim como os mecanismos para sua implantação e as responsabilidades de cada um dos atores do sistema de garantia de direitos. A publicação apresenta um passo a passo sobre como deve ser a legalização e a estruturação do fundo, além do plano de ação que deve ser criado pelo Conselho de Direitos para a arrecadação e aplicação dos recursos e a prestação de contas. Contempla ainda uma seção de perguntas e respostas acerca das dúvidas mais frequentes a respeito do assunto e exemplos de modelos de recibos de doação.

Link para download: http://bit.ly/Rf75_FundoDCA



ATLAS MAPEIA POPULAÇÕES EM VULNERABILIDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO

A maior rede de proteção socioassistencial da América Latina e uma das maiores do mundo está em São Paulo. Para mapear as vulnerabilidades sociais da cidade, divulgar as ofertas da política de assistência social e qualificar o debate do controle social sobre como aprimorar tal política, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) lançou o *Atlas socioassistencial da cidade de São Paulo*. O objetivo do documento é facilitar o planejamento de políticas de assistência social pelos atores dos diferentes territórios da cidade, mostrando as demandas de assistência social, as vulnerabilidades sociais e a distribuição da oferta de serviços de cada região. O trabalho foi elaborado pela Coordenadoria do Observatório de Política Social (Cops) da SMADS, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no Brasil.

Link para download: http://bit.ly/Rf75_AtlasSocioassist

FUNDAÇÃO BB SELECIONA ENTIDADES PARA REAPLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

A Fundação Banco do Brasil lançou um edital de credenciamento para selecionar entidades interessadas em reimplantar tecnologias sociais em empreendimentos imobiliários do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). As inscrições seguem até 30 de junho. Com investimento social de R\$ 20 milhões, a reimplantação será feita em 124 empreendimentos imobiliários destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600, atendidas pelo Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). As entidades selecionadas terão a responsabilidade de promover a implantação de tecnologias sociais nos empreendimentos por meio de atividades de capacitação, planejamento, monitoramento, avaliação e publicação das ações desenvolvidas.

<http://www.fbb.org.br/>

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O PRÊMIO MARKETING BEST SUSTENTABILIDADE 2016

A 15ª edição do Prêmio Marketing Best Sustentabilidade, maior reconhecimento do setor do país, está com as inscrições abertas até a segunda quinzena de junho. A iniciativa visa estimular e disseminar os melhores exemplos de empresas, fundações, institutos e associações que atuam na promoção e na demonstração prática de valores e princípios da sustentabilidade. Podem ser inscritos *cases* de marketing em ações voltadas à sustentabilidade, de cunho social, ambiental e cultural, nas áreas de meio ambiente (coleta seletiva e reciclagem, defesa do ecossistema, combate ao efeito estufa), economia verde (práticas de reflorestamento, controle de emissão de CO₂, produtos e serviços verdes) e incentivo à cultura (oficinas de arte comunitárias, ações de estímulo à leitura e cinema para as comunidades distantes).

www.marketingbest.com.br/sustentabilidade

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**

Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



Quality
Associados

Consultoria e assessoria **contábil, fiscal e trabalhista** para o **Terceiro Setor**

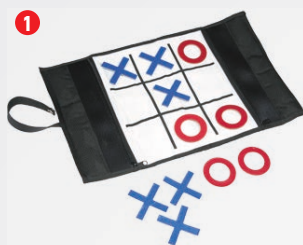
visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000



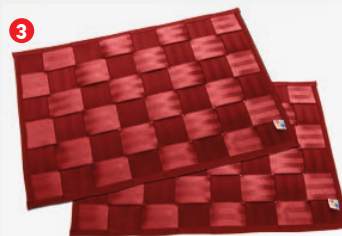
COOPERÁRVORE

Fundada em Betim (MG), em 2004, a **Cooperárvore** é a cooperativa social do Programa Árvore da Vida – Jardim Teresópolis, desenvolvido pela Fiat Automóveis, pela organização não governamental (ONG) Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM) e pela Fundação AVSI. Pensando na geração de renda, a cooperativa cria produtos empregando materiais disponibilizados pela Ilha Ecológica da Fiat e por seus fornecedores, como cintos de segurança e tecidos automotivos. Esses materiais são reutilizados para a confecção de produtos como sacolas, bolsas, mochilas, chaveiros, almofadas, jogos infantis, entre outros. Para a formação da cooperativa, foram selecionadas moradoras que tinham interesse no empreendedorismo e que se dispusessem a aprender a trabalhar em equipe para o bem comum do grupo. Elas receberam capacitação profissional específica nas áreas de costura, *silk* e artesanato.

www.cooperarvore.com.br



1. Jogo da velha
R\$ 28,00



3. Jogo americano
R\$ 50,00



2. Almofada de viagem
R\$ 35,00



4. Pasta
R\$ 30,00

PONTO SOLIDÁRIO

O **Ponto Solidário Arte Sociocultural** foi criado em 2002 e é uma associação sem fins lucrativos que trabalha com os conceitos de comércio justo, de economia solidária e de sustentabilidade. A iniciativa visa gerar trabalho e renda por meio da divulgação e da comercialização da produção artística e artesanal brasileira, atendendo aos critérios do comércio justo e solidário e promovendo a identidade cultural. A missão do Ponto Solidário é ser um agente de transformação social e de referência entre produtores e consumidores por meio de seu espaço físico e virtual, de redes e parcerias.

http://pontosolidario.org.br



1. Caneca
R\$ 35,00



2. Boneca
Sob encomenda



3. Caixa de taboa
R\$ 60,00

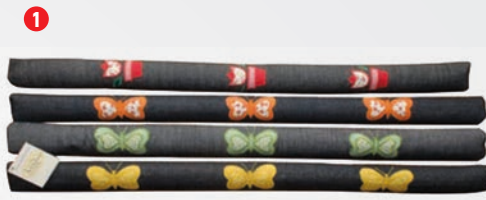


4. Colar
R\$ 52,00

ARTE OFÍCIO

Criada em 1993, a **Arte Ofício** Cooperativa de Produção e Trabalho Santo Antônio é formada por um grupo de cerca de 40 mulheres que moram no bairro de Rubião Júnior, no município de Botucatu (SP). Trata-se de um projeto socioeducativo e de geração de renda que dá às participantes e às suas famílias as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento humano e social. É oferecida orientação nas áreas de educação e saúde para que as mulheres do projeto possam estar menos vulneráveis a problemas como desestruturação familiar, envolvimento com álcool e drogas e gravidez indesejada. As atividades são realizadas no Centro Comunitário da Ação da Cidadania de Botucatu durante encontros semanais, nos quais as participantes aprendem técnicas de trabalho (crochê, ponto cruz e costura).

📧 <http://cooperativaarteoficio.com.br>



1. Cobra de porta*



2. Fraldinha de bebê*



3. Kit de viagem*



4. Peso de porta*

*Preços sob consulta

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS ANIMAIS

A **Associação Amigos dos Animais** (Soama) ampara animais abandonados em Caxias do Sul (RS) e conta com o apoio de voluntários que ajudam a atender quase dois mil animais que aguardam adoção. A Soama promove campanhas de castração, vacinação e conscientização dos cidadãos sobre os maus-tratos dos animais. Para colaborar com a causa, é possível comprar os produtos online, inscrever-se como voluntário, adotar um animal, fazer doações e denunciar os maus-tratos aos animais.

📧 www.soama.org.br



1. Nécessaire
R\$ 25,00



2. Camiseta infantil
R\$ 28,00



3. Caneca
R\$ 22,00



DO QUE É MESMO QUE TRATA ESTE TEXTO?

Se eu ainda escrevesse por meio da datilografia, provavelmente já teria amassado em pequenas bolinhas dezenas de folhas de papel. O chão da minha sala estaria repleto de flocos disformes, órfãos de árvores assassinadas. Ah, esse tipo de culpa muito retórica incomoda bastante. Talvez não o suficiente para promover hábitos mais sustentáveis na intensidade que o juízo pede. Eu não gosto de ser cúmplice do assassinato de zilhões de árvores. Sei que não é a minha mão que empunha o machado, mas são estas mãos tão minhas que sustentam a indústria do desperdício de papel. Para as próximas edições da revista eu tentarei escrever de próprio punho em papel de padaria reutilizado. Soa mais irônico do que factível. Aliás, gente, como o pão francês está caro, né?

Também não cometo diretamente uma série de outros atentados que causam grande impacto à instituição Vida. Mas não posso alegar ignorância. Seria muito cômodo. Ainda pior, seria muito covarde. Que dilema: saber-se relapso ou saber-se covarde? Ou os dois? Eis a questão que tanto tento acomodar sob o tapete da existência cotidiana, vociferando contra governantes canalhas, transferindo a eles toda a responsabilidade pela esculhambação instituída, que quase sempre tem as minhas digitais a compor o mosaico da cumplicidade. Mas chega desta autoindulgência que cheira à falsa modéstia e vã consciência. Madre Tereza está aqui ao meu lado me lembrando que mais importante que as palavras que saem da minha boca são os gestos das minhas mãos.

Mas do que é mesmo que eu quero tratar neste texto? Ah, sim, a pista são as folhas de papel que seriam amassadas se eu não pudesse digitar, deletar, digitar, deletar, beber café, quase enviar um e-mail para a editora desistindo do texto, beber mais café, digitar, ver um vídeo engraçado no YouTube, ficar com o estômago embrulhado vendo sujeitos acusando imundos na crença de que o poder os tornará menos crápulas, deletar, digitar, ir para casa, perder o pouco já escrito por esquecer de salvar o arquivo, beber mais café, digitar, deletar, indefinidamente, até receber uma senhora bronca pelo atraso no envio do texto. É neste momento que estou.

O desespero que assombra quem escreve está mais suave porque já sinto que sei o que quero expressar. Aliás, trata-se do tema que vem monopolizando minha atenção quase com exclusividade nos últimos tempos. Algo primário, essencial, premissa da premissa de qualquer premissa relacionada ao comportamento humano. Por que fazemos o que fazemos? Por que deixamos de fazer o que não fazemos? Por causa de quê? Sim, aqui está o que mais cheira à chave da casa: causa. O que tem dentro da casa da causa? Vontade. E fora dela? Justificativas.

Depois que começou a nascer barba branca em minha cara de pau, ando ainda mais de olho em meu repertório de justificativas, que tantas vezes me emprestam um mapa cheio de atalhos sedutores e poltronas confortáveis, que cumprem bem o papel de alimentar a sensação de alívio e progresso. Na prática, contudo, invariavelmente me afastam cada vez mais de casa. Posso dizer que o melhor

presente que o passar dos anos e vivências vêm me oferecendo é uma nitidez maior da lente que faz a minha ponte com o mundo. É uma engrenagem híbrida: ponte-lente-ponte. Permite o trânsito do lado de dentro com o de fora, mediado pela possibilidade de se enxergar o que se vê, para além do verniz.

E o que vejo com mais nitidez hoje? No final do dia, o que realmente importa é o que fazemos para elevar a vida, a nossa e de tudo mais que vive. De resto é balela, coisa de procrastinador (prazer, ainda sou eu quase a maior parte do tempo!), que de tanto empurrar a vida com a barriga pode criar uma protuberância abdominal que nos afasta dos outros, impedindo o abraço de casas e causas, ingredientes indispensáveis para a alquimia que cria justiça, nobreza e beleza.

Se nem o Batman conseguiu salvar o mundo sozinho, por que eu haveria de conseguir? Quero menos pretensão e mais tesão pelo gigantesco pequeno valor daquilo que eu posso dar conta de fazer. Além de Madre Tereza, ao meu lado está Fernando Pessoa, sussurrando com ênfase que está farto de semideuses, perguntando-se onde há gente no mundo. Ah, mestre, o mundo é muito grande e eu não tenho tantas milhas assim para procurar além-mar. Mas prometo que tentarei continuar a investigação no espelho, com cada vez menos pudor e com o que ainda me resta de coragem, irrigando ainda que a conta-gotas a vontade de encontrar a gentidade nutritiva que me cabe neste quinhão de mundo por onde circulo. 🍷

DESDE 2005, OFICINAS ABERTAS NO
CANTO CIDADÃO.

**ABRA A
PORTA E
DEIXE O SEU
PALHAÇO
SAIR.**

PROGRAMAÇÃO E DESCONTOS ESPECIAIS PELO:
INFO@CANTOCIDADA0.ORG.BR

CANTO CIDADÃO

WWW.CANTOCIDADA0.ORG.BR

• (11) 3667 0167

Assistência Social PAULUS



O Assessoramento ajuda a qualificar Projetos, Programas e Serviços.
Gera um novo agir

A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do assessoramento técnico às entidades socioassistenciais em todo o Brasil.



paulus.com.br/assistencia-social

nucleosocial@fapcom.edu.br